



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**CRISTIANE MARIA ABREU LIMA**

**A OPRESSÃO CONTRA A MULHER E A EDUCAÇÃO: UMA  
ANÁLISE CLASSISTA DO DISCURSO DO CAPITAL**

**Fortaleza, Ceará**  
**2013**

**CRISTIANE MARIA ABREU LIMA**

**A OPRESSÃO CONTRA A MULHER E A EDUCAÇÃO: UMA  
ANÁLISE CLASSISTA DO DISCURSO DO CAPITAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação. Área de concentração: Formação de Professores.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Phd Maria Susana Vasconcelos Jimenez

Fortaleza, Ceará  
2013

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**

**Universidade Estadual do Ceará**

**Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho**

**Bibliotecária responsável – Meirilane Santos de Moraes CRB-3 / 785**

L732o Lima, Cristiane Maria Abreu

A opressão contra mulher e a educação: uma análise classista do discurso do capital / Cristiane Maria Abreu Lima . – 2014.

CD-ROM. 90 f. ; 4 ¾ pol.

“CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm)”.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Mestrado Acadêmico em Educação, Fortaleza, 2014.

Orientação: Profa. Dra. Maria Susana Vasconcelos Jimenez.

1. Educação feminina. 2. Opressão da mulher. 3. Relação capital – trabalho. 4. Emancipação humana. I. Título.

CDD: 376

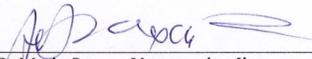
CRISTIANE MARIA ABREU LIMA

A OPRESSÃO CONTRA A MULHER E A EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE  
CLASSISTA DO DISCURSO DO CAPITAL

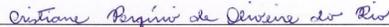
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Formação de Professores.

Aprovada em: 05/06/2013.

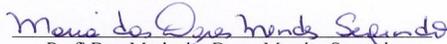
BANCA EXAMINADORA



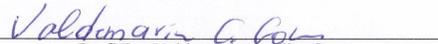
Profª PhD. Maria Susana Vasconcelos Jimenez  
Universidade Federal do Ceará – UFC



Profª Dra. Cristiane Porfírio de Oliveira do Rio  
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Profª Dra. Maria das Dores Mendes Segundo  
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Profª Dr. Valdemarin Coelho Gomes  
Universidade Federal do Ceará - UFC

*Se ele tivesse nascido mulher (Eduardo Galeano)*

*Dos dezesseis irmãos de Benjamin Franklin, Jane é a que mais se parece com ele em talento e força de vontade. Mas na idade em que Benjamin saiu de casa para abrir seu próprio caminho, Jane casou-se com um seleiro pobre, que a aceitou sem dote, e dez meses depois deu à luz seu primeiro filho.*

*Desde então, durante um quarto de século, Jane teve um filho a cada dois anos. Algumas crianças morreram, e cada morte abriu-lhe um talho no peito. As que viveram exigiram comida, abrigo, instrução e consolo. Jane passou noites a fio ninando os que choravam, lavou montanhas de roupa, banhou montões de crianças, correu do mercado à cozinha, esfregou torres de pratos, ensinou abecedários e ofícios, trabalhou ombro a ombro com o marido na oficina e atendeu os hóspedes cujo aluguel ajudava a encher a panela.*

*Jane foi esposa devota e viúva exemplar; e quando os filhos já estavam crescidos, encarregou-se dos próprios pais, doentes, de suas filhas solteironas e de seus netos desamparados. Jane jamais conheceu o prazer de se deixar flutuar em um lago, levada à deriva pelo fio de um papagaio, como costuma fazer Benjamin, apesar da idade. Jane nunca teve tempo de pensar, nem se permitiu duvidar.*

*Benjamin continua sendo um amante fervoroso, mas Jane ignora que o sexo possa produzir outra coisa além de filhos. Benjamin, fundador de uma nação de inventores, é um grande homem de todos os tempos. Jane é uma mulher do seu tempo, igual a quase todas as mulheres de todos os tempos, que cumpriu com seu dever nesta terra e expiou sua parte de culpa na maldição bíblica. Ela fez o possível para não ficar louca e buscou, em vão, um pouco de silêncio.*

*Seu caso não despertará o interesse dos historiadores.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente a minha família: meu pai (em memória); minha mãe; irmãos e irmãs; sobrinhos e sobrinhas, que sempre me apoiaram e ajudaram, na minha longa jornada acadêmica, sempre me incentivando a seguir em frente.

Agradeço de modo muito especial e afetuoso a minha orientadora prof<sup>a</sup> PhD. Maria Susana Vasconcelos Jimenez. Obrigada pela paciência, compreensão e estímulo, iniciada primordialmente em novembro de 2007, quando adentrei no Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO como bolsista de iniciação científica. Agradeço também, pela honra de poder beber de todo o seu conhecimento sobre a ontologia marxista-lukacsiana.

Em particular, gostaria de registrar minha gratidão a prof<sup>a</sup> Cristiane Porfírio, com quem sempre tive o prazer de contar não só como examinadora do meu texto monográfico e agora dissertativo, mas também, como orientadora de outros projetos de pesquisa.

Aos professores que aceitaram o convite para o exame desta pesquisa. A prof<sup>a</sup> Maria das Dores Segundo e ao prof<sup>o</sup> Valdemarín Coelho (Mário), que trouxeram de maneira clara e objetiva, dados e questionamentos pertinentes e oportunos para objeto de estudo em questão.

Aos meus grandes amigos que fizeram parte dos meus sete anos de UECE: Adéle; Aline Kelly; Ivan; Samantha; Andreza; Thayana; Max; Dávillo; Krishna; Rafaela Neves; Natasha. Alguns por intermédio de terceiros: Antônio; Isadora; Nágela; Ulisses, Kariny Maiara; Rafaela Teixeira; Marcel e Niágara. Apesar de uns estarem mas perto do que outros, todos participaram de uma maneira ou de outra, da minha formação acadêmica.

Ao Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO, que, na figura de suas professoras e professores e estudantes, contribuiu para minha formação no campo do marxismo.

Aos professores, alunos e profissionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará, em especial a turma 2011 e a secretária Joyce, que entre pedidos de declaração e café, tive a oportunidade de conhecer para além da secretaria. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão de bolsa de estudos sem a qual seria menos viável o desenvolvimento da pesquisa.

## RESUMO

Na presente dissertação, apresentamos os resultados fundamentais de uma investigação acerca da opressão e exploração sofrida pelas mulheres dentro do modo de produção capitalista. Demonstramos, em primeiro lugar, que a ocorrência da opressão e exploração da mulher é anterior ao capitalismo, estando intrinsecamente relacionada ao surgimento do trabalho explorado, da propriedade privada e da divisão social de classes. Com vistas a desmistificar a opressão sofrida pelas mulheres como um fenômeno de origem natural, biológica ou cultural, revisamos, no primeiro capítulo, a obra de Friedrich Engels, *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, onde o autor analisa cada período histórico da humanidade como um processo de produção e reprodução não só da vida imediata, mas também, da vida social. No mesmo capítulo, confrontamos o livro de Engels com a obra de Margaret Mead, *Sexo e Temperamento em três sociedades primitivas*, no qual, a autora relata como as diferenças sexuais interferem no temperamento dos indivíduos nas sociedades por ela estudadas. No segundo capítulo, analisamos os documentos oficiais da ONU e suas implicações quanto à questão da opressão sobre a mulher, destacando a relação entre educação e a condição da mulher contida em tais documentos, os quais, tratam a opressão feminina como exclusiva questão de gênero, colocando a educação como a agência responsável por excelência, pela promoção da equidade entre os gêneros e do empoderamento das mulheres. O estudo caracteriza-se como bibliográfico e documental, tendo como base teórica o referencial marxista. A partir da perspectiva metodológica do materialismo histórico e dialético, permitimo-nos uma investigação que apreendesse as determinações históricas e as leis que comandam o movimento do real. Nesse sentido, a pesquisa intenta atestar que, enquanto tivermos uma sociedade alicerçada na propriedade privada e na divisão da sociedade em classes, a mulher não conquistará sua efetiva emancipação, desse modo, reafirmando que, só com a superação da ordem vigente, regida pelas rédeas do capital, a mulher poderá se tornar livre das amarras que as exploram e oprimem.

**Palavras-chaves:** Opressão da mulher. Relação capital-trabalho. Documentos internacionais sobre a mulher. Emancipação Humana.

## **ABSTRACT**

In the present dissertation, we present the fundamental results of an investigation about the oppression and exploitation suffered by women within the capitalist mode of production. First and foremost, we demonstrate that the occurrence of oppression and exploitation of women is previous to capitalism, being intrinsically related to the emergence of exploited labour, private property and division of social classes. In order to demystify the oppression suffered by women as a natural, biological or cultural phenomenon, we reviewed, in the first chapter, the work of Friedrich Engels, entitled *The Origins of the Family, Private Property and the State*, where the author analyzes each historical period of humanity as a process of production and reproduction not only of immediate life, but also of social life. In the same chapter, we confront the book of Engels with the work of Margaret Mead, *Sex and Temperament in Three Primitive Societies*, in which the author relates how sex differences interfere with the temperament of individuals in societies studied by her. In the second chapter, we analyze the official documents of the UN and its implications as far as women oppression is concerned, highlighting the relationship between education and the status of women contained in such documents, which name female oppression as a simple matter of genre, and placing education as the agency responsible for promoting equity between genders and women empowerment. The study is characterized by a bibliographic and documentary nature, based on the Marxist theoretical framework. From the methodological perspective of historical and dialectic materialism, we were able to perform an investigation that could grasp the historical determinations and the laws which rule the movement of reality. In this sense, the research intends to attest that, as long as we have a society based on the exploited work, women will not conquer their effective emancipation, thereby reaffirming that, just with the overcoming of this established order, governed by the reins of capital, women can become free from the bonds that exploit and oppress them.

**Keywords:** Oppression of women. Capital-labor relationship. International documents on women. Human emancipation.

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1. AS ORIGENS DA OPRESSÃO CONTRA A MULHER.....</b>	<b>18</b>
1.1 Friedrich Engels e a visão materialista da origem da opressão contra a mulher.....	19
1.2 Margaret Mead e a visão culturalista da opressão contra a mulher.....	29
1.3 Marxismo ou Culturalismo? A opressão contra a mulher em xeque.....	41
<b>2. OS DOCUMENTOS OFICIAIS DA ONU E SUAS IMPLICAÇÕES NA OPRESSÃO SOBRE A MULHER.....</b>	<b>51</b>
2.1 Breves considerações sobre a crise estrutural do capital e seus desdobramentos na educação.....	51
2.2 Mapeamento e análise dos documentos.....	54
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo central averiguar a relação entre educação e a condição da mulher expressa nos documentos oriundos da Organização das Nações Unidas, de modo a cotejar os dados da realidade com o discurso do capital, no que diz respeito à equidade entre os gêneros. Neste intuito, atentaremos para a questão propagada pela ideologia capitalista de que a educação será a força promotora da igualdade entre os sexos, promulgada nos documentos oficiais das agências internacionais, tais como: ONU Mulheres; Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Temos acompanhado com particular atenção a ênfase conferida por esses organismos ao debate acerca da discriminação sofrida pela mulher. Aqui, vale destacar o ano de 1975 como marco para esta dita “preocupação”, quando ocorreu a I Conferência Internacional sobre a Mulher, na Cidade do México, onde foi declarado que o período de 1975-1985 seria a “Década da Mulher”, bem como, na ocasião, o ano de 1975 foi eleito como o “Ano Internacional da Mulher”.

A Primeira Conferência não se esgotou em si mesma, rastreamos vários outros eventos e documentos que deram continuidade aos objetivos ali traçados, cujos discursos denotam o intuito de promover a igualdade entre os sexos, a saber: II Conferência Mundial sobre a Mulher, Copenhague, 1980; III Conferência Mundial sobre a Mulher, Nairóbi, 1985; IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Beijing, 1995. Ademais, não podemos nos esquecer da Carta das Nações Unidas, aprovada em 1945, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sancionada em 1948, da Convenção para eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher – CEDAW, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1979, da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de 1990, e da Declaração do Milênio, 2000, de onde emanam as Metas do Milênio<sup>1</sup>, dentre outras.

---

<sup>1</sup> São elas: Meta 1 – erradicar a pobreza extrema e a fome; Meta 2 – atingir o ensino básico universal; Meta 3 – promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; Meta 4 – reduzir a mortalidade infantil; Meta 5 – melhorar a saúde materna; Meta 6 – combater o HIV/AIDS, a malária e

Desse modo, pretendemos contribuir no campo da elaboração teórica acerca do tema, tendo em vista a importância do assunto, que notamos ser tão pouco discutido no meio acadêmico no qual estamos inseridos: Universidade Estadual do Ceará. Hoje, mais do que nunca, urge, no campo marxista, um estudo sobre a opressão/exploração que recai sobre todas as mulheres trabalhadoras e suas implicações quanto ao acesso ao trabalho e à educação.

Há uma ideologia muito difundida, de que a Educação é capaz de promover a igualdade entre os gêneros, o empoderamento das mulheres e de diminuir os altos índices de violência, seja ela física, psicológica e moral, tudo isso, graças, também, ao acesso equitativo de meninas e meninos à educação.

Percebemos a existência de tal relação, ainda no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual, por conta do projeto de pesquisa de que fazíamos parte, intitulado “O Movimento de Educação para Todos e a Crítica Marxista”, vinculado ao Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO. Era o ano de 2008, e estudávamos os documentos oriundos da EPT – Educação para Todos, tais como: Declaração Mundial sobre Educação para Todos; Marco de Ação de Dakar; Declaração do Milênio, bem como, os Relatórios de Monitoramento Global da EPT. Tais documentos e relatórios expressavam a opinião de que a educação é uma ferramenta capaz de acabar com a pobreza e a fome extrema, as guerras, todo tipo de violência, de proteger o meio ambiente, e também de promover a igualdade entre homens e mulheres.

Gostaríamos de destacar a importância do referido Instituto no sentido de desmistificar esta ideologia de que a educação é a solução para as mazelas que atingem a população mundial. Com uma gama de trabalhos teóricos, seja em livros, revistas, monografias, dissertação, teses, apresentações de trabalhos a nível nacional e internacional e, várias outras pesquisas, o IMO, em seus 19 anos de existência, busca avançar na compreensão do movimento do real, tendo em vista a alternativa socialista e a emancipação humana.

Atualmente, é propalado pelos meios de comunicação e pelas agências internacionais o quanto a mulher já conquistou de espaço, seja ele no trabalho, na família ou até mesmo social. Todavia, iremos observar em que medida isso é verdade, ou se isso não passa de mais uma falácia do capital. A mulher, enquanto partícipe do gênero humano, sofre opressão pelo simples fato de ser mulher, pois é vista como um ser inferior ao homem. Via de regra, ao sair para o mercado de trabalho, seja por qual razão for, também sofre com a opressão e a exploração; se fica em casa, sofre com a opressão/exploração dos pais, irmãos, tios, avós, enfim, dos familiares; quando se casa, não é diferente, é oprimida e explorada pelo seu companheiro.

Pretendemos, também, analisar, com base no entendimento de que o capitalismo enfrenta uma crise que se alojou na sua própria estrutura do sistema de acumulação e expansão, a problemática da luta das mulheres pela sua emancipação. Como bem explica István Mészáros (2000, p. 07), sobre a crise, “Como tal, esta crise afeta – pela primeira vez em toda a história – o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado”. Dessa maneira, à medida que o capital busca saídas para essa crise, aumentam ainda mais, os problemas da humanidade em extensão e profundidade.

Entendemos, pois, que o capital, em sua crise estrutural, irá procurar formas diversas de se manter como sistema vigente, uma delas será empregar um caráter ideológico à educação, de tal maneira que seja pelo discurso da educação como salvadora das enfermidades sofrida pela humanidade, seja pelo discurso de que a educação é a promotora da igualdade entre homens e mulheres, a educação será a solução e a ferramenta da tão sonhada transformação social esperada por todos.

Para a devida compreensão da condição da mulher no atual modelo produtivo, fez-se necessário recorrermos às análises daqueles que, com base em rigorosos estudos, devassaram o *modus essendi* da sociabilidade capitalista: Karl Marx e Friedrich Engels. Ao publicarem o Manifesto Comunista, em 1848, os autores explicitaram que “A sociedade burguesa moderna que surgiu das ruínas da sociedade feudal não aboliu os antagonismos de classe. Ela só fez estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas” (2007, p.54).

Vivemos, pois, em um modo de produção marcado pela exploração do homem pelo homem e pela divisão da sociedade em classes. Essas classes têm interesses antagônicos, de modo que enquanto uma pequena minoria detém os meios de produção que geram riquezas, a grande maioria detém apenas e tão somente sua força de trabalho.

O referido Manifesto de 1848 (idem, *ibidem*, p.54) também nos fala que “A sociedade como um todo está cada vez mais se dividindo em dois grandes campos hostis, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente uma contra outra: a burguesia e o proletariado”. Os trabalhadores na luta pela sua emancipação precisam ter em mente este corte de classe e reconhecer quem são seus inimigos, bem como, compreender que só com a revolução socialista mundial é que todos os trabalhadores vão viver livres das amarras do capital.

Intriga-nos o interesse que os organismos internacionais vêm demonstrando pela problemática feminina e interessa-nos sobremaneira perscrutar a expressão dessa preocupação contida nos documentos das agências internacionais. Assim, analisando de maneira introdutória alguns desses documentos observamos pontos em comum, que, em sua maioria, pretendem: assegurar os direitos da mulher; enfrentar a violência contra a mulher; promover a igualdade entre os sexos; direito à informação e à educação; efetivação dos compromissos políticos assumidos pelos governos em conferências anteriores. Todavia, tais documentos dão validade a uma questão que é historicamente construída, a *inferioridade feminina* em relação ao sexo masculino.

Alguns intelectuais e até mesmo, militantes do movimento feminino, reproduzem esta chamada inferioridade feminina, sustentada por uma diferença biológica entre os sexos, que se encontra hoje naturalizada. Esta afirmação cria uma espécie de sexismo entre as mulheres e os homens, pois estas colocam que seu inimigo é o homem. Diferenças biológicas entre mulheres e homens são visíveis, mas não é suficiente para explicar concretamente a dominação de um sexo sobre o outro.

Existem várias questões culturais e a maioria delas, inclusive, já naturalizadas que envolvem este tema, que precisa ser estudada para além de sua aparência fenomênica. Questões como: “a mulher é o sexo frágil”; “a mulher tem um dom para os afazeres domésticos”; “que é próprio da mulher ser insegura, indefesa, emotiva”, tais prerrogativas que propalam esta suposta “inferioridade da mulher” em relação ao

homem, na verdade não passam de uma falácia do capital. Elementos constitutivos como, a fragilidade, a fraqueza, a infantilidade, sentimentos/emoção, são condições que atingem a todos os seres humanos, homens e mulheres, mas que, porém, são entendidos como sendo próprios das mulheres, fazendo parte de uma “essência feminina”.

Assim é que, vigora ordinariamente a ideia de que ser mulher é ser indefesa, insegura, frágil, emotiva e infantil, alguém que necessita do outro para ampará-la, e esse outro é sempre um homem. A história nos mostra como isso se manifestou em costumes, hábitos e crenças que afetaram profundamente as mulheres. E o capitalismo não só reproduz esta ideologia de inferiorização da mulher como também tira proveito explorando e oprimindo ainda mais a mulher, no sentido de acumular ainda mais lucros e riqueza.

Este modo de produção precisa de um setor que lhe sirva não só de exército de reserva, mas de mão-de-obra barata, que ocupe os piores empregos por necessidade, que esteja disposto a uma dura carga horária de trabalho para sobreviver, que aceite postos de trabalho com baixo nível de escolaridade e de qualificação, enfim, como é por demais sabido, este setor é basicamente composto de mulheres brancas e, abaixo, vêm as mulheres negras, que sofrem uma opressão/exploração ainda maiores.

O capitalismo avançou consideravelmente, no que diz respeito à tecnologia, à ciência, à medicina, a economia. Alguns até dizem que a própria mulher já conquistou sua liberdade, porém, na prática, a condição da mulher ainda é de inferioridade. O capitalismo não avança, ou melhor, está impedido de avançar na questão da igualdade plena entre homens e mulheres, o que faz com em pleno século XXI as mulheres continuem sendo vítimas de agressões físicas, psicológicas e morais de seus companheiros e familiares.

A concepção de que a mulher sempre exerceu um papel inferior nos diferentes modos de produção cai por terra quando estudamos as sociedades primordiais. Nesse caso, ao tratarmos das obras já citadas, iremos confrontá-las diretamente não só com a obra de Engels, mas também, com a concepção materialista da história que considera o trabalho não só como causa da evolução humana, mas principalmente como o grande responsável pela transformação do indivíduo animal em um ser social. Será a partir da categoria marxista *trabalho*, fundante do ser social, que conduzimos a investigação sobre nosso objeto de estudo.

Em conformidade com Karl Marx e Gyorgy Lukács, precursores da ontologia marxiana, entendemos a categoria trabalho como o ato fundante do ser social. De acordo com Sérgio Lessa e Ivo Tonet (2008; p. 21), “O trabalho é o processo de produção da base material da sociedade pela transformação da natureza”. O indivíduo, ao transformar a natureza, também transforma a si e ao seu meio social.

Essa atividade, exclusiva do ser humano, é constituída por momentos ontologicamente indissociáveis, são eles: a prévia-ideação e a objetivação. A prévia-ideação, o primeiro momento, é a capacidade de projetar com antecedência a ação e o seu produto na consciência humana; é o planejamento que orienta a atividade. Porém, a atividade apenas efetivar-se-á quando o resultado ou o objeto de sua ação materializar-se na prática.

Porém, com o advento do modo de produção capitalista, esta relação, homem e natureza, muda radicalmente. O capitalismo assenta-se na divisão da sociedade em duas classes fundamentais: a burguesia, que são os donos de meios de produção e dos materiais necessários à produção dos meios de subsistência; e o proletariado, que são os despossuídos, obrigados a vender a sua força de trabalho à burguesia, para receber em troca os meios para a sua subsistência.

O trabalho passa a ser visto, por aquele que o executa, não mais como um meio de se constituir enquanto ser social, e, sim, segundo Marx (2004), de forma estranhada. O trabalhador se distancia cada vez mais de sua condição humana e não se reconhece na atividade empreendida por ele. Na expressão do referido autor (2007, p. 64):

À medida que a burguesia, isto é, o capital, se desenvolve, o proletariado, a moderna classe operária, se desenvolve. O proletariado é uma classe que só pode existir na medida em que encontre trabalho e só encontra trabalho na medida em que este aumenta o capital. Estes trabalhadores, que são obrigados a se vender diariamente, se comportam como uma mercadoria, como qualquer outro objeto de comércio.

De uma forma geral, o referencial teórico-metodológico orientador de nossa pesquisa é o materialismo histórico-dialético, que nos permite analisar os fatos para além da aparência fenomênica da realidade, possibilitando-nos fazer uma diferenciação entre o discurso oficial, propalado pelos organismos internacionais, e o real, presente na vida cotidiana das mulheres, tendo como objetivo principal atingir a totalidade da problemática a ser estudada.

Compreendemos que este caminho teórico-metodológico poderá nos permitir uma investigação que apreenda as determinações históricas e as leis que comandam o movimento do real, e não só a sua aparência. Nas palavras de Bottomore (2001, p. 260):

Designa uma visão do desenrolar da história que procura a causa final e a grande força motriz de todos os acontecimentos históricos importantes no desenvolvimento econômico da sociedade, nas transformações dos modos de produção e de troca, na conseqüente divisão da sociedade em classes distintas e na luta entre essas classes.

Assim, o materialismo histórico dialético busca estabelecer uma relação entre sujeito-objeto, aparência e essência, o todo e as partes, as quais encontram-se em constante movimento e são ambas elementos constitutivos de uma mesma realidade. O referido método também se apresenta como possibilidade de construção do conhecimento e de intervenção no real.

A concepção marxista da história parte do desenvolvimento do processo real de produção da vida, ou seja, as análises que fazem parte da história humana têm como base a própria realidade e não são frutos de abstrações. José Paulo Neto em seu livro *Introdução ao estudo do método de Marx* nos esclarece que:

Assim, a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano real (do pensamento). Prossigamos: para Marx, o objeto da pesquisa (no caso, a sociedade burguesa) tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo a aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto (NETO, 2011, p. 21-22).

Visando ao alcance dos objetivos da pesquisa, realizamos um estudo teórico-bibliográfico e documental. A pesquisa bibliográfica fez-se necessária uma vez que pretendemos historicizar a origem e a raiz da opressão sobre a mulher, sua construção e consolidação, principalmente dentro do modo de produção capitalista. A priori, percebemos uma “inferiorização” do trabalho realizado pela mulher em relação ao trabalho realizado pelo homem.

Assim, buscamos analisar a opressão e exploração sobre as mulheres, primeiro; investigando sua historicidade, uma vez que, como tentamos demonstrar, sua origem é anterior ao capitalismo e sua raiz está intrinsecamente relacionada à esfera econômica, e

segundo; procuramos desmistificar o discurso presente nos documentos dos organismos internacionais, que dizem respeito à equidade ao acesso a educação e ao trabalho remunerado para meninos e meninas.

Portanto, no primeiro capítulo, tentamos expor sobre as origens da opressão e da exploração das mulheres, através da pesquisa teórico-bibliográfica, buscando desmistificar a opressão sofrida pelas mulheres como sendo natural, biológica ou cultural. Sendo assim, elencamos a obra de Friedrich Engels, *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1987) como a obra fundamental de nosso texto, nessa primeira parte, pois, além de nos mostrar claramente como surgiu a dominação do homem sobre a mulher, o autor discute o tema tendo como base o materialismo histórico, portanto, Engels analisa cada período histórico da humanidade como um processo de produção e reprodução não só da vida imediata, mas também, da vida social.

Outra obra revisada por nós é o livro de Margaret Mead – *Sexo e Temperamento em três sociedades primitivas* – no qual a autora relata como as diferenças sexuais interferem no temperamento dos indivíduos nas sociedades por ela estudadas. As obras: *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide* – de Cecília Toledo e *Sexo contra sexo ou classe contra classe* – de Evelyn Reed, servem de apoio a nossa fundamentação. Por fim, utilizamos o texto do psicólogo russo Alexis Leontiev (1903-1979) *O homem e a cultura*.

Os importantes descobrimentos sobre a evolução da família, da mulher e do conjunto da humanidade, nós devemos, em larga medida, à Antropologia. Por ser uma ciência que tem como objeto de estudo a pré-história e o desenvolvimento social e cultural da humanidade, tal fato acabou por nos levar a consultar a obra de Margaret Mead. Apesar de o livro da autora não encontrar-se situado na perspectiva da ontologia marxiana, os estudos de Mead elucidam a opressão da mulher como um fenômeno histórico social.

No capítulo dois examinamos os documentos e relatórios elaborados pela ONU com a intenção de compreender e desvelar o discurso desta entidade em relação à condição de vida das mulheres a nível internacional e nacional. A pesquisa documental irá se tornar uma técnica importante, uma vez que, o tema “Questões de gênero” tem se tornado constante em Conferências, Seminários, Semanas, enfim, os mais variados

eventos, organizados por entidades que denominamos estarem do lado ou a favor do discurso do capital.

Portanto, compreendemos que a opressão/exploração contra a mulher não é de ordem divina, não é de origem machista, ou seja, não decorre do fato de que o homem, desde sempre, seja superior a mulher e a oprima. Com efeito, segundo Engels (1987), foi a partir da passagem do matriarcado para o patriarcado que se originou a opressão contra a mulher. Então, foram as necessidades econômicas, sociais, a nova forma de organização familiar os responsáveis, digamos assim, pela condição histórica de opressão e exploração da mulher.

Nesse sentido, à luz do referencial marxista, realizamos uma breve exposição sobre a propalada “questão de gênero”, presente nos documentos e relatórios da ONU, que confinam a condição de violência e de exploração sofrida por milhares de mulheres, a uma questão meramente entre homens e mulheres e não entre trabalhadoras e capital, ou entre burgueses e trabalhadores, assim, impondo-se tal ideologia, nega-se a luta de classes existente no modo de produção capitalista.

## 1. AS ORIGENS DA OPRESSÃO CONTRA A MULHER

O capitalismo teria um sexo dominante? Existiria um sexo superior ao outro? Iremos demonstrar que sim, existe uma dominação de um sexo sobre o outro. No caso do sexo dominante, referimo-nos ao homem e do sexo dominado, a mulher. Esta dominação existe há muito tempo, sendo inclusive anterior aos modos de produções até hoje conhecidos pela humanidade – escravismo, feudalismo e capitalismo – contudo, tal dominação nem sempre existiu.

A superioridade do homem e a inferioridade da mulher foram constituídas na esfera social da história do mundo dos homens, relacionada com implicações da esfera econômica. As diferenças biológicas existentes e evidentes entre os sexos – macho e fêmea – não são suficientes para nos explicar concretamente sobre esta opressão/dominação de um sexo sobre o outro. Alguns teóricos tentam utilizar as diferenças biológicas entre homens e mulheres para explicar tal opressão/dominação, porém, o que acabam por fazer é justificar a opressão sofrida pelas mulheres.

O que buscaremos mostrar nessa primeira parte de nossa pesquisa é como se construiu e desenvolveu, através da história, esta visão de que a mulher é um ser inferior ao homem, ou melhor, a origem da opressão feminina e como esta opressão, hoje, reflete na sua condição partícipe não só do sexo feminino, mais também do gênero humano.

Não é nosso intuito aqui, alongar um debate sobre as ditas diferenças entre os sexos e suas justificativas biológicas ou naturais, deixamos esta discussão para as correntes sexistas e reformistas do movimento feminista, uma vez que tais correntes partem da análise de que o homem é o maior opressor da mulher. Destarte, negam a concepção marxista, a qual pretendemos delinear nesse primeiro capítulo de nossa pesquisa, reafirmando a opressão como possuidora de uma origem social e econômica que perpassa, então, por uma questão de classe, cujo grande opressor e explorador da mulher é o Capital.

O estudo do papel ou função da mulher nas sociedades primitivas, nós devemos à Antropologia, apesar de que ainda faltam informações concretas sobre as

transformações históricas da mulher e da família. Mesmo assim, este campo da ciência foi o que mais avançou nessa questão. Nesse sentido, Toledo (2008, p. 25) afirma:

[...] O Estudo das sociedades primordiais ainda é insuficiente para se afirmar, com precisão milimétrica, qual foi exatamente a origem da opressão da mulher. No entanto, o aspecto fundamental nessa questão foi descoberto pelos estudos das primeiras sociedades humanas, realizados sobretudo pela antropologia: **a comprovação de que a mulher não nasceu oprimida ou inferiorizada, mas passou a ser tratada dessa maneira.** Com base nesses estudos, foi possível uma análise mais objetiva a respeito da origem da opressão da mulher. Nas distintas sociedades primordiais estudadas até hoje, os papéis desempenhados por homens e mulheres, ou seja, a forma como a mulher e o homem eram tratados, sempre esteve relacionada, direta ou indiretamente, à divisão social do trabalho, ao papel que cada um cumpria no modo de produção então vigente. Portanto, a definição desses papéis sempre teve sua matriz nos fundamentos econômicos da sociedade, ou seja, no motor essencial e decisivo que a humanidade obedece em sua história: a produção e a reprodução da vida cotidiana (TOLEDO, 2008, p. 25). (grifo nosso)

Dessa maneira, entendemos que foi com a capacidade do homem primitivo de produzir seus instrumentos de trabalho, que deixamos de ser regidos pelas leis biológicas, saindo assim de nossa esfera animal e nos tornamos seres sociais, passando, desse modo, a ser regidos pela esfera sócio-histórica. Assim, partiremos da compreensão que foi o trabalho o ato fundante e constituinte do homem enquanto ser social.

### **1.1. FRIEDRICH ENGELS E A VISÃO MATERIALISTA DA ORIGEM DA OPRESSÃO CONTRA MULHER**

Para entendermos como se constituiu a opressão da mulher, precisamos compreender as transformações ocorridas nos diversos tipos de famílias, que segundo a obra de Engels (1987) foram quatro: família consanguínea; família punaluaná; família sindiásmica e família monogâmica. Esta obra de Engels teve sua primeira edição em 1884. O autor se baseou principalmente na obra do antropólogo norte-americano Lewis Henry Morgan (1818-1881) *A Sociedade Antiga* editada em 1877. Tal divisão dos tipos de família é do próprio Morgan.

Outra divisão importante realizada por Morgan foi da pré-história em três épocas principais: estado selvagem; barbárie e civilização. Subdividindo as duas primeiras em fases inferior, média e superior. De acordo com Engels, o autor só se ocupa das duas

primeiras e da passagem para a terceira e a subdivisão estava de acordo com os progressos obtidos na produção dos meios de existência (1987, p. 21).

Engels (1987, p. 30), citando Morgan no seu livro a respeito do desenvolvimento da família, nos diz que:

[...] A família, diz Morgan, é o elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado. Os sistemas de parentesco, pelo contrário, são passivos; só depois de longos intervalos, registram os progressos feitos pela família, e não sofrem uma modificação radical senão quando a família já se modificou radicalmente (ENGELS, 1987, p. 30).

Se olharmos o conceito de família hoje no dicionário<sup>2</sup> teremos: “O pai, a mãe e os filhos: família numerosa. / Todas as pessoas do mesmo sangue, como filhos, irmãos, sobrinhos etc”. O conceito de família que conhecemos é exatamente este, pai, mãe e filho(s), todavia, este modelo de família nem sempre existiu, é fruto da evolução humana. Morgan diz que a família não é estacionária, e que esta evolui à medida que a sociedade também evolui, ou seja, o modo de produção também entra nesse debate, se não de qual outra maneira teríamos tal evolução? Contudo, já passamos por diversas transformações na esfera econômica: Escravismo; Feudalismo e Capitalismo, e ainda continuamos nessa mesma forma de família. O sistema de parentesco sim, este continua estacionado. Será que a colocação de Morgan está ultrapassada ou equivocada? Entendemos que não. Este tipo de família é fruto da divisão sexual do trabalho, e esta divisão era até então desconhecida pelos primitivos estudados por Morgan. Com o surgimento da divisão social de classes este tipo de família se adequa perfeitamente à lógica da produção e da reprodução das sociedades de cada época histórica. Enquanto a família conhecida como nuclear – Pai, Mãe, Filho – servir de base para a exploração e a opressão de uma classe à outra, a família não irá evoluir. Só em uma sociedade sem classes sociais é que a família terá condições concretas para tal evolução.

Elencaremos a seguir as principais características dos tipos de família trazidos por Friedrich Engels. A Família Consanguínea se constituiu como a primeira etapa da família. Os grupos conjugais classificam-se por gerações: todos os avôs e avós, nos limites da família, são maridos e mulheres entre si; e irmãos e irmãs, primos e primas são maridos e mulheres uns dos outros, porém, ficam excluídos pais e filhos das

---

<sup>2</sup> Conceito tirado do site: <http://www.dicionariodoaurelio.com/Familia.html>

relações sexuais recíprocas (p. 37-38). O segundo progresso corresponde à Família Punaluana, que, além de excluir pais e mães das relações sexuais, agora também exclui irmãos e irmãs, mas tal ocorrência foi lenta, a princípio casos isolados, até se tornar regra geral (p. 39). A partir desse modelo de família, Punaluana, são instituídas as gens. “A gens formou a base da ordem social da maioria, senão da totalidade, dos povos bárbaros do mundo, e dela passamos, na Grécia e em Roma, sem transições, à civilização (idem, ibidem, p. 40)”.

Uma característica importante da família punaluana é o matrimônio por grupos. Segundo Engels:

O matrimônio por grupos, a forma de casamento em que grupos inteiros de homens e grupos inteiros de mulheres pertencem-se mutuamente, deixando bem pouca margem para os ciúmes. Além disso, numa fase posterior de desenvolvimento, vamos nos deparar com a poliandria, forma excepcional, que exclui, em medida ainda maior, os ciúmes, e que por isso, é desconhecida entre os animais (1987, p.36).

Outra particularidade desse tipo de matrimônio é a que não se pode saber com certeza quem é o pai de uma criança, mas a mãe, sim. Em todas as localidades onde existiu o matrimônio por grupos, a descendência só podia ser demonstrada pela linhagem materna, por conseguinte, só se reconhecia a filiação feminina. Engels, dialogando com Morgan, nos relata que:

A família punaluana propiciava, por um lado, a explicação completa do sistema de parentesco vigente entre os índios americanos e que tinha sido o ponto de partida de todas as investigações de Morgan; por outro lado, era a base para a dedução da gens do direito materno [...] No entanto, em sua família punaluana, ele teve a felicidade de encontrar a mais elevada, a clássica forma do matrimônio por grupos, a forma que explica de maneira mais simples a passagem a uma forma superior (ENGELS, 1987, p. 44-45).

Observa-se nesse tipo de matrimônio que o homem tinha uma mulher principal entre suas numerosas esposas, e era para ela, o esposo principal entre todos os outros. Mas com as crescentes complicações e proibições de casamento, tornaram-se cada vez mais difíceis as uniões por grupos, que foram substituídas pela Família Sindiásmica. Segundo Engels (1987, p. 49):

Neste estágio, um homem vive com uma mulher, mas de maneira tal que a poligamia e a infidelidade ocasional continuam a ser um direito do homem, embora a poligamia seja raramente observada, por causas econômicas; ao mesmo tempo, exige-se a mais rigorosa fidelidade das mulheres, enquanto dure a vida em comum, sendo o adultério destas cruelmente castigado. O vínculo conjugal, todavia, dissolve-se com facilidade por uma ou por outra parte, e depois, como antes, os filhos pertencem exclusivamente à mãe (1987, p. 49).

Características relevantes nesse tipo de organização familiar, não encontradas nas organizações familiar anteriores, são: o matrimônio por rapto e o matrimônio por compra. Para Engels (1987, p. 49-50), tais ocorrências aconteceram:

Enquanto nas anteriores formas de família os homens nunca passavam por dificuldades para encontrar mulheres, e tinham até mais do que precisavam, agora as mulheres escasseavam e era necessário procurá-las. Por isso começam, com o matrimônio sindiásmico, o rapto e a compra de mulheres, sintomas bastante difundidos, mas nada além de sintomas de uma transformação muito mais profunda que se havia efetuado (ENGELS, 49-50).

Engels (1987) expõe que estes episódios de rapto ou compra de mulheres se deveram ao fato de as proibições internas das tribos perante as relações sexuais e o casamento, chegando ao ponto de um homem ter que raptar ou comprar sua esposa, por causa da escassez de mulheres em sua própria tribo com que este pudesse se relacionar. Engels mais uma vez cita Morgan em relação a este assunto:

Nessa exclusão, cada vez maior, que afeta os parentes consangüíneos do laço conjugal, a seleção natural continua a produzir seus efeitos. Segundo Morgan, o “matrimônio entre gens não consangüíneas engendra uma raça mais forte, tanto física como mentalmente; mesclavam-se duas tribos adiantadas, e os novos crânios e cérebros cresciam naturalmente até que compreendiam as capacidades de ambas as tribos” (1987, p. 49, grifo do autor).

De acordo com Engels (1987), “o matrimônio é dissolúvel à vontade de cada um dos cônjuges [...], permanecendo o filho com a mulher e ficando cada uma das partes livre para casar novamente” (p. 50). Mesmo com a família sindiásmica, esta não representou a queda da mulher e sua importância social e econômica perante a tribo. Sobre este tipo de família, Engels nos diz:

A família sindiásmica, demasiada débil e instável por si mesma para fazer sentir a necessidade ou simplesmente o desejo de um lar particular, não suprime, em absoluto, o lar comunista que nos apresenta a época precedente. Mas lar comunista significa domínio da mulher na casa; tal como o reconhecimento exclusivo da mãe própria, na impossibilidade de conhecer com certeza o verdadeiro pai; significa alto apreço pelas mulheres, isto é, pelas mães (1987, p. 50).

Seguindo adiante com Engels (1987, p. 50-51), o autor relata sobre a situação da mulher na comunidade primitiva:

Uma das ideias mais absurdas que nos transmitiu a filosofia do século XVIII é a de que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem. Entre todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram nas fases inferior, média e até (em parte) superior da barbárie, a mulher não só é livre como, também, muito considerada. Artur Wright, que foi durante muitos anos

missionário entre os iroqueses-senecas, pode atestar qual é a situação da mulher, ainda no matrimônio sindiásmico: “A respeito de suas famílias, na época em que ainda viviam na antigas casas-grandes (domicílios comunistas de muitas famílias) ... predominava sempre lá o clã (uma gens) e as mulheres arranjavam maridos em outros clãs (gens)... Habitualmente as mulheres mandavam na casa; as provisões eram comuns, mas – ai do pobre marido ou amante que fosse preguiçoso ou desajeitado demais para trazer sua parte ao fundo de provisões da comunidade! Por mais filhos ou objetos pessoais que tivesse na casa, podia, a qualquer momento ver-se obrigado a arrumar a trouxa e sair porta afora. E era inútil tentar opor resistência, porque a casa se convertia para ele num inferno; não havia remédio senão o de voltar ao seu próprio clã (gens) ou, o que costumava acontecer com frequência, contrair novos matrimônios em outro. As mulheres constituíam a grande força dentro dos clãs (gens) e, mesmo, em todos os lugares. Elas não vacilavam, quando a ocasião exigia, em destituir um chefe e rebaixá-lo à condição de mero guerreiro.” (1987, p. 50-51, grifo do autor).

Sobre a passagem da família sindiásmica para a família monogâmica, Engels (1987) descreve:

A família sindiásmica aparece no limite entre o estado selvagem e a barbárie, no mais das vezes durante a fase superior do primeiro, apenas em certos lugares durante a fase inferior da segunda. É a forma característica da barbárie, como o matrimônio por grupos é a do estado selvagem e a monogamia é a da civilização. Para que a família sindiásmica evoluísse até chegar a uma monogamia estável, foram necessárias causas diversas daquelas cuja ação temos estudado até agora. Na família sindiásmica já o grupo havia ficado reduzido à sua última unidade, à sua molécula biatômica: um homem e uma mulher. A seleção natural realizara sua obra, reduzindo cada vez mais a comunidade dos matrimônios; nada mais havia a fazer nesse sentido. Portanto, se não tivessem entrado em jogo novas forças impulsionadoras de ordem social, não teria havido qualquer razão para que da família sindiásmica surgisse outra forma de família. Mas tais forças impulsionadoras entraram em jogo (1987, p. 56).

Quanto a estas tais forças impulsionadoras que resultaram da família sindiásmica para a família monogâmica e, também, como veremos, do matriarcado para o patriarcado, Toledo (2008) resume da seguinte maneira:

As relações de produção foram o motor das transformações operadas no seio da família. Na Europa, observa Engels, a domesticação de animais e a criação de gado haviam aberto uma fonte de riquezas até então desconhecida, criando condições sociais inteiramente novas. Rapidamente desenvolveu-se a propriedade particular de rebanhos, nas mãos dos chefes de família. A introdução da criação de gado, a fabricação de metais e tecidos e, finalmente, a agricultura, mudaram completamente as relações sociais. As mulheres agora tinham valor de troca e eram compradas com dotes, como ocorreu com as forças de trabalho, sobretudo desde que os rebanhos deixaram de ser propriedade do clã para se tornar propriedade particular da família (2008, p. 27-28).

Podemos perceber que, nas sociedades primordiais, os bens materiais eram coletivos, isto é, pertencia a toda comunidade, bem como, também, não existia a propriedade privada dos meios de produção, além de a principal característica de todas

ser o matriarcado, ou seja, a mulher não só exercia sua autoridade familiar como também, a descendência da família só podia ser verificada a partir da mãe. Agora o homem começa a criar novos instrumentos de trabalho e a deter o controle das técnicas e dos meios de produção; estes fatores propiciaram um excedente na produção. Assim, o homem sentiu a necessidade de deixar os bens materiais que acumulou durante a vida na forma de herança, mas para isso, precisava saber quem eram seus filhos. Conforme Engels (1987):

Dessa forma, pois, as riquezas, à medida que iam aumentando, davam, por um lado, ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família, e, por outro lado, faziam com que nascesse nele a idéia de valer-se desta vantagem para modificar, em proveito de seus filhos, a ordem da herança estabelecida. Mas isso não se poderia fazer enquanto permanecesse vigente a filiação segundo o direito materno. Esse direito teria que ser abolido, e o foi. E isto não foi tão difícil quanto hoje nos parece. Tal revolução – uma das mais profundas que a humanidade já conheceu – não teve necessidade de tocar em nenhum dos membros vivos da gens. Todos os membros da gens puderam continuar sendo o que até então haviam sido. Bastou decidir simplesmente que, de futuro, os descendentes de um membro masculino permaneceriam na gens, mas os descendentes de um membro feminino sairiam dela, passando à gens de seu pai. Assim, foram abolidas a filiação feminina e o direito hereditário materno, sendo substituídos pela filiação masculina e o direito hereditário paterno (1987, p. 59-60).

O primeiro efeito do poder exclusivo dos homens no interior da família é o patriarcado, a principal característica que assinala a passagem do matrimônio sindiásmico à monogamia. Podemos verificar que esta passagem não possui nenhuma relação com uma “suposta” superioridade biológica, física ou mental do homem sobre a mulher, e sim com exigências sócio-econômicas e com o surgimento da propriedade privada dos instrumentos de trabalho e dos meios de produção. Engels, inclusive, relata que este fato foi o grande responsável pela a derrocada das mulheres. Segundo o autor:

O desmoronamento do direito materno, *a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo*. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heróicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida (1987, p. 61, grifo do autor).

A mulher é afastada da produção social, passando a ocupar a função de reprodutora, e recolhendo-se ao mundo doméstico. A mulher passa à condição de submissa ao homem, tornando-se escrava do lar e objeto sexual.

Evelyn Reed<sup>3</sup>, em um de seus discursos, comentando justamente sobre o referido assunto, fez a seguinte indagação: “Como se produziu esta inversão tão drástica?” (2008, p. 35); a autora responde que:

Na verdade, ela teve início com a introdução de grandes mudanças na estrutura da sociedade, e com o rompimento do antigo sistema comunista (ou comunal). Enquanto as mulheres mantiveram suas instituições coletivas, conseguiram não ser derrotadas; mas quando surgiu o novo sistema de propriedade privada, o matrimônio monogâmico e a família, as mulheres se dispersaram e cada uma se converteu em uma esposa solitária e mãe confinada a um lar isolado. Enquanto as mulheres estavam unidas, representavam uma grande força social. Separadas e isoladas umas das outras, e confinadas à cozinha e à educação dos filhos, perderam todo o seu poder. Este processo histórico foi entretanto negado e obscurecido por aqueles que desejam manter os mitos e defendem a existência eterna da instituição matrimonial e da família (2008, p. 35).

É importante ressaltar que no casamento monogâmico, implantado dentro dessa comunidade primitiva, restringe-se a poliandria – mulheres que têm vários parceiros -, porém, conserva-se a poligamia – homens que têm várias parceiras. A liberdade sexual que a mulher gozava lhe foi retirada, sob pena de ser castigada caso traísse seu companheiro. Chegamos à conclusão de quanto maior a liberdade sexual da mulher em uma sociedade, maior será sua condição social e sua importância na esfera econômica, assim como, sua autoridade, chefia e liberdade em outras esferas. Agora, quanto menor for a liberdade sexual da mulher, menor será sua condição social e maior será sua opressão e exploração, não só pelos homens, mas, principalmente, pelo o modo de produção vigente. Tal fato, a humanidade, deve ao casamento monogâmico, a propriedade privada e o patriarcalismo.

Para Engels (1987), o triunfo definitivo da família monogâmica é um dos sintomas da civilização nascente, o qual se baseia,

No predomínio do homem; sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão, um dia, na posse dos bens dos pais. A família monogâmica diferencia-se do matrimônio sindiásmico por uma solidez muito maior dos laços conjugais, que já não podem ser rompidos por vontade de qualquer das partes. Agora, como regra, só o homem pode rompê-lo e repudiar sua mulher. Ao homem, igualmente, se concede o direito à infidelidade conjugal, sancionado ao menos pelo costume (o Código de Napoleão outorga-o expressamente, desde que ele não traga a concubina ao domicílio conjugal), e esse direito se exerce cada vez cada vez mais amplamente, à medida que se processa a evolução da

<sup>3</sup> Este discurso foi pronunciado no dia 9 de maio de 1969, em reunião patrocinada pelo SDS – Students for a Democratic Society, na Universidade de Emory, Atlanta, na Georgia. O referido discurso se encontra no livro *Sexo contra sexo ou classe contra classe*, publicado pela editora Sundermann, em 2008.

sociedade. Quando a mulher, por acaso, recorda as antigas práticas sexuais e intenta renová-las, é castigada mais rigorosamente do que em qualquer outra época anterior (ENGELS, 1987, p. 66).

Em outro trecho de seu livro, Engels comenta sobre as punições contra as mulheres infiéis, “Para assegurar a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade de seus filhos, aquela é entregue, sem reservas, ao poder do homem: quando este a mata, não faz mais do que exercer seu direito” (1987, p. 62). Gostaríamos de abrir um parêntese aqui, para trazermos dados da atualidade sobre a questão da violência contra a mulher, uma vez que as ordens dos fatos não estão muito diferentes. Em 2010, apenas no estado do Ceará foram assassinadas 153 mulheres<sup>4</sup>; em 2011, até junho, foram 69 mulheres assassinadas<sup>5</sup>. Assim como a citação acima de Engels, a maioria desses crimes foram cometidos por: namorados (ou ex); maridos (ou ex); enfim, pelo próprio companheiro ou parceiro.

Ainda sobre a comunidade primitiva, através de nossos estudos, verificamos que nenhuma mulher dependia exclusivamente do homem para seu sustento, e nenhuma criança dependia de um único pai e de uma única mãe para sobreviver e se manter. Nesse sentido, Engels (1987), faz o seguinte comentário: “A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio” (p. 70). O próprio autor explana que, muito pelo contrário,

Ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história. Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim, encontro a seguinte frase: “a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre homens e mulheres para a procriação dos filhos”. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homens e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (ENGELS, 1987, p. 70-71).

Esta divisão sexual e social do trabalho entre as ditas funções femininas e masculinas em nada serviu a mulher, pois, além de ter tornado a capacidade da mulher de procriar em seu maior inimigo – a gravidez passa a ser vista como um sinal de fraqueza, debilidade e fragilidade – proporcionou também uma maior exploração do trabalho feminino, evidenciada na dupla jornada da mulher. A mulher trabalhadora além

---

<sup>4</sup> Dado disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=915464>. Acesso em: 26.03.2012

<sup>5</sup> Dado disponível em: <http://www.ipunoticias.net/2011/06/ceara-registra-69-mulheres-assassinadas.html>. Acesso em: 26.03.2012

de ter que dar conta de todas as tarefas domésticas<sup>6</sup> e cuidar das crianças, já que foi este o ganho com a referida divisão do trabalho, ainda tem que trabalhar fora, para garantir um aumento das finanças da família. Isto também é herança do matrimônio monogâmico.

Para Engels (1987):

A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade (1987, p. 71).

Com o advento do casamento monogâmico e sua consolidação posterior em todos os modos de produções, assim como a solidificação da estrutura familiar deste tipo de matrimônio, propalou o homem como chefe da família, propiciando uma relação de dominação do homem sobre a mulher. Tal situação fez com que Engels redigisse uma famosa frase: “Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário” (1987, p. 80).

Vale observar que tão grande se tornou esta relação de opressão do sexo masculino sobre o feminino, que o machismo, tão arraigado e disseminado por todos os modos de produções anteriores, e mais do que nunca propagandeado pelo Capital, que as próprias mulheres o reproduzem, em nome de uma chamada naturalização, que, como já mostramos aqui, tem uma origem econômica e social, logo nada tem a ver com uma questão biológica, fisiológica. A raiz da opressão, conforme Friedrich Engels demonstrou materialmente, está intrinsecamente relacionada com a esfera da produção dos meios de existência criados pelo homem.

Como bem explanou Engels em seu texto “Do socialismo utópico ao socialismo científico” publicado pela primeira vez em francês, em 1880,

A visão materialista da história parte do princípio de que a produção, e logo a seguir à produção a troca dos seus produtos, são a base de toda a ordem social; de que, em cada sociedade que surge na história, a repartição dos produtos, e com ela a divisão social em classes ou estados [Stände], é regulada pelo que se produz e como se produz, e como o produzido é trocado. Portanto, as causas últimas de todas as transformações sociais e

---

<sup>6</sup> Desde crianças, as mulheres são treinadas para as tarefas domésticas, e quando esta se casa, é tarefa exclusivamente sua, cuidar da casa. Do homem se espera que este trabalhe para garantir o sustento da família.

revolucionamentos políticos são de procurar, não nas cabeças dos homens, [...]; são de procurar, não na filosofia, mas na economia da época em questão (ENGELS, 1985, p. 149).

Então, quando afirmamos que Engels retirou a opressão sofrida pelas mulheres da esfera biológica e natural e a colocou na esfera da produção, é porque nossas relações sociais, sejam entre amigos, sejam entre familiares, estão, em última instância, relacionadas às leis advindas da esfera econômica – a qual contém o trabalho, como elemento central - e como vivemos sob as regras de um modo de produção regido pela exploração do homem pelo homem, na propriedade privada e na acumulação da riqueza por uma pequena parcela da população, nossas relações serão influenciadas por esta esfera produtiva. Assim, a mulher é vista como uma propriedade privada do homem e vice-versa, é comum vermos os corpos de homens e muito mais os das mulheres expostos como mercadorias, produzindo de tal modo, uma degenerescência entre os indivíduos, expressadas numa violência doméstica sem precedentes.

Entretanto, Engels, em 1884, ano da publicação do seu livro *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, nos apontou uma saída:

No mundo industrial, entretanto, o caráter específico da opressão econômica que pesa sobre o proletariado não se manifesta em todo o seu rigor senão quando suprimidos todos os privilégios legais de classe dos capitalistas e juridicamente estabelecida a plena igualdade das duas classes. A república democrática não suprime o antagonismo de classe; pelo contrário, ela não faz senão proporcionar o terreno no qual o combate vai ser decidido. De igual maneira, o caráter particular do predomínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social *efetiva* entre ambos, não se manifestaram com toda a nitidez senão quando o homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais. Então é se há de ver que a libertação da mulher exige, como primeira condição, a reincorporação de todo o sexo feminino à indústria social, o que, por sua vez, requer a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade (1987, p. 80-81).

Analisando esta obra de Engels, fundamentalmente, a parte onde o autor descreve sobre a origem e desenvolvimento da família, aliás, a parte onde nos detemos com mais atenção, observamos que o casamento monogâmico e o patriarcalismo, trouxeram consigo além do domínio explícito do homem sobre a mulher, no sentido de garantir a legitimidade dos filhos, também acarretou uma forte repressão sexual da mulher, passando esta a viver privada de sua liberdade sexual, anteriormente adquirida. Voltaremos a tratar sobre o assunto mais adiante.

## 1.2. MARGARET MEAD E A VISÃO ANTROPOLÓGICA CULTURALISTA DA OPRESSÃO CONTRA A MULHER

Entraremos agora na obra de Margaret Mead (1901-1978). A autora foi uma antropóloga culturalista norte-americana. Seu livro estudado por nós será *Sexo e temperamento em três sociedades primitivas*<sup>7</sup>, editado pela primeira vez em 1935. A autora viajou para Nova Guiné para observar, em três tribos, até que ponto o temperamento de um indivíduo está biologicamente determinado pelo sexo. Mead (2009, p. 22), diz qual é o objetivo de seu estudo:

Este estudo não se ocupa da existência ou não de diferenças reais e universais entre os sexos, sejam qualitativas ou quantitativas. Não se trata de saber se a mulher é mais estável do que o homem, como se pretendeu antes que a doutrina da evolução exaltasse a variabilidade, ou menos instável, como se afirmou depois. Não é um tratado sobre os direitos da mulher, nem uma pesquisa das bases do feminismo. É, muito simplesmente, um relato de como três sociedades primitivas agruparam suas atitudes sociais em relação ao temperamento em torno dos fatos realmente evidentes das diferenças sexuais.

Mais adiante, a autora ressalta qual a problematização de seu livro:

Impus-me como problema o estudo do condicionamento das personalidades sociais dos dois sexos, na esperança de que tal investigação lançasse alguma luz sobre as diferenças sexuais. Eu compartilhava a crença geral da nossa sociedade de que havia um temperamento ligado ao sexo natural, que no máximo poderia ser distorcido ou afastado da expressão normal. Nem de leve eu suspeitava que os temperamentos que reputamos naturais a um sexo pudessem, ao invés, ser meras variações do temperamento humano a que os membros de um ou ambos os sexos pudessem, com maior ou menor sucesso no caso dos indivíduos diferentes, ser aproximados através da educação (MEAD, 2009, p. 26-27).

A naturalização das diferenças sexuais entre os sexos, justificada, pelas diferenças biológicas, é muito comum não só no meio acadêmico, mais também, no próprio movimento feminino. O sexo, também é natural, as diferenças biológicas, por exemplo, entre os órgãos sexuais, determinarão o sexo do indivíduo – macho ou fêmea. Entretanto, o que cada um vai ser ou a função que cada um irá exercer, as chamadas funções masculinas e femininas, estas são uma construção sócio-histórica, cuja educação e cultura tiveram um papel preponderante, no sentido não só de aproximar – como cita a autora e como veremos na sociedade Arapesh, relatada a seguir – mais, principalmente, cumpriram um papel de agudizar tais diferenças.

---

<sup>7</sup> A obra foi publicada pela primeira vez no Brasil em 1969, pela Editora Perspectiva. Nós estudaremos a 4ª edição, lançado pela mesma editora em 2009.

As três tribos estudadas por Mead foram: os Arapesh; os Mundugumor e os Tchambuli. A primeira tribo observada foram os Arapesh, que vivem nas montanhas. Os homens e as mulheres recebem uma educação um pouco parecida, principalmente no que diz a passividade e para não praticarem guerras. Para Mead: “Pode-se dizer que o papel do homem, como o da mulher, é maternal” (2009, p. 40). O pai participa tanto quanto a mulher na criação e no cuidado com os filhos, desde a gestação até a fase adulta. Em outra passagem Mead comenta: “Se a tarefa da esposa é mais urgente – quando não há verduras para a refeição da noite, ou um pernil tem de ser levado a um vizinho na aldeia próxima – o esposo fica em casa e cuida do bebê” (2009, p. 61).

A autora relata sobre a forma em que está organizada a vida Arapesh:

Como homens e mulheres, fisiologicamente diferentes e dotados de potencialidades diversas, unem-se numa façanha comum, que é primordialmente maternal, nutritiva e orientada para fora do eu, em direção às necessidades da geração seguinte. É uma cultura em que homens e mulheres fazem coisas diferentes pelas mesmas razões; em que não se espera que os homens respondam a uma série de motivações e as mulheres a outras; em que, se é dada maior autoridade ao homem é porque a autoridade é um mal necessário que alguém, e este alguém é o parceiro mais livre, deve exercer. É uma cultura em que, se as mulheres são excluídas das cerimônias, é por causa delas próprias, e não como um artifício para favorecer o orgulho dos homens, que se esforçam árdua e desesperadamente no sentido de guardar os segredos perigosos que tornariam suas esposas doentes e deformariam seus filhos nascituros. É uma sociedade onde o homem concebe a responsabilidade, a chefia, a apresentação pública e a adoção de arrogâncias como obrigações onerosas que lhe são impostas, e das quais ele se sente muito feliz em escapar na idade matura, logo que seu filho mais velho atingir a puberdade (MEAD, 2009, p. 41-42).

Podemos perceber que existe uma divisão entre as funções ligadas ao sexo, talvez muito mais ligada à cultura e aos costumes, do que qualquer outra coisa. Porém, constatamos nessa obra de Mead, que os homens Arapesh são os que, mesmo que eles vejam como uma obrigação, ocupam os cargos de chefia, e a função progenitora da mulher é ressaltada, no sentido de que, é por isso que elas não sabem dos segredos que envolvem a tribo, não ocupam cargo da chefia, porque, nada pode atrapalhar esta sua função. Mead (2009) relata quanto a isso,

À medida que as crianças crescem e atravessam o período em que, quando no medo se agarram às saias das mães, surge uma marcante diferença entre os sexos na atitude para com o *tamberan*<sup>8</sup>. As meninas continuam a seguir os

---

<sup>8</sup> Tamberan é o patrono sobrenatural dos homens adultos da tribo; ele (ou eles), pois algumas vezes é concebido individualmente, nunca deve ser visto por mulheres e crianças não iniciadas, e é representado

passos das mães, aprendem a não especular, temerosas de que a infelicidade caia sobre todas elas; são tomadas pelo hábito da passividade intelectual, uma falta de interesse intelectual mais pronunciada que aquela que caracteriza a mente de seus irmãos. Tudo o que for estranho, anônimo e desconhecido – sons diferentes, formas desconhecidas – é proibido às mulheres, cujo dever é proteger sua reprodutividade, atente e ternamente (2009, p. 88, *itálico da autora*).

Qualquer coisa que fuja da ordem natural Arapesh, ou algo estranho e fora do comum, retiram-se as mulheres, ou por elas próprias ou porque mandam os homens, “Não é segura, poria em perigo as próprias mulheres, ameaçaria a ordem do universo onde os homens, as mulheres e crianças vivem em segurança” (Mead, 2009, p. 88) ou então “Vocês, mulheres, não deviam olhar para isso ou isso as arruinará inteiramente” (*idem, ibidem*, p. 89), são alguns exemplos.

Para Mead (2009), apenas duas importantes diferenças foram estabelecidas entre os sexos na tribo Arapesh:

O afeto que envolve as atividades de grupo e a maior manifestabilidade de raiva permitida aos meninos. Esta última é obscurecida por outras considerações de ordem de nascimento e sexo dos irmãos; as meninas que não têm irmãos mostram as mesmas tendências, e os meninos que têm muitas irmãs mostram-nas em menor grau (2009, p. 82).

Os meninos brincam entre si e quando atingem certa idade ou quando o pai e a mãe permitem, acompanham os homens em suas expedições de caça ou plantio. Já as meninas:

São adestradas no transporte de cargas; volumosas cestas são colocadas em suas cabeças, quando ainda são tão pequenas que ainda passam a maior parte do trajeto aninhadas em cestas maiores às costas de suas mães. É-lhes permitido, com grande favor, que carreguem os pertences de seus progenitores, aprendendo a aceitar a carga como um símbolo honroso de crescimento (MEAD, 2009, p. 70).

Todavia, percebemos, a partir do relato de Mead, que existe uma preocupação com ambos os sexos, por parte dos adultos, em relação a estas atividades e tarefas, quanto ao crescimento e desenvolvimento das crianças. Há sempre um adulto, observando, por perto, onde há crianças brincando.

Um detalhe interessante dos Arapesh é que o crescimento e o desenvolvimento de uma criança – seja menina ou menino – são cercados por crenças, tabus, cerimônias,

---

por vários artifícios produtores de ruídos, flautas, apitos, gongos de tira e assim por diante (MEAD, 2009, p. 83).

rituais e misticismo espirituais que regulam toda a sua vida, do nascimento a morte. Exemplo maior de todo esse misticismo Arapesh é sobre o período de gestação da mulher e os primeiros dias de vida da criança, Mead: “Durante alguns dias seguintes ele e sua esposa executam todas as cerimônias que os libertam de todos os tabus, exceto o de comer carne” (2009, p. 59). Mas adiante a autora ainda comenta que:

Fumo e noz de areca são distribuídos a todos que vêm visitar o bebê – aos homens, pelo pai, às mulheres, pela mãe – e aqueles que recebem tais presentes das mãos dos novos pais se obrigam a ajudá-los em qualquer empreendimento futuro, e desta forma o bem-estar do bebê fica ainda mais garantido. A esposa executa uma cerimônia especial, com o propósito de atestar que sua arte na cozinha não será prejudicada pela experiência que acabou de passar (2009, p. 59).

A iniciação de um menino Arapesh também é permeada por rituais e tabus, Mead:

O essencial da iniciação permanece o mesmo; há a segregação ritual da companhia das mulheres, durante a qual o noviço observa certos tabus alimentares especiais, é incisado, faz uma refeição sacrificial do sangue de homens mais velhos e mostram-lhe várias coisas maravilhosas. Estas coisas maravilhosas dividem-se em duas classes: objetos notáveis que ele nunca viu antes, tais como máscaras, outras esculturas e representações; e a revelação, parte da qual, muitas vezes, já lhe foi revelada anteriormente, de que, na verdade, não existe *tamberan*, mas que todas estas coisas são feitas por homens (2009, p. 90-91, itálico da autora).

Já o crescimento e o noivado de uma menina Arapesh são feitos de maneira bastante peculiar, observemos o que Mead relata:

Um menino Arapesh cria a sua esposa. Assim como a reivindicação de um pai para com o seu filho não é tê-lo gerado, mas alimentado, também a reivindicação de um homem à atenção e devoção de sua esposa não é ter pago por ela o preço de noiva, ou por ela ser legalmente sua propriedade, mas por ter ele, de fato, contribuído com o alimento que se transformou em carne e ossos do corpo dela. Uma menina quando completa sete ou oito anos, é prometida em casamento a um menino uns seis anos mais velho que ela, e vai morar na casa do futuro esposo. Ali o sogro, o marido e todos os seus irmãos associam-se na criação da pequena noiva. Sobre o jovem e adolescente marido recai, particularmente, o ônus de cultivar inhames, cuidar do sagu, caçar, com o que alimenta sua esposa. Mais tarde, será esta a maior reivindicação que fará em relação a ela. Se for vagarosa, intratável, ou mostrar má vontade, ele pode invocar este fato: “Cuidei do sagu, cultivei inhame, matei canguru que formou o seu corpo. Por que você não traz lenha?” (2009, p. 97-98, grifo da autora).

Mais adiante a autora ainda fala que:

Acreditam os Arapesh que os pais devem estar capacitados a controlar seus filhos, a quem criaram e, baseados no mesmo princípio, crêem que os maridos devem estar aptos a controlar suas esposas; elas as criaram, são

responsáveis por elas, são mais velhos e têm mais discernimento (MEAD, 2009, p. 98).

Na hora de descrever sobre o ideal de menina e os requisitos para uma boa noiva, Mead, não poupa palavras. Primeiro, ela comenta sobre um pai que quer a filha perto de si, no sentido de ser única e menina, que lhe restou dentro de casa.

[...] “Ela já pode substituir a mãe quando vêm visitantes. Apressa-se em acender o fogo e ferver a panela. Não vou deixá-la partir”. Pois as meninas menores são julgadas primeiro, justamente por esta qualidade: assumem elas com rapidez as responsabilidades domésticas, são diligente e inteligentemente hospitaleiras, ou ficam sentadas, preguiçosas e mal-humoradas, quando entra uma visita em casa? Este predicado de responsabilidade é o exigido de uma esposa, muito mais do que inteligência e beleza, alguém que agraciará a casa de um homem pela receptividade hábil e alegre para com todo mundo – ao marido, a suas visitas e a seus filhos. Uma menina pequena que já aos seis ou sete anos “é capaz de tomar o lugar da mãe” está proclamada esposa desejável (2009, p. 102, aspas da autora).

A menina é levada pelos pais à casa de seu noivo e lá é deixada. Sua vida no novo lar quase não se diferencia da que levava em casa. Dorme com os sogros, trabalha com a sogra, anda com todas as parentas de seu noivo. [...] Para com o seu jovem marido, a sua atitude é de completa *confiança* e aceitação. Nenhum tabu constrangedor marca a naturalidade de suas relações. Ele é simplesmente outro homem mais velho a quem ela procura e de quem depende. Para ele, ela é outra menina, sua menininha especial, cuja mão deve ser segurada nos lugares difíceis das trilhas (2009, p. 103, itálico da autora).

Em relação ao ato sexual, Mead relata que acontece de forma natural, numa idade em que cada um, a seu modo, atingiu a maturidade. Vejamos o que ela diz:

Nenhum dia definitivo é estabelecido; a medida que passam os meses, os pais relaxam mais e mais a vigilância. A moça está agora totalmente madura. O rapaz está alto e bem desenvolvido. Certo dia, os dois, que agora têm permissão de passear juntos e a sós pelo mato, consumarão seu casamento, sem pressa, sem uma data para apoquentá-los com sua inevitabilidade, sem que ninguém saiba ou comente, em resposta a uma situação em que, durante anos, viveram confortavelmente no conhecimento de que pertencem um ao outro (2009, p. 111).

Quanto a este amadurecimento da menina em mulher, o fato importante para os Arapesh, assim como também o é ainda hoje, é a primeira menstruação, que caracteriza a entrada da menina na puberdade. Mead, nos trás ricos detalhes sobre a cerimônia, o ritual e os tabus que envolvem tal acontecimento, o que nós vamos tentar resumir aqui:

A primeira menstruação da menina e o cerimonial que se segue ocorrem, na maioria dos casos, na casa do marido. Mas os irmãos dela devem desempenhar uma parte no cerimonial e são convocados; na falta de irmãos, virão os primos. Seus irmãos constroem-lhe uma cabana menstrual, que é mais sólida e mais bem construída que as das mulheres casadas mais idosas; estas são pequenas e miseráveis estruturas coniformes que elas próprias erigem, sem assoalho, oferecendo escasso abrigo do frio e da chuva. Porém,

para esta primeira segregação, constrói-se um assoalho. À menina adverte-se que se sente com as pernas para frente, joelhos levantados, e de forma nenhuma de pernas cruzadas. [...] A menina é atendida por mulheres mais velhas, suas próprias parentas ou de seu esposo. Friccionam-na toda com urtigas ardentes. Mandam-na enrolar em forma de tubo uma das grandes folhas de urtiga e introduzi-la na vulva; isso assegurará o desenvolvimento de seios grandes e fortes. A menina não ingere alimentos nem bebe água. [...] É bom que jejue durante cinco ou seis dias, porém as mulheres observam-na ansiosamente e, se perceberem que está demasiado fraca, suspendem-no. [...] O pai do jovem esposo o instrui agora sobre o repasto cerimonial que deve preparar para a sua esposa. Este contém toda uma série de ervas especiais e somente sabe fazê-lo aquele que já tenha preparado um para sua esposa. [...] Neste ínterim, as mulheres adornam a menina. Pintam-na nas costas e nos ombros com tinta vermelha. Vestem-lhe uma bela e nova saia de palha, novos brincos nas orelhas. Uma das mulheres empresta-lhe a pequena concha verde em forma de chifre e a pena escarlate que todas as mulheres casadas usam como símbolo de sua condição. Mais tarde, seu marido lhe dará uma. [...] Agora está pronta para subir ao *agehu* e aparecer diante dos olhos de seu esposo e de seus irmãos, que vieram cada qual com um presente [...] (2009, p. 107-108).

Enfim, Mead ressalva sobre as diferenças entre os processos de iniciação de meninos e das meninas:

Esta cerimônia que encerra oficialmente a infância da menina é de ordem diversa da iniciação do menino, embora tenham vários elementos em comum: as urtigas, a dor higiênica auto-infligida, a segregação e a saída cerimonial. O menino, porém, passa de um tipo de vida para outro; antes, era uma criança, agora é um homem com responsabilidade de homem e por isso pode compartilhar os segredos dos homens. Para a menina, não há tal ênfase. Durante quatro anos ou mais, ela viveu na casa do marido. Carregou lenha e água, capinou, plantou e colheu taioba e verduras, preparou refeições e atendeu os bebês; dançou quando houve sorte especial na caça e na colheita. Foi com grupos de jovens cultivar sagu. Suas tarefas foram tarefas de adulto, que compartilhou com as mulheres. O interior de uma cabana menstrual não lhe oferece mistério; desde bebê, junto com seus irmãos e irmãs corriam para dentro e para fora delas. Sua cerimônia de puberdade não é uma admissão ritual a nova ordem de vida; é simplesmente uma passagem ritual de uma crise fisiológica que é importante para sua saúde e crescimento (MEAD, 2009, p. 110).

Como podemos notar a vida cotidiana Arapesh é calma, sem brigas, raiva ou ódio, pois tais sentimentos não são estimulados pelos pais, adultos e velhos. As crianças, desde muito pequenas, são preparadas para o matrimônio, no caso das meninas, um pouco mais cedo do que os meninos, porém, nada que infrinja o que já se tornou comum e aceitável por todos os membros da tribo. Mead fala sobre esse tipo de temperamento que é ressaltado pelos Arapesh, como um comportamento ideal e natural: É difícil julgar o que nos parece o comportamento mais utópico e fictício, dizer que não há diferenças entre homens e mulheres, ou dizer que tanto homens como mulheres são naturalmente maternais, dóceis, receptivos e não agressivos (2009, p. 162).

Quando Mead chega à segunda tribo, os Mundugumor, esta, tem um sentimento de decepção em relação aos Arapesh, pois, como ela mesma conta: “Não encontrara diferenças temperamentais entre os sexos, nem ao estudar suas crenças culturais, nem ao observar os indivíduos na realidade. A interferência era que tais diferenças constituíam questão puramente de cultura [...] (2009, p. 165)”. Mas a frente, Mead (2009) explana sobre sua escolha, em relação aos Mundugumor:

Mas, quando se compreende que, enquanto os Arapesh padronizavam a personalidade tanto de homens como de mulheres num molde que, fora de nossa tendência tradicional, descreveríamos como maternal, feminino, não masculino, os Mundugumor chegaram ao extremo oposto e, novamente desprezando o sexo como base para o estabelecimento de diferenças de personalidade, padronizaram o comportamento de homens e mulheres como ativamente masculinos, viris e sem quaisquer das características suavizadoras e adoçantes que estamos acostumados a crer inalienavelmente femininas, então o acidente histórico que nos levou a estudá-los de preferência a um outro povo é ainda mais notável (MEAD, 2009, p. 168).

Mead (2009) narra que não fácil esta passagem de um povo gentil como os Arapesh, para um grupo de canibais e caçadores de cabeças<sup>9</sup> (2009, p. 169). “A violência, a singularidade das motivações que controlavam este povo alegre, duro e arrogante nos atingiu de tal maneira abrupta, sem aviso, à medida que estudávamos seus costumes e observávamos suas vidas” (2009, p. 170). Em relação à organização social da família, Mead fala que:

Além disso, o ideal social é a grande família polígina, onde um homem tem umas oito ou dez esposas. Nessa família, há uma divisão definida entre o grupo composto do pai e de todas as suas filhas e o grupo composto de cada mãe e seus filhos (2009, p. 178).

Entre os Mundugumor, pais e filhos, mães e filhas são separados por uma hostilidade cedo desenvolvida e socialmente mantida. Tal fato ocorre da seguinte maneira. Um homem só pode se casar com uma mulher se der outra em troca. Então, quando nasce uma menina na família, esta vai ser motivo de disputa entre pai e filho, a fim de saber que irá utilizá-la para o arranjo de uma esposa. A mãe, também não gosta quando nasce uma menina, pois esta poderá servir a seu pai ou, marido, de sua mãe. No caso do pai, além dessa disputa, existe também o fato de que, quando nasce um menino,

---

<sup>9</sup> Iremos aqui reproduzir a nota da autora, que explica sobre estas práticas: “Os Mundugumor encontravam-se sob pleno controle governamental por cerca de três anos. Quando este controle proscreeu a guerra, a caça de cabeças e o canibalismo, a vida dos Mundugumor estancou mortalmente como um relógio, cuja mola se quebrou. Mas a lembrança daquela forma de vida que tão recente e involuntariamente haviam abandonado continuava ainda viva e fresca; crianças de onze ou doze anos haviam participado todas em festas canibais. Nesta seção usarei o presente para descrever a vida como ela fora vivida até três anos antes de nossa chegada” (2009, p. 169).

e até este ter idade de casar, o pai irá invejá-lo pela sua jovialidade, assim, também irá ocorrer com a mãe, quando nasce uma menina. Então, vejam que desde o nascimento, uma criança irá ser hostilizada ou pela mãe ou pelo pai, a depender do sexo. “Espera-se que todo homem obtenha uma esposa dando a sua irmã em troca da irmã de outro homem. Teoricamente, não existe outra forma legal pela qual possa obter uma esposa [...]” (MEAD, 2009, p. 179).

Mais adiante, a autora ainda comenta que: “Um irmão mais velho, especialmente se o pai estiver morto, pode trocar todas as suas irmãs por esposas e deixar os irmãos mais jovens sem recursos” (idem, *ibidem*, p. 179). O conflito entre os próprios membros familiares é constantemente aguçado, e visto como algo comum e natural entre os Mundugumor. Quanto à iniciação dos meninos Mead narra:

A iniciação deixou de ser um processo pelo qual todos os meninos de certa idade são admitidos na comunidade dos homens adultos. Ao invés, as flautas sagradas e as cerimônias de iniciação, sem as quais ninguém pode olhar para as flautas, tornaram-se parte do jogo que os grandes homens executam em busca de prestígio e fama. Um grande homem, um homem com muitas esposas, e conseqüentemente com a riqueza necessária, pode tomar a si a tarefa de promover uma festa de iniciação. Constrói uma grande casa para a ocasião, e todos os homens e jovens que nunca viram esta espécie de objeto sagrado, são reunidos e forçados a se submeter ao tipo particular de tortura que acompanha aquele objeto sagrado: incisões com dentes de crocodilo, queimaduras ou espancamento. Tais festas são dadas de modo muito irregular, ao capricho de um grande homem. Muitos dos não-iniciados são adultos e casados. A iniciação nada tem a ver com a consecução do crescimento, *status* ou o direito de casar. Tudo é organizado em torno da idéia de exclusão e do direito dos iniciados de escarnecer e de excluir os não-iniciados (2009, p. 181-182, *italico da autora*).

No caso das meninas, a iniciação tem praticamente o mesmo sentido:

Às meninas, entre os Mundugumor, é dada uma escolha. Desejam ser iniciadas e observar os tabus alimentares resultantes da iniciação – pois as meninas não são submetidas a nenhum dos ordálios da escarificação – ou preferem permanecer espectadoras não-iniciadas que comem o que querem no ano seguinte à iniciação? Cerca de dois terços das meninas optam pela iniciação (2009, p. 182).

Em relação à vida econômica dos Mundugumor, Mead (2009) nos fala:

[...] Os Mundugumor são ricos; têm terras em superabundância, seus barads piscosos estão cheios de peixe; geração após geração de ancestrais plantaram coqueiros e arequeiras. Têm copiosos suprimentos de sagüeiros; seus campos produzem o fumo tão valorizado por seus vizinhos. Suas palmeiras são tão abundantes que eles dizem casualmente serem os morcegos os plantadores. Comparemos essa abundância com as condições Arapesh, onde cada coqueiro tem um nome e sua genealogia é afetuosamente lembrada. Além disso, esta vida econômica, na prática, não requer qualquer cooperação entre as famílias. O trabalho executado pelos homens pode ser facilmente feito

apenas por eles. Fazem plantações de inhames, derrubam sagüeiros que fermentam e apodrecem o chão, de modo que o sagu comestível floresce no tronco apodrecido. As mulheres fazem todo o resto. Os homens podem brigar e recusar-se a falar uns com os outros; podem mudar suas casas, a maioria das quais são frágeis, rapidamente construídas, de um lado para outro da localidade; podem emburrar-se junto de seus fogos, ou planejar vingança com um novo grupo de associados – o trabalho doméstico prossegue ininterrupto. As distâncias são curtas, o terreno é plano, existem canoas para percorrer distâncias maiores, rio acima e rio abaixo. Alegrementemente e sem excessivo esforço, as mulheres fortes e bem nutridas conduzem o trabalho da tribo. Trepam até nos coqueiros – uma tarefa da qual quase todos os primitivos da Nova Guiné isentam as mulheres adultas (2009, p. 184-185).

A violência e vingança são as formas de expressão mais comuns em ambos os sexos, nesse sentido, para Mead, quase não há diferenciação entre os sexos:

A única proteção sempre oferecida às crianças é a posição sobre os ombros do pai, onde se seguram bem acima do mundo, e por esforço próprio. Quando um pouco mais velhas, até mesmo este socorro lhes é negado, e a criança amedrontada ou zangada se refugia num mosquiteiro vazio e lá permanece, imaginando uma vingança, até que as lágrimas secam. Jamais uma gentileza ou carinho lhes foi dirigido a fim de torná-los dóceis (MEAD, 2009, p. 205).

Meninos de sete anos desafiam os pais e abandonam o lar. As meninas são consideradas igualmente violentas, agressivas e ciumentas, tanto quanto os meninos. Contudo, Mead comenta que os Mundugumor não são um povo ganancioso, interessado em acumular propriedades. Mas de suas flautas são extraordinariamente orgulhosos, também é um povo pródigo e muitas vezes generoso, mais numa explosão de raiva e ódio, pode vir a quebrar sua flauta, desmontá-la e retirar-lhe toda a sua ornamentação (MEAD, 2009, p. 208).

Mead faz uma narração interessante sobre a virgindade:

Antes de se casar, a moça pode ter muitas aventuras, cada uma caracterizada pela mesma violência célere; mas é um risco. Se o caso for descoberto, a comunidade inteira saberá que já não é virgem; e os Mundugumor dão valor à virgindade de suas filhas e noivas. Somente uma virgem pode ser oferecida em troca de outra virgem, e uma jovem que se sabe ter perdido a virgindade só pode ser trocada por outra cujo valor de permuta esteja da mesma forma prejudicado. Entretanto, se um homem se casa com uma jovem e então descobre que ela não é virgem, nada diz, pois agora sua própria reputação está envolvida e as pessoas zombariam dele (2009, p. 211).

O ideal Mundugumor é o homem violento e agressivo, casado com uma mulher também violenta e agressiva, estas características como percebemos são estimuladas e não poderia ser de outra forma, pela maneira como as crianças já ao nascer se inserem

em um ambiente onde prevalecem estes tipos de sentimentos. Mead descreve de forma resumida, mas, bastante eficaz, a organização social dos Mundugumor:

É esta, pois, a estrutura da sociedade Mundugumor dentro da qual os jovens crescem, se casam e têm filhos. Há ênfase sobre a virgindade, mas existe também um grupo vigoroso e positivamente sexuado de moças que planejam suas próprias aventuras a despeito de uma restrita vigilância. Há um padrão social que prescreve ser a irmã usada como pagamento pela esposa do irmão, mas este padrão é continuamente desrespeitado pelo pai, pelo irmão e pelo amante sem irmã que tenta raptá-la. [...] Enquanto o rapto de uma mulher é um problema da comunidade inteira, as brigas dentro do lar são freqüentes e têm pouco efeito fora do complexo. Um homem pode surrar a esposa de tal modo que ela se pinte de branco em sinal de luto e vá sentar-se longe de casa, lamentado-se cerimonialmente para que todos os transeuntes a vejam. Estes podem parar por curiosidade, mas nem sequer os próprios irmãos dela se intrometem. Não se trata de uma sociedade onde as mulheres são consideradas fracas e necessitadas da assistência masculina. Quando a mulher se torna intratável, esposo e irmãos se reúnem para chamá-la a ordem. [...] Os interesses dos filhos não chegam a constituir algo capaz de unir os pais; pelo contrário, os filhos tendem a separá-los ou a serem usados nos conflitos entre eles. [...] E durante toda a batalha, a mulher é tida por um adversário apropriado, que está em desvantagem, é verdade, mas nunca é frágil (2009, p. 216-217).

Mead chegou a conclusão que os resultados obtidos são semelhantes ao comparar as duas sociedades – Mundugumor e Arapesh; os homens e as mulheres foram moldados para o mesmo padrão temperamental, embora este padrão, em sua violência, seu individualismo, seu apetite de poder e posição, tratando-se dos indivíduos Mundugumor, contrastasse agudamente com a personalidade Arapesh, com sua ênfase carinhosa e dócil (2009, p. 229).

A próxima comunidade, os Tchambuli, assim como os Mundugumor, também eram caçadores de cabeças, porém, com a intervenção do governo, tal prática foi abolida, passando os homens ao ofício das artes, como cerâmica, pintura e decoração das casas cerimoniais com belas esculturas.

As mulheres dessa tribo é que são o grupo economicamente ativo, elas que são responsáveis, além das tarefas domésticas elas pescam, cozinham, remendam e trançam mosquiteiros, enquanto os homens ficam nas casas cerimoniais com suas atividades artísticas. Mead expõe sobre as características do homem Tchambuli:

Assim como os Arapesh fazem o cultivo dos alimentos e da criação dos filhos a maior aventura de suas vidas e os Mundugumor encontram maior satisfação na luta e na aquisição competitiva de mulheres, os Tchambuli, pode-se dizer, vivem principalmente para a arte. Todo homem é um artista e a maioria hábil não apenas numa arte, porém em várias: na dança, na escultura, no trançado, na pintura etc. Todo homem se preocupa com seu papel no cenário de sua sociedade, com a elaboração de seu traje, com a beleza das máscaras que possui, com sua habilidade de tocar flauta, com o

aperfeiçoamento e o *élan* de suas cerimoniais, com o reconhecimento e a valorização que outros dispensam a seu desempenho (2009, p. 239, itálico da autora).

#### Já as mulheres Tchambuli:

[...] têm tempo não só para suas pescarias, mas ainda para colher todas as delicadas variedades de raízes de lírios-d'água, sementes de lótus e trepadeiras, com que banqueteiavam seus jovens parentes do sexo masculino quando aparecem para cavar com suas mães e tias [...] (MEAD, 2009, p. 237).

As mulheres Tchambuli trabalham em blocos, uma dúzia juntas, trançando mosquiteiros de cuja venda provém a maioria dos *talibum* e dos *kina*. Cozinham juntas para qualquer festa, os fogareiros de barro (painéis redondas com tampas terraceadas, removíveis de um lugar para outro) colocados lado a lado. Cada residência contém de uma a duas dúzias de fogareiros, de modo que nenhuma mulher precise cozinhar num canto sozinha. Toda ênfase recai no companheirismo, no trabalho feliz e eficiente, estimulado por animadas brincadeiras e tagarelice (MEAD, 2009, p. 245, itálico da autora).

#### Quanto à organização familiar e social entre os Tchambuli, Mead comenta:

Isto porque, apesar dos Tchambuli serem patrilineares em sua organização, apesar de haver poliginia e do homem pagar pela esposa – duas instituições que popularmente se afiguram degradar as mulheres – são as mulheres, entre os Tchambuli que detêm a verdadeira posição de poder na sociedade. O sistema patrilinear inclui casas e terras, terra de morada e terra de plantio, mas a penas um ou outro homem, particularmente vigoroso, planta. Quanto à alimentação, o povo depende da pesca das mulheres. Os homens nunca pescam, a menos que um cardume apareça de repente no lago, quando saltam das canoas com o espírito jovial e lanceiam alguns peixes. [...] Mas o verdadeiro negócio da pesca é inteiramente controlado pelas mulheres. Em troca do peixe obtêm sagu, taioba, noz de areca. A manufatura mais importante, os mosquiteiros, dois dos quais compram uma canoa comum, é totalmente produzida pelas mulheres. [...] E as mulheres controlam os lucros em *kinas* e *talibum*. É verdade que permitem aos homens efetuar as compras, tanto de alimentos no mercado como no transacionar os mosquiteiros. Os homens convertem estas viagens de compras numa ocasião de gala; quando um homem é incumbido das negociações finais por um dos mosquiteiros de suas esposas, parte resplandescendo, ornado de penas e conchas, para passar alguns dias deliciosos à custa da transação (2009, p. 246, itálico da autora).

A autora fala que um homem que tem mais de uma esposa, tem grandes possibilidades de se tornar um homem rico, já que, são as mulheres quem trabalham. “A verdadeira propriedade, aquela que o homem realmente possui, ele recebe das mulheres, em troca de olhares lânguidos e palavras doces” (MEAD, 2009, p. 247). Mas adiante Mead conta:

A atitude das mulheres em relação aos homens é de carinhosa tolerância e estima. Divertem-se com os jogos que os homens realizam, particularmente com as representações que encenam em seu benefício. Um grande espetáculo de máscaras é ocasião de muito prazer (2009, p. 247).

No tocante as diferenças na educação e criação das meninas e dos meninos Tchambuli, Mead narra:

E complicaram ainda mais a questão, ao decretar que os homens deverão sentir e agir de um modo, as mulheres agir e sentir de forma totalmente diversa. Isso introduz de imediato um novo problema educacional. Se cumprir ajustar adequadamente meninos e meninas a tais atitudes contrastantes para com a vida, seria de esperar que sua primeira educação apresentasse traços contrastantes. Entretanto, até a idade de seis e sete anos, o menino e a menina Tchambuli são tratados exatamente da mesma maneira, e nessa idade, enquanto a menina é rapidamente treinada em ofícios manuais e absorvida na vida sóbria e responsável da mulher, ao menino não é dado um treinamento assim adequado a seu futuro papel. É abandonado, à margem de sua sociedade, um pouco grande demais para as mulheres, um tanto pequeno demais para os homens. Não tem idade suficiente para que confiem nele, dentro de uma de homens, enquanto secretos preparativos estão em desenvolvimento. Sua língua destreinada pode escorregar. Não tem idade bastante para a execução impecável das grandes flautas; não se lhe podem confiar as elaboradas canções secretas do clã, que ele aprenderá a apreçoar através do megafone quando for mais velho (2009, p. 257).

Quando adultos homens e mulheres desempenharão funções diferentes, Mead:

Mas os Tchambuli valorizam primordialmente sua vida social intrincada, delicadamente padronizada, seus ciclos infundáveis de cerimônias e danças, a superfície polida de suas inter-relações. Nem homens, nem mulheres estão idealmente preocupados com objetivos pessoais, quaisquer que sejam eles; as mulheres cooperam com um grande grupo de parentesco, o homem é membro de várias associações, a cujos objetivos e fins supostamente se ajusta. Por prazer, nesse padrão, as mulheres pescam e recolocam suas armadilhas, remam pelo lago na madrugada fria, sobem de volta às suas casas, onde passam o dia inteiro sentadas, trançando mosquiteiros, que trarão mais *kina* e *talibun* à circulação, e é graças à presença da *kina* e do *talibun* que a vida cerimonial é mantida em movimento, pois cada dança, cada cerimônia exige o dispêndio de alimentos e valores. As mulheres dão a esses serviços eficiência impessoal, vigorosa; trabalham não para o esposo ou filho primordialmente, mas para que a dança possa desenrolar-se num estilo grandioso (2009, p. 256, *italico da autora*).

Finalmente, Mead conclui seu trabalho, comparando e confrontando a padronização do temperamento sexual em cada tribo. Para a autora:

Vimos que os Arapesh – homens e mulheres – exibiam uma personalidade que, fora de nossas preocupações historicamente limitadas, chamaríamos maternal em seus aspectos parentais e feminina em seus aspectos sexuais. Encontramos homens, assim como mulheres, treinados a ser cooperativos, não-agressivos, suscetíveis às necessidades e exigências alheias (2009, p. 267).

Em acentuado contraste com tais atitudes, verificamos, em meio aos Mundugumor, que homens e mulheres se desenvolviam como indivíduos implacáveis, agressivos e positivamente sexuados, com um mínimo de aspectos carinhosos e maternais em sua personalidade. [...] Nem os Arapesh nem os Mundugumor tiram proveito de um contraste entre os sexos (2009, 267-268).

Na terceira tribo, os Tchambuli, deparamos verdadeira inversão das atitudes sexuais de nossa própria cultura, sendo a mulher o parceiro dirigente, dominador e impessoal, e o homem a pessoa menos responsável e emocionalmente dependente (2009, p. 268).

Mead conclui que:

Estas três situações sugerem, portanto, uma conclusão muito definida. Se aquelas atitudes temperamentais que tradicionalmente reputamos femininas – tais como passividade, suscetibilidade e disposição de acalantar crianças – podem tão facilmente ser erigidas como padrão masculino numa tribo, e na outra ser prescritas para a maioria das mulheres, assim como a maioria dos homens, não nos resta mais a menor base para considerar tais aspectos de comportamento como ligados ao sexo. E esta conclusão torna-se ainda mais forte quando observamos a verdadeira inversão, entre os Tchambuli, da posição de dominância dos dois sexos, a despeito da existência de instituições patrilineares formais (2009, p. 268).

Por fim, a autora relata:

Somos forçados a concluir que a natureza humana é quase incrivelmente maleável, respondendo acurada e diferentemente a condições culturais contrastantes. As diferenças entre indivíduos que são membros de diferentes culturas, a exemplo das diferentes entre indivíduos dentro da mesma cultura, devem ser atribuídas quase inteiramente às diferenças de condicionamento, em particular durante a primeira infância, e a forma deste condicionamento é culturalmente determinada. As padronizadas diferenças de personalidade entre os sexos são desta ordem, criações culturais às quais cada geração, masculina e feminina, é treinada a conformar-se (2009, p. 267).

Mead (2009) ressalta o papel que a cultura exerce sobre o temperamento humano, dando ênfase, no caso, nas diferenciações entre os sexos, ou seja, o que é dito como masculino e feminino. A cultura, para a autora, é o fator determinante na hora de se estabelecer as diferenças entre os sexos, seja nas tribos por ela estudadas ou na sociedade de seu tempo, ou até ainda em nossa atualidade. Tanto a cultura como a educação cumpriu e ainda cumprem, um importante papel no sentido de reproduzirem as diferenças entre mulheres e homens.

### **1.3. MARXISMO OU CULTURALISMO? A OPRESSÃO CONTRA A MULHER EM XEQUE**

Realmente, este trabalho de Mead mostra o quanto à opressão feminina está mais relacionada à cultura que a natureza ou até mesmo, como já afirmamos anteriormente, às diferenças biológicas entre os sexos ou às funções biológicas das mulheres. Contudo, os traços de nossas personalidades ou o que chamamos de “coisa de mulher” e “coisa de homem”, são construções sociais, e reproduzidas pela cultura e também pela educação.

Para Toledo (2008, p. 31), os estudos de Mead<sup>10</sup> foram importantes no sentido de localizarem a opressão da mulher no sistema de produção e reprodução de sociedades determinadas. De acordo com Toledo,

Os estudos antropológicos desenvolvidos por Margaret Mead (1973) também vão nessa direção. Ela investigou diversas culturas. Suas investigações conseguiram mostrar que os papéis sexuais não são estabelecidos pela natureza, mas pela cultura, pelos costumes, pelas práticas cotidianas dos povos e, sobretudo, pelas necessidades econômicas de sobrevivência (o que chamaríamos relações de produção) (TOLEDO, 2009, p. 31).

Entretanto, iremos aqui, fazer algumas ressalvas no referido trabalho de Margaret Mead. Concordamos com a autora no sentido de que a cultura cumpre um papel determinante na hora da fixação do que constitui o que faz um homem e o que faz uma mulher. Se em uma determinada sociedade – os Mundugumor – tanto homens e mulheres serão agressivos e violentos, então, culturalmente, será passado de geração para geração que todos os homens e mulheres devem ser agressivos e violentos. Também concordamos com a autora que a opressão da mulher nada tem de natural, a mulher não é inferior ao homem porque é da natureza da mulher ser frágil, passiva, emotiva, fraca. Percebemos o contrário pelos relatos de Mead.

Não obstante, esta cultura tem uma origem, e assim como a educação, cumpre uma função importantíssima no campo da produção e reprodução – não só do gênero humano – mas também dos meios de existência e sobrevivência dos indivíduos, influenciando toda a humanidade em valores, costumes, ética, moral, mas também no *status quo* econômico, político e social, vigente em cada época (Escravidismo, Feudalismo e Capitalismo).

Um estudioso importante que vamos utilizar para confrontar com Mead em relação a Cultura, será Alexis Leontiev<sup>11</sup>, com seu texto O homem e a cultura. O referido autor, marxista, diga-se de passagem, postulou em seu texto que era o *trabalho* a atividade primordial e constituinte do ser humano enquanto ser social. Esta definição é

---

<sup>10</sup> Cecília Toledo se refere justamente ao livro *Sexo e Temperamento*.

<sup>11</sup> Alexis Leontiev (1903-1979) foi um psicólogo russo, que juntamente com Lev Vygotsky e Alexander Luria criaram a Psicologia Histórico-Cultural, que difere radicalmente das outras teorias relacionadas a Psicologia, tais como a Gestalt, Behaviorismo e a Psicanálise, pois os autores além de trabalharem com as categorias do campo da Antropologia História e Cultura, reivindicavam o meio social ao qual os indivíduos pertenciam, e também, partiam do ponto de partida da ontologia marxiana, creditando assim a categoria trabalho como a ação que funda o ser humano como um ser social.

importantíssima, pois será a partir dela que iremos nos diferenciar de Mead. De acordo com Leontiev (1978):

Mas então como é que a evolução dos homens se produziu? Qual o “mecanismo”? Pois, desde o princípio da história humana, os próprios homens e as suas condições de vida não deixaram de se modificar e as aquisições da evolução de se transmitir de geração em geração, o que era a condição necessária da continuidade do progresso histórico. Era preciso, portanto, que estas aquisições se fixassem. Mas como, se — já vimos — elas não podem fixar-se sob o efeito da herança biológica? Foi sob uma forma absolutamente particular, forma que só aparece com a sociedade humana: a dos fenômenos externos da *cultura material e intelectual*. Esta forma particular de fixação e de transmissão às gerações seguintes das aquisições da evolução deve o seu aparecimento ao fato, diferentemente dos animais, de os homens terem uma atividade criadora e produtiva. É antes de mais o caso da atividade humana fundamental: *o trabalho* (LEONTIEV, 1978, p. 265, grifos do autor).

Como bem fala a autor, esta “particular forma de fixação e de transmissão às gerações seguintes” está intrinsecamente ligada à atividade exclusiva do ser humano: o trabalho. O trabalho – relação homem e natureza – permite aos indivíduos a sua constituição enquanto partícipe do gênero humano e capaz de modificar a sua realidade. Assim, o homem foi capaz de criar coisas belíssimas, seja no campo da ciência, medicina, tecnologia, seja em outras áreas, tais como, religião, educação, arte.

Porém, com o advento do modo de produção capitalista, a relação homem e natureza muda radicalmente. O capitalismo assenta-se na divisão da sociedade em duas classes: a burguesia, que são os donos dos meios de produção e dos materiais necessários à produção dos meios de subsistência; e o proletariado, que são os despossuídos, obrigados a vender a sua força de trabalho à burguesia, para receber em troca os meios para a sua subsistência.

Entendemos que a burguesia é a detentora dos meios de produção. A classe dominante que contém, em suas mãos, a riqueza gerada pelo trabalho da classe dominada, além de querer manter a ordem econômica, política e social, tal qual está posta. Logo, ela se utilizará de todos os meios para a produção e reprodução de sua cultura, de sua moral, de seus valores e costumes e um longo etc. Como bem disse Leontiev (1978):

Como a minoria dominante possui não apenas os meios de produção material, mas também a maior parte dos meios de produção e de difusão da cultura intelectual e se esforça por os colocar ao serviço dos seus interesses, produz-

se uma estratificação desta mesma cultura. Enquanto no domínio das ciências das ciências que asseguram o progresso técnico se verifica uma acumulação rápida de conhecimentos positivos, no domínio que toca ao homem e à sociedade, à sua natureza e essência, às forças que os fazem avançar e ao seu futuro, nos domínios dos ideais morais e estéticos, o desenvolvimento segue duas vias radicalmente diferentes. Uma tende para acumular as riquezas intelectuais, as ideias, os conhecimentos e os ideais que encarnam o que há de verdadeiramente humano no homem e iluminam os caminhos do progresso histórico: ela reflete os interesses e as aspirações da maioria. A outra tende para a criação de concepções cognitivas, morais e estéticas que servem os interesses das classes dominantes e são destinados a justificar e perpetuar a ordem social existente, em desviar as massas da sua luta pela justiça, igualdade e liberdade, anestesiando e paralisando a sua vontade (LEONTIEV, 1978, p. 276).

Para Aníbal Ponce autor do livro “*Educação e luta de classes*” que teve a sua 22ª edição em 2007, a Educação tem um caráter ideológico imposto pela classe dominante de cada época histórica. Entendemos que é de suma importância trazermos o conceito de Educação, bem como seu papel, para o referido autor.

Não é necessário dizer que a *educação imposta pelos nobres* se encarrega de difundir e reforçar esse privilégio. Uma vez constituídas as classes sociais, *passa a ser um dogma pedagógico a sua conservação*, e quanto mais a educação conserva o *status quo*, mais ela é julgada adequada. Já nem tudo o que a educação inculca nos educandos tem por finalidade o bem comum, a não ser na medida em que “esse bem comum” pode ser uma premissa necessária para manter e reforçar as classes dominantes. Para estas, a riqueza e o saber; para as outras, o trabalho e a ignorância (2007, p. 28-29, grifos do autor).

Se mudarmos, no texto acima, a palavra educação por cultura, mudará o sentido do texto? Entendemos que não. A cultura, assim como explicou Leontiev, é a forma, que só aparece na sociedade humana, de transmissão das aquisições da evolução humana, todavia, também serve aos “interesses das classes dominantes e são destinados a justificar e perpetuar a ordem social existente, em desviar as massas da sua luta pela justiça, igualdade e liberdade” (LEONTIEV, 1978, p. 276).

Em seu livro *Sexo e Temperamento*, Mead não caracteriza o conceito de cultura. A antropóloga reivindica o papel da cultura no sentido da padronização do que é dito como preponderante do sexo masculino e no sexo feminino. Não faz relação da cultura com outras esferas, sejam sociais, econômicas ou políticas. Coloca a problematização do seu livro tal qual como ela estava colocada em sua época, sem ir à origem, sem citar o desenvolvimento sócio-histórico da humanidade, no qual a educação e a cultura cumpriram papel de carro-chefe.

Reed (2008) faz um comentário, o qual iremos reproduzir aqui, a respeito das diferentes correntes filosóficas, e seus estudos no campo da antropologia:

Embora se dividam em várias tendências, os ‘difusionistas’, os ‘funcionalistas’ e os ‘estruturalistas’, as diferenças entre eles são menores, em comparação com sua oposição comum a qualquer apreciação materialista histórica da antropologia. Suas posições estão perfeitamente representadas pelos discípulos de Franz Boas nos Estados Unidos, Radcliffe-Brown na Inglaterra e Lévi-Strauss na França. Todos esses narradores, de diversas orientações, repudiam qualquer conceito unificado do progresso histórico do homem, e limitam-se principalmente a estudar as culturas e os costumes de grupos separados de povos primitivos, comparando uns com os outros ou com a sociedade civilizada. Seu objetivo principal é defender que sempre existiu uma variedade ou diversidade de culturas. Tal fato é inegável. Mas uma observação elementar deste tipo não exclui a necessidade científica, mais avançada, de estabelecer as etapas de desenvolvimento social que a humanidade atravessou no curso de sua larga e completa evolução (2008, p. 27-28).

Mais adiante, autora ainda relata,

Eles seguiram um processo histórico unitário e não o desmembraram, para obterem uma “mistura sem sentido” de dados descritivos. Ao assim proceder, deixaram fora o período mais longo e mais remoto da história da humanidade, que é o período do sistema matriarcal de organização social. Porém, é precisamente este sistema que nos proporciona a informação essencial para compreendermos os problemas relacionados com a mulher e com a família (2008, p. 29).

Tal informação é a descoberta do papel predominante da mulher na sociedade matriarcal (Reed, 2008, p. 29).

Para a autora: Seria difícil dizer o que era mais doloroso para o poder constituído: o fato de que a sociedade primitiva fora coletivista, igualitária e democrática, ou o fato de que fora matriarcal e que as mulheres ocuparam nela posições influentes e respeitadas pela comunidade (REED, 2008, p. 27).

As descobertas no campo do marxismo, no tocante, as origens e a constituição da opressão sócio-histórica feminina, foram, ora ressaltadas, ou com mais frequência negadas, pelos intelectuais e pela academia. Aqui, reivindicamos o marxismo como a principal corrente de pensamento, que retirou a opressão da mulher, bem como, de toda a classe trabalhadora, do campo do senso comum, da cultura, do natural e até mesmo do divino, colocando-o na esfera econômica e na luta diária entre as classes sociais antagonicas que constituíram a humanidade. Engels (1987), em sua obra, mostrou que nem sempre existiram instituições classistas, que as mulheres ocupavam lugar de destaque e eram independentes, confrontando assim, diretamente com não só com a ideologia burguesa, mas também com os valores e a moral da sociedade capitalista.

Por fim, gostaríamos de fazer mais um comentário a respeito do livro de Mead. A autora nega ou não enxergou nas tribos, qualquer traço machista entre as sociedades. Podemos constatar algumas ocorrências, que na época da publicação do livro nos Estados Unidos – 1935 – a cultura machista burguesa já predominava. O que, afinal constatamos, em comum, nas três sociedades – Arapesh, Mundugumor, Tchambuli:

- O espaço doméstico era ocupado exclusivamente pelas mulheres;
- Eram as mulheres que se mudavam para a casa do marido;
- As esposas eram compradas;
- A poligínia era permitida, já as mulheres, principalmente, depois de casadas, eram violentamente proibidas de qualquer tipo de aventura extraconjugal;
- A virgindade feminina era constantemente vigiada.

Pela leitura do livro de Engels (1987), chegamos a conclusão que quanto maior a liberdade sexual da mulher perante a sociedade, maior será sua independência, liberdade, destaque. Percebemos que a liberdade sexual das mulheres nas três tribos estudadas por Mead, era significadamente, restrita. Tais evidências por nós constatadas, não foram localizadas na obra da autora. As ocorrências acima citadas, não são culturalmente reproduzidas? Arrazoar o quanto a cultura é importante, no sentido, de padronizar as diferenças de personalidade entre os sexos, porém, negar até mesmo o papel histórico da cultura, é um equívoco.

Na comunidade Arapesh, Mead, expõe como são tratadas as relações sexuais masculinas, independente de o homem ser casado ou solteiro, ela conta que:

Um encontro ocasional, por outro lado, não oferece nenhuma garantia de segurança. Tal ocorrência é sempre definida como sedução e, como os homens é que andam por outras paragens e caem por acaso nos caminhos nativos das mulheres estranhas, a sedução é imputada à mulher (MEAD, 2009, p. 114).

A cultura machista propala, por muitas vezes, as traições masculinas como uma coisa inevitável e até aceitável, quando o homem diz que foi seduzido sexualmente por uma mulher e que não teve como resistir, e só o fez porque não teve alternativa. Entre os Mundugumor, “não se trata de uma sociedade onde as mulheres são consideradas fracas e necessitadas da assistência masculina” (Mead, 2009, p. 216), contudo, enquanto

a violência e agressões contra as mulheres se fazem presente dentro do lar, sem que a sociedade se envolva ou se intrometa, qualquer outro assunto é tratado socialmente. Só que, aqui, também existe uma diferenciação, que aliás, se assemelha com as outras duas tribos, as mulheres só são convocadas para os assuntos de cunho social, quando este é um assunto particularmente feminino, no caso da iniciação ou do ritual da primeira menstruação, no caso são chamadas as mulheres mais velhas. No entanto, os homens mais velhos são convocados não somente para a iniciação do menino ou qualquer outro ritual, mais também para tratar dos assuntos sociais e políticos.

Mead (2009) diz que não existia nenhuma espécie de poder político, nem mesmo conselho ou assembleia, mais quando surgia algum fato ou atitude de alguém, eram convocados os homens mais velhos para discutirem. Entre os Tchambuli, a autora relata que as mulheres “constituem um grupo sólido, ativo, protetor, jovial, não-perturbado por rivalidades” (Mead, 2009, p. 254). Como são elas o agente provedor não apenas da família, mas de toda a sociedade Tchambuli, elas exercem um papel de destaque social. Todavia, a liberdade sexual e igualdade de direitos das mulheres não serão possíveis apenas com a participação destas na esfera econômica, uma vez que, como já expomos anteriormente, o capitalismo tira proveito das diferenças biológicas entre homens e mulheres, para acumular mais lucros, se apropriando de toda uma cultura machista, que oprime e explora as mulheres trabalhadoras em todo o mundo.

Compreendemos que são as relações econômicas que determinaram, e determinam os papéis sexuais dos indivíduos na sociedade. Assim como, é a esfera econômica que determina a cultura e o papel que esta irá cumprir na composição desses papéis sexuais. Se um sexo é dominante, é porque existe uma esfera econômica e social lhe dizendo podem dominar, e se existe um sexo dominado, é porque existe uma esfera econômica e social lhe dizendo do contrário. Não foram as diferenças fisiológicas ou as biológicas, que determinaram a opressão de sexo – masculino – sobre o outro – feminino – todavia, tais diferenças foram utilizadas e ainda são, pelos modos de produções, no sentido de uma maior opressão e exploração econômica sobre a mulher.

As três tribos estudadas por Mead eram: patriarcal; polígina e estritamente restrita quanto à liberdade sexual feminina. Enquanto a mulher vivia sobre constante vigilância, independente de ser criança, adolescente ou já casada, ao homem, era

permitido se envolver com outras mulheres, em todo o seu desenvolvimento, porém, quando atingisse certa idade, e caso tais encontros ocasionais acontecessem, ou seja, mesmo o homem tendo mais de uma esposa, ainda assim, caso eles a traíssem, ele passava por uma espécie de ritual de purificação, já que este tinha sido enfeitado. Segundo Engels (1987):

Com efeito, o matrimônio por grupos continua existindo, ainda hoje, para os homens. Aquilo que para a mulher é um crime de graves consequências legais e sociais, para o homem é algo considerado honroso, ou, quando muito, uma leve mancha moral que se carrega com satisfação (1987, p. 81).

Entendemos o quanto foi importante, para o desenvolvimento do ser humano, o matriarcado e o direito materno. O fato de a mulher ser o único ser humano capaz de gerar novos seres humanos não era demasiadamente ressaltado como o é na nossa sociedade. A autoridade, independência e liberdade sexual que todas as mulheres gozavam nesse período foram retiradas não só pelo capitalismo, mas por todos os outros modos de produções que o antecederam. Apesar de toda a propaganda capitalista que diz que a mulher é emancipada, goza de liberdade e direitos, não é vista e nem sentida pelas próprias mulheres. O que elas sentem diariamente são as pancadas do machismo e do patriarcalismo, disseminados da maneira mais cruel pelo Capital. Para perceber tal fato, basta pesquisar a quantidade de mulheres que são vítimas diariamente de agressão física, verbal ou psicológica<sup>12</sup>.

Por tudo que já foi explanado anteriormente, percebemos que a família monogâmica foi o início da ruína do sexo feminino. Tal ruína foi agudizada e aprofundada pela divisão da sociedade em classes econômicas e sociais. Quando a sociedade primitiva foi totalmente derrotada na sua base coletivista e matriarcal, tanto os homens quanto as mulheres gozavam de liberdade sexual e igualdade de direitos, surgindo a família monogâmica, a mulher passou a viver em uma espécie de cárcere<sup>13</sup> privado, tendo sua função progeneradora exaustivamente ressaltada, ficando restrita aos cuidados das crianças e da cozinha.

Averiguamos que a luta da mulher contra a sua opressão/exploração é uma luta contra as contradições do modo de produção capitalista, uma vez que, o referido sistema apodera-se de uma forma bárbara e cruel do machismo, no sentido de justificar e

---

<sup>12</sup> Seis em cada 10 brasileiros conhecem alguma mulher que foi vítima de violência doméstica. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br>. Acesso: 03.04.2012.

<sup>13</sup> Termo usado por Evelyn Reed, em seu livro *Sexo contra sexo ou classe contra classe*.

propalar a violência contra a mulher, assim como, é propalado também, pelos meios de comunicação e pela mídia – televisão, músicas, jornais, revistas – reproduzindo a dita *inferioridade feminina*, ora de maneira mais escancarada, ora de maneira mais velada, a seu bel prazer. A falácia do Capital de que a mulher é um ser liberto e emancipado não passa de uma grande mistificação para encobrir toda a exploração econômica sofrida por estas. Como já falamos anteriormente, a mulher, é bombardeada por todos os lados, seja na questão da dura carga de trabalho doméstico ou no cuidado quase que exclusivo das crianças, nas agressões físicas, verbais e psicológicas, no assédio sexual e moral, e ainda, na questão salarial, na qual o salário das mulheres é menor que o dos homens, mesmo quando ocupam o mesmo cargo.

Assim sendo, compreendemos como um impedimento do capital, de avançar na questão sobre a condição feminina, pois caso contrário, irá ferir sua própria lógica de funcionamento, o de acúmulo de lucro, uma vez que, o capitalista se aproveita da condição da mulher para extrair mais e mais lucros – salários menores, diminuição da licença maternidade, etc. Outra questão importante a ser levantada no campo legislativo, e que prova o quão frágeis são as leis que protegem as mulheres, é a Lei Maria da Penha<sup>14</sup>. Como quem reina livremente pelo capitalismo é o machismo, tal lei é insuficiente frente aos números e mulheres que procuram diariamente as delegacias especiais no combate à violência contra a mulher.

A família, hoje, é colocada para as mulheres como uma instituição que deve sempre estar em seus sonhos, bem como, maridos e filhos. Só que esse ideário de família que se proclama em nossos dias é a da família burguesa, que reproduz culturalmente e educacionalmente a sociedade patriarcal, polígina, machista e com restrita liberdade sexual feminina. Marx e Engels, no Manifesto Comunista de 1848 aclamavam pela abolição desse tipo de organização familiar, diziam os autores:

Abolição da família! Até o mais radical se enraivece com esta infame proposta dos comunistas. Qual é a base da família atual, a família burguesa? O capital, o ganho privado. Em sua forma completamente desenvolvida esta família existe apenas entre a burguesia. Mas este estado de coisas encontra seu complemento na ausência prática da família entre os proletários e na prostituição pública. A família burguesa desaparecerá naturalmente quando seu complemento desaparece e ambos desaparecerão com o sumiço do capital (MARX; ENGELS, 2007, p. 82-83).

---

<sup>14</sup> Discutiremos no próximo capítulo esta questão legislativa e os documentos oficiais produzidos pela ONU/UNESCO.

Esse tipo de família burguesa e nuclear – Pai, Mãe e Filho – encontra várias barreiras entre os trabalhadores. Primeiro pela falta de educação sexual e distribuição gratuita pela rede pública de saúde de métodos anticoncepcionais; segundo pela falta de garantia de emprego e salários adequados para a manutenção familiar. Gostaríamos de citar mais uma vez as palavras de Engels (1987) no que diz respeito à libertação da mulher, que exige, “Como primeira condição, a incorporação de todo o sexo feminino à indústria social, o que, por sua vez, requer a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade” (ENGELS, 1987, p. 81). É contra o capital, a luta das mulheres pelo aniquilamento da família burguesa, já que um depende do outro para se sustentar nas esferas de produção e reprodução dos meios de existência e da vida cotidiana.

## **2. OS DOCUMENTOS OFICIAIS DA ONU E SUAS IMPLICAÇÕES NA OPRRESSÃO SOBRE A MULHER**

Neste capítulo, exporemos o mapeamento das categorias que são apresentadas quanto à questão da mulher presente nos documentos produzidos no âmbito dos organismos internacionais. Analisaremos a relação entre a mulher e a educação contida em documentos que têm como tema específico a questão do gênero, nos quais, como teremos ocasião de atestar, esta relação é colocada no sentido de que seria a educação a ferramenta responsável por excelência, pela promoção da equidade entre os sexos e do empoderamento das mulheres.

Averiguaremos documentos e relatórios de duas naturezas: primeiro, os que são vinculados ao Movimento de Educação para Todos - EPT, os quais, enfatizamos, colocam a educação como redentora da condição feminina na atual forma de sociabilidade; e, segundo, os documentos produzidos pela ONU, diretamente voltados à questão de gênero, trazendo a problemática da paridade e igualdade quanto ao acesso equitativo à educação para meninas e meninos.

Destarte, como perceberemos mais à frente, tanto os documentos oriundos da EPT como os documentos da ONU específicos sobre a mulher, se encontram ao estabelecer a educação como a solução para os problemas enfrentados pelas mulheres do mundo inteiro.

Tomamos como pressuposto que todo esse movimento de elaboração de documentos, principalmente os formulados a partir da década de 1990, com seus desdobramentos em relação às mulheres, situa-se em um cenário marcado por uma crise profunda do sistema do capital, indicada por István Mészáros, como de caráter estrutural.

### **2.1 – BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NA EDUCAÇÃO**

Tentaremos aqui tratar, de maneira breve, sobre a relação entre a crise econômica e a educação, no sentido de demonstrarmos, mais adiante, que não cabe à educação, salvar a humanidade das enfermidades causadas pelo Capital.

É de suma importância, situar no contexto de crise estrutural do capital

contemporâneo, a política educacional e a ideologia vigentes, uma vez que o atual projeto educacional está voltado para a produção e reprodução da ordem em vigor, efetivando-se através da negação do conhecimento e da manipulação ideológica, reafirmando o pressuposto de que o capitalismo atravessa uma crise econômica histórica sem precedentes.

Como bem explica Mészáros sobre a crise (2000; p. 07), “Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital”. Esta crise se alojou na própria estrutura do sistema de acumulação e, por conseguinte, mais complexa e severa do que as crises cíclicas inerentes a este modo de produção.

Diante dessa crise, os capitalistas, para manter seus privilégios e lucro, lançam mão de novas políticas econômicas e sociais, a fim de, garantirem a lógica de reprodução do capital. Desse modo, o capital passa a lançar mão de várias estratégias, no sentido, de legitimar suas ações. Em relação a “conquistas de novos mercados”, a nosso ver, o capital, passa a ver na Educação uma possibilidade de saída ou superação da sua crise estrutural.

Primeiro, o Capital passa a usar a educação como uma forma de “amansar” a população mais oprimida dentro dessa sociedade capitalista, tendo em vista que, a educação trás consigo a possibilidade de ascensão social, principalmente, aqueles oriundas dos países periféricos. Segundo, como uma mercadoria, que passa a ser vista como um negócio extremamente lucrativo, pelos os empresários. Tanto que Jimenez e Machado (2007; p.16) nos falam:

Empresários de diferentes áreas de formação, como economia, administração e engenharia, oriundos de grandes instituições, do porte do Credit Suisse Firts Boston Garantia, da Shell ou da Mercedes Benz, vêm adotando a educação como um campo preferencial de investimentos, no qual praticam em grande escala a venda do conhecimento na forma de faculdades, escolas, cursos, projetos e seminários, somando-se ao já mais tradicional e bem-sucedido comércio de livros e material didático (JIMENEZ; MACHADO, 2007, p. 16).

Não por acaso, que a partir da década de 1990, a educação ganha um importante destaque estratégico. Observamos tal fato, a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, que teve como fruto a Declaração Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia, em 1990, onde o Banco Mundial passa a determinar

os ditames educacionais que orientam a educação nos países periféricos, tornando-se referido Banco, como sugeriu Leher (1998), uma espécie de Ministério Internacional da Educação. Esta reunião ou “evento” internacional contou com a participação de mais de 150 países, Organizações Não Governamentais (ONG’s) e vários organismos internacionais, tais como, UNESCO, UNICEF, PNUD e o Banco Mundial.

Tais ditames impostas pelo o Banco Mundial, aqui no Brasil, se expressam nas Diretrizes Curriculares Nacionais lei nº 9.131/1995, que estabelecem orientações para os currículos dos cursos de graduação e se coaduna com a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, orientações estas que, visa comercializar a educação, precarizar o trabalho docente, bem como, negar o conhecimento construído historicamente pelo homem, tornando-o superficial e imediato. Outro ponto importante diz respeito ao Plano Nacional de Educação – PNE, e seu atrelamento a EPT, ressaltado por (RABELO, MENDES SEGUNDO e JIMENEZ, 2008),

[...] O Estado brasileiro, sob o invólucro da Educação para Todos, determina por força da lei – artigo 87, parágrafo 1º da *Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB, 9394-96) – que o Plano Nacional de Educação seja elaborado com base na *Declaração Mundial de Educação para Todos*, devendo concretizar as recomendações de Jomtien. Nesse sentido, nossa LDB (1996, p 20) institui a Década de Educação, declarando, no artigo 87, das Disposições Transitórias que: “A União, no prazo de um ano a partir da publicação dessa lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*” (grifos da autora).

Conforme Leher (1999; p. 26), “Há muito tempo o Banco critica aqueles países que insistem em querer universalizar as tecnologias características do século XX em seus territórios. Porém, nunca o Banco foi tão explícito e determinado em sua política antiuniversitária”. Sendo assim, entendemos que a referida “política antiuniversitária” citada pelo autor faz parte de uma política muito maior do Banco Mundial para o sucateamento da educação pública, abrindo espaço para o setor privado, a educação deixa de ser entendida como um direito social e passa a ser vista como um serviço, que permite a aqueles que a vendem, obterem mais lucros. Percebemos também, uma desresponsabilidade do Estado cada vez maior para com a educação, em todas as suas esferas.

Desse modo, para ressaltar o que queremos explicitar, segundo Jimenez e Machado (2007; p.15) a educação é:

Classificada pela Organização Mundial de Saúde – OMC – como um serviço regido pelas leis do mercado, a educação, transformada em um “meganegócio”, representa já 9% do PIB brasileiro, três vezes mais que o setor energético. Os quatro maiores grupos privados do país contam, juntos, com aproximadamente 3.000 escolas franqueadas, pelas quais faturam 700 milhões de reais ao ano (JIMENEZ; MACHADO, 2007, p. 15).

Portanto, seguindo a ideologia imposta pelo o Banco Mundial, a educação passa a ser definida como um trunfo indispensável para a construção de um mundo melhor, sem fome, guerras, pobreza, desigualdades sociais e entre os sexos, com liberdade para todos e sem injustiças sociais.

## **2.2 – MAPEAMENTO E ANÁLISE DO DOSCUMENTOS**

Como já anunciamos, dividiremos nossa pesquisa documental em dois momentos. Primeiramente, examinaremos aqueles documentos originários da EPT: Declaração Mundial de Educação para Todos – 1990; Marco de Ação de Dakar – 2000; Declaração do Milênio – 2000<sup>15</sup>; Gênero e Educação para Todos: um salto rumo à igualdade de gênero – Relatório Conciso – 2003; Combater a violência baseada em gênero: uma chave para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – 2005; Relatório de Monitoramento de Educação para Todos Brasil 2008 – Educação para Todos 2015: Alcançaremos a meta?

A seguir, analisaremos os documentos de natureza mais geral sobre a condição da mulher: Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher – 1979; Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – 1994; Declaração de Pequim – 1995; – 2008; e Mapa da violência 2012 – Atualização: Homicídios de Mulheres no Brasil – 2012.

Não poderemos deixar ainda de revisitar brevemente, a Carta das Nações Unidas – 1945 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos – 1948, que são documentos elaborados a partir da problemática sobre os direitos humanos, uma vez que os direitos das mulheres são colocados como direitos humanos essenciais.

Assim, além de analisarmos os desdobramentos das metas e objetivos da EPT para o complexo educacional e suas implicações no que diz respeito às condições de

---

<sup>15</sup> Originária do Fórum Mundial de Educação para Todos, em Dakar, no ano 2000.

acesso à educação de meninas e mulheres, enfocaremos, também, os documentos oriundos da ONU e de suas secretarias, em relação à questão de gênero.

### **O Movimento de Educação para Todos e suas implicações na problemática sobre a questão de gênero**

A partir da década de 1990, a ONU começa a elaborar documentos sobre a educação e sua universalização para todas as crianças e jovens e adultos, enfatizando a educação primária. Para não perderem o foco quanto ao debate sobre a problemática de gênero, relacionam-se as condições de acesso à educação das mulheres com a sua falta de empoderamento, participação política e violência sofrida por milhões de mulheres.

O primeiro documento, vinculado à EPT, a expor sobre o assunto, ainda que de maneira introdutória, foi a Declaração Mundial sobre Educação para Todos - EPT, aprovada pela Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia, entre os dias 5 e 9 de março de 1990, bem como, na ocasião foi aprovado também o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, estes documentos expressam o compromisso de representantes de 155 países e 120 organizações não-governamentais – ONGs, no sentido de universalizar a educação básica para meninos e meninas nos países em desenvolvimento até o ano 2000.

Primeiramente, o documento traz alguns dados relevantes: 1) “Mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário”; 2) “Mais de 960 milhões de adultos – dois terços dos quais mulheres são analfabetos”. Como um dos objetivos para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem a EPT descreve no artigo 3º intitulado “Universalizar o acesso à Educação e promover a Equidade” que:

A prioridade mais urgente é melhorar a qualidade e garantir o acesso à educação para meninas e mulheres, e superar todos os obstáculos que impedem sua participação ativa no processo educativo. Os preconceitos e estereótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação (p. 3).

Como princípio, a EPT (1990, p. 9) destaca que “[...] será necessário dar prioridade à melhoria do acesso de meninas e mulheres à educação e a supressão de quantos obstáculos impeçam a sua participação ativa, onde quer que existam essas

injustiças”. Posteriormente, o mesmo documento enfatiza que “Ampliar o acesso à educação básica de qualidade satisfatória é um meio eficaz de fomentar a equidade” (idem, p. 11).

A Conferência Mundial de Educação para Todos, consolidou a Educação inegavelmente, no cenário social como ferramenta por excelência de salvação dos grandes males sociais, como a fome, as doenças, o desemprego, a guerra, a corrupção, a violência e a miséria sob todas as formas. A partir de então, a educação passa a ocupar um lugar de destaque no cenário internacional, sendo tema principal de várias outras conferências, fóruns e reuniões ocorridas, posteriormente a Jomtien, tais como, a Cúpula Mundial de Dakar, Declaração de Cochabamba, Declaração do Milênio, Conferência de Nova Delhi, Declaração de Salamanca e Fóruns Internacionais Consultivos sobre Educação, Reuniões de grupos de Alto Nível de Educação para Todos, Semanas de Ação Mundial, dentre outros. Todos com o intuito de reafirmar o Banco Mundial como gerenciador da educação, onde este tem como objetivos e estratégias mediante o patrocínio de fóruns e conferências, manter suas políticas educacionais aos países da periferia do capital.

Mas como asseveram Jimenez e Mendes Segundo (2007), percebemos também, um grande número de eventos internacionais, que cumprem o papel de reafirmar o compromisso feito primeiramente em Jomtien, no qual “insiste na recomendação de parcerias no âmbito de cada país, apoiadas pela cooperação das instituições regionais e internacionais, com o objetivo de se alcançar as metas de educação para cada cidadão, em cada sociedade envolvida, com responsabilidade e eficácia” (2007, p. 8). Ou seja, propagandeando o conhecido “Todos pela Educação”, onde todos são responsáveis pela educação, sociedade civil, através do voluntariado, organismos internacionais, e principalmente, os empresários, ou seja, o setor privado, pois, a partir disso, a educação passou a ser tratada como um grande mercado comercial.

Os objetivos e as metas da Declaração Mundial de Educação para Todos foram reafirmados entre 26 e 28 de abril de 2000, em Dakar, com a presença de 180 países e 150 Organizações não-governamentais. Os países partícipes da chamada Cúpula Mundial de Educação firmaram um compromisso coletivo denominado Marco de Ação de Dakar, o qual traçou novas estratégias e metas para os próximos quinze anos, além

do que, tal evento avaliou a década de 1990 no que diz respeito à universalização da educação básica para meninos e meninas nos países em desenvolvimento.

Se a EPT colocava o ano 2000 como data-limite para o cumprimento de todas as metas de obtenção da universalização do ensino básico, a Declaração de Dakar aumentou o prazo até 2015. De acordo com o documento, os representantes comprometeram-se a atingirem seis objetivos:

- Ampliar e aperfeiçoar os cuidados e a educação para a primeira infância, especialmente no caso das crianças mais vulneráveis e em situação de maior carência.
- Assegurar que, até 2015, todas as crianças, particularmente as meninas, vivendo em circunstâncias difíceis e as pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso ao ensino primário gratuito, obrigatório e de boa qualidade.
- Assegurar que sejam atendidas as necessidades de aprendizado de todos os jovens e adultos através de acesso equitativo a programas apropriados de aprendizagem e de treinamento para a vida.
- Alcançar, até 2015, uma melhora de 50% nos níveis de alfabetização de adultos, especialmente no que se refere às mulheres, bem como acesso equitativo à educação básica e contínua para todos os adultos.
- Eliminar, até 2015, as disparidades de gênero no ensino primário e secundário, alcançando, em 2015, igualdade de gênero na educação, visando principalmente garantir que as meninas tenham acesso pleno e igualitário, bem como bom desempenho, no ensino primário de boa qualidade.
- Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar a excelência de todos, de forma que resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis sejam alcançados por todos, especialmente em alfabetização linguística e matemática e na capacitação essencial para a vida.

O Marco de Ação de Dakar (2000) também traz como meta:

Eliminar, até 2005, as desigualdades existentes entre os **gêneros** na educação primária e secundária e, até 2015, atingir a igualdade entre os gêneros em educação, concentrando esforços para garantir que as meninas tenham pleno acesso, em igualdade de condições, à educação fundamental de boa qualidade e que consigam completá-la (p. 20). (grifo nosso)

Mas adiante, o mencionado documento declara que:

A não discriminação por motivos culturais, linguísticos, sociais, de **gênero** e individuais constitui direito humano irrenunciável e que deve ser respeitado e fomentado pelos sistemas educacionais (p.33). (grifo nosso)

O Marco de Ação de Dakar (2000) reedita o compromisso de assegurar as necessidades educacionais; melhorar, em 50% até 2015, a alfabetização de adultos;

eliminar, até 2005, as disparidades entre os gêneros; garantir a qualidade da educação para todos; satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem; reduzir, pela metade, a pobreza mundial, dentre outros.

A Declaração do Milênio das Nações Unidas foi aprovada na Cimeira do Milênio – realizada de 6 a 8 de setembro de 2000, em Nova Iorque -, contou com a presença de 147 chefes de Estado e de Governo e de 191 países. Sob os auspícios da ONU, a reunião da Cúpula do Milênio se encerra com compromissos por um mundo melhor. Esta declaração, também elegeu o ano de 2015 para a universalização da educação e erradicação da pobreza. O referido documento também trouxe em seu bojo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM, que seriam oito metas ou jeitos de mudar o mundo: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico fundamental; promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade na infância; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS; garantir a sustentabilidade ambiental; e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Este documento refere-se à problemática feminina da seguinte maneira, “Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher como meios eficazes de combater a pobreza, a fome e as doenças e de promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável” (p. 9).

Assim, como fica claro a relação educação e combate à pobreza presente nos documentos oriundos de Jomtien, Dakar e Declaração do Milênio, nessa última, fica estabelecida a relação entre igualdade de gênero e combate à pobreza. Nos documentos seguintes mapeados por nós, perceberemos melhor esta mesma relação. Outro ponto que apreendemos no referido documento é a necessidade de redução dos índices de medição da pobreza pela metade, como também da mortalidade materna e infantil, tal como observamos na dita Declaração:

Reduzir para a metade, até o ano 2015, a percentagem de habitantes do planeta com rendimentos inferiores a um dólar por dia e a das pessoas que passam fome; de igual modo, reduzir pela metade a percentagem de pessoas que não têm acesso a água potável ou carecem de meios para obter (p. 9)

Reduzir, até essa data, a mortalidade materna em três quartos e a mortalidade de crianças com menos de 5 anos em dois terços, em relação às taxas atuais (p. 9)

Ainda, sobre a erradicação da pobreza a Declaração do Milênio declara que não poupará esforços para libertar os nossos semelhantes, “[...] homens, mulheres e crianças, das condições abjectas e desumanas da pobreza extrema, à qual estão submetidos actualmente mais de 1000 milhões de seres humanos” (2000, p. 6).

Em 2003 foi lançado um documento intitulado “Gênero e Educação para Todos: um salto rumo à igualdade de gênero – Relatório Conciso”. O texto, logo de início, expõe que “Em nenhuma sociedade, as mulheres desfrutam das mesmas oportunidades educacionais oferecidas aos homens. Sua jornada de trabalho é mais longa e seu salário é menor” (p. 3). Do mesmo modo, ele fala que a desigualdade educacional é uma das grandes infrações dos direitos das mulheres e meninas e também uma barreira importante ao desenvolvimento social e econômico, isso a nível mundial.

Nunca é demais repetir o que todos os documentos colocam como uma das metas principais: A paridade entre os gêneros quanto ao acesso à educação primária e secundária até 2005, e a igualdade de gênero até 2015. O texto conceitua o que seria Paridade e Igualdade:

A paridade é um conceito puramente numérico: atingir a paridade entre os gêneros implica que a mesma proporção de meninos e meninas – com relação a suas respectivas faixas etárias – ingressem no sistema educacional e concluam os ciclos primário e secundário. [...] A igualdade entre os gêneros é um conceito mais complexo e também mais difícil de medir. A plena igualdade entre os gêneros implicaria que fossem oferecidas a meninos e meninas as mesmas oportunidades de frequentar a escola, e que eles se beneficiassem de métodos de ensino e de currículos isentos de estereótipos e de orientação acadêmica e serviços de aconselhamento que não fossem afetados por preconceitos de gênero (p. 5).

De acordo com o relatório (2003), o Brasil afirmou que terá erradicado o analfabetismo até 2010, o Paquistão pretende reduzir sua taxa de analfabetismo à metade até 2015, e o Egito tem como objetivo reduzir o analfabetismo a menos de 15% e tornar a pré-escola gratuita e parte da educação básica obrigatória. Como veremos no decorrer do texto, o Brasil não irá erradicar o analfabetismo até 2010, porém, um dado atual e importante sobre o analfabetismo em nosso país indica que,

O Brasil tem 12,9 milhões de pessoas analfabetas, segundo o relatório de 2012 da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), organizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com base em dados de 2011<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Disponível em: <http://noticias.r7.com/educacao/noticias/brasil-tem-quase-13-milhoes-de-analfabetos-numero-caiu- apenas-1-em-tres-anos-20120921.html>

O documento também aponta para o papel primordialmente de salvação da educação, afirmando que “A educação continua a ser uma das mais importantes ferramentas para enfraquecer as forças que levam à desigualdade entre os sexos (p. 20)”. Por fim, o documento faz a relação entre empoderamento das mulheres e o acesso à educação:

As oportunidades de aprendizagem para jovens mulheres são tanto um direito quanto um objetivo. Tais oportunidades aumentam as chances de estas mulheres terem acesso à educação. A alfabetização tem cada vez mais sido combinada à aquisição de habilidades nas áreas de crédito e economia, maternidade, saúde e planejamento familiar (p. 23).

Mais adiante, conclui:

A mudança social pode ser vagarosa, mas ela não pode ser alcançada sem o empoderamento direto da mulher. Iniciativas [...] a tomar decisões e a melhorar suas condições de vida são de suma importância para o alcance da igualdade entre os gêneros na sociedade. A educação é obviamente uma parte vital deste processo de transformação (p. 24).

Por último, um dado importante que observamos no documento citado acima, é que os países com os menores números de professoras primárias são os que apresentam as maiores disparidades entre os gêneros, assim como, na grande maioria dos países, inclusive os industrializados, a presença de professoras decresce do ensino primário para o secundário e do secundário para o superior.

Outro documento estudado por nós foi “Combater a violência baseada em gênero: uma chave para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, de março de 2005. Segundo este documento, é consenso geral reconhecer o papel da igualdade de gênero para atingir todos os ODM. Do mesmo modo coloca que “A violência contra a mulher é o principal resultado das desigualdades baseadas em gênero” (p. 8).

Em um dos capítulos o documento discute acerca do objetivo três dos ODM, “Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres”, tendo como meta “Eliminar as disparidades de gênero no ensino primário e secundário, preferivelmente até 2005, e em todos os níveis de educação até 2015”. Assim, o documento reconhece que,

Este objetivo está baseado na compreensão de que as mulheres são geralmente mais pobres e com menor nível de educação que os homens e representam um segmento maior da população vivendo em absoluta pobreza.

Os índices de analfabetismo das mulheres continuam altos em comparação com os dos homens. Em setores urbanos modernos, existem significativas disparidades de gênero nas oportunidades de empregos, com uma maior proporção de mulheres ocupando posições de nível mais baixo e que requerem menos qualificação em comparação com os homens. Grandes diferenças salariais são visíveis. Barreiras e práticas tradicionais e culturais (ex: a contínua frequência da mutilação e corte dos órgãos genitais femininos, casamentos forçados, práticas de herança da esposa e proibições de propriedade de terras) continuam a criar sérias desvantagens de condição social e econômica e de saúde para as mulheres e meninas (p. 9).

Um ponto que gostaríamos de comentar é que: a citação acima é de um documento elaborado em 2005; a Primeira Conferência sobre a mulher ocorrida na cidade do México foi em 1975; ou seja, a trinta anos que a ONU organiza conferências, elabora declarações, convenções, tratados, relatórios e as mulheres continuam na mesma situação de opressão e exploração que lhe é imposta a séculos. Sendo vítimas de uma violência física cada vez mais degradante e cruel. Então, nesse caso, a famosa frase do cantor Belchior “Ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais”, é de uma incontestável veracidade.

O aludido documento (2005) trás em seu bojo a situação das mulheres, principalmente as que vivem na África, mas especificamente na Subsaariana. Então, são colocados como desafios a serem enfrentados: a autonomia econômica das mulheres, principalmente em relação ao direito a herança, já que em alguns países a viúva não tem direito aos bens deixados pelo marido, ficando com os parentes, do sexo masculino, do falecido e em alguns casos a mulher viúva é obrigada a se casar com um familiar do marido para proteger os bens da família pela linha de herança masculina; o estupro, especialmente o de meninas adolescentes, sendo que, em alguns casos o estupro é libertado da prisão caso venha a se casar com a mulher ou menina que estupro; nas famílias pobres, a menina é a primeira a ser retirada da escola para ajudar a família quando o nível de renda caí, sobretudo nos afazeres domésticos; diminuição da masculinização do ambiente político, incentivando o empoderamento das mulheres em relação a sua maior participação com direito a voz e voto, na esfera política.

No capítulo intitulado “Violência baseada em gênero e HIV/AIDS”, o documento coloca que as mulheres e as crianças tendem a serem mais infectadas do que os homens isso acontece porque,

A pobreza faz com que mulheres entre 19 e 24 anos de idade tenham maior probabilidade de infecção duas vezes maior do que homens, devido a prostituição, ao limitado poder de decisão e à prática de sexo entre diferentes gerações. Uma crescente preferência dos homens por meninas não-infectadas

muito mais jovens exacerbou ainda mais o problema. [...] Mulheres pobres infectadas pelo HIV/AIDS, já fragilizadas economicamente, são frequentemente privadas de seus direitos à propriedade e de serviços de saúde adequados e são retiradas de sua moradia habitual (p. 17).

A meta a ser atingida em relação ao objetivo citado acima é de “Até 2015, ter detido e começado a reverter a disseminação do HIV/AIDS” (p. 17), uma vez que, “Atualmente, 58% das pessoas infectadas com HIV/AIDS na África Subsaariana são mulheres” (p. 18).

No capítulo seguinte, denominado “Violência baseada em gênero em situações de conflito” relata que,

A violência contra as mulheres em situações de conflito atingiu níveis epidêmicos e é uma continuação do que acontece em suas vidas durante o tempo de paz. Mulheres e meninas de todas as idades são estupradas e raptadas para servir como escravas sexuais; mulheres grávidas são atacadas fisicamente; muitas mulheres têm sido assassinadas ou infectadas com o HIV/AIDS. A violência contra as mulheres durante situações de conflitos multiplica-se e intensifica-se muitas vezes, pois os corpos das mulheres viram “campos de batalha” onde forças opostas lutam para obter controle (p. 22).

O próprio documento reconhece que, embora se tenha instrumentos de direitos humanos que consagram os princípios do direito à segurança, à igualdade, à vida, à proteção perante a lei e a liberdade contra à tortura e o tratamento desumano, no entanto, a violência contra a mulher continua crescendo a níveis alarmantes.

O documento também relata que a “violência sexual e abuso estão cada vez mais se tornando armas de guerra” (p. 24), sendo que as maiores vítimas são as crianças e as adolescentes, isso sem falar no tráfico de mulheres. O texto declara ainda que a “Intimidação sexual e crimes cometidos por trabalhadores da ONU e pacificadores também têm sido denunciados” (p. 25).

Em 2011, foi lançado “O Livro Negro da Condição das Mulheres”, uma coletânea de artigos que retratam as formas como vivem e são tratadas mulheres de diversos lugares. Um dos artigos intitula-se “As violências das forças de paz da ONU”, escrito por Nadine Puechguirbal. O texto relata que a exploração sexual – prostituição e a violência sexual – estupro, são casos frequentes de denúncias por mulheres e meninas, aos soldados da força de paz das Nações Unidas.

Conforme Puechguirbal (2011, p. 525), “As primeiras operações de manutenção da paz pela Organização das Nações Unidas consistiam essencialmente em uma

entidade militar encarregada de vigiar o respeito do cessar-fogo entre duas partes”. Porém, suas obrigações, na atualidade, foram ampliadas, segundo explicita esta autora:

Hoje, as operações de manutenção da paz têm um caráter multidisciplinar: elas preenchem um mandato ampliado na restauração de um Estado de direito, no desenvolvimento da boa governança, na reabilitação de países destruídos por um conflito armado, ou ainda na observação do respeito dos direitos humanos (PUECHGUIRBAL, 2011, p. 525).

Ainda, segundo o artigo, em 2004, foi elaborado um relatório pelo conselheiro do secretário-geral das Nações Unidas sobre as questões de exploração e de violência sexual, intitulado “Estratégia global visando eliminar a exploração e os abusos sexuais nas operações de manutenção da paz das Nações Unidas”. O relatório descreve que,

[...] parece que a exploração e os abusos sexuais se traduzem especialmente pela troca de favores sexuais contra dinheiro (em média de um a três dólares [americanos] por relação), comida (consumida imediatamente ou trocada em momento posterior) ou empregos (em particular, de diarista). Mais adiante, o relatório descreve a prática do estupro disfarçado de prostituição, em que garotas recebem dinheiro ou comida depois de terem sido violentadas, a fim de camuflar o estupro como sendo um ato consensual, evitando assim que elas deem queixa (2011, p. 528).

Como uma entidade desse porte e da importância da ONU, que preza a dignidade, segurança, a igualdade entre todos e o respeito pelos direitos humanos possam permitir que os seus agentes atuem como verdadeiros predadores em relação a população que eles deveriam estarem protegendo e prestando auxílio? Relatórios e dados sobre todos os tipos de abusos dos Capacetes Azuis existem, no entanto, ficam somente no papel, pois punições e ajuda humanitária – tão propalada pela ONU – para refazer as vidas dessas pessoas depois da passagem de tais Agentes da Paz, não existe, o que, aliás, esse último, seria até irônico.

Enfim, chegamos ao “Relatório de Monitoramento de Educação para Todos Brasil 2008 – Educação para Todos em 2015: Alcançaremos a meta?”. Esta edição apresenta um relatório global abrangendo as seis metas do Marco de Dakar, analisando o progresso da EPT, busca também, responder as seguintes questões: os governos nacionais têm prosseguido em seus compromissos com as metas da EPT? A comunidade internacional vem promovendo apoio adequado aos governos nacionais? O mundo está progredindo em direção às metas para 2015 e, se não, que metas têm sido negligenciadas e que países e regiões encontram-se em maior dificuldade?

O Brasil está entre os 129 países monitorados, sendo que, seu desempenho é comparado a outros países, que encontram-se no mesmo grupo que o Brasil, este grupo é chamado de E-9 e composto por: Brasil, Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão. Juntos esses países totalizam 3,3 bilhões de habitantes, ou seja, mais de 50% da população mundial. Neles vivem mais da metade das crianças do mundo em idade escolar e mais de 40% das que se encontram fora da escola. Concentram ainda cerca de 70% dos 771 milhões de analfabetos de todo o planeta (p. 10).

Na avaliação do cumprimento das metas de Dakar, o Brasil está entre os países que ainda não atingiram nem estão perto de atingir o conjunto das metas, porém não se encontra entre os que estão muito longe de fazê-lo (2008, p. 12). Dos países do E-9, a exceção da China, para a qual o Relatório de Monitoramento Global não publica os dados, apenas o México está próximo de atingir as metas de Dakar. Indonésia e Egito, ao lado do Brasil, estão na intermediária, já os demais (Nigéria, Paquistão, Índia, Bangladesh) estão distantes de atingirem os objetivos de EPT. Além disso, o Brasil encontra-se em risco de não reduzir pela metade a taxa de analfabetismo e de não alcançar a paridade de gênero nos ensinos fundamental e médio.

Isso sem falar que,

A qualidade do atendimento nas creches e pré-escolas brasileiras também ainda está distante das recomendações do Ministério da Educação, no que tange aos espaços físicos, materiais e projetos pedagógicos e na formação docente (2008, p. 13).

Segundo este relatório, “há no mundo 774 milhões de adultos que não dispõem das competências elementares para ler, escrever e calcular, dos quais 64% são mulheres” (p. 16). Esse número é calculado a partir de levantamentos em que as pessoas declaram se têm ou não essas competências. Se essas competências, que o relatório coloca, fossem medidas diretamente, sem dúvida o número de analfabetos seria muito mais elevado (p. 16).

O documento relata ainda que, em relação ao nível superior, observa-se que aí se aprofunda a disparidade de gênero no Brasil, em favor das mulheres, para cada 100 homens há 132 mulheres nessa etapa educacional. Entretanto, quando se verificam os

curso em que estão matriculadas as estudantes de ensino superior no Brasil, “observa-se que estão sub-representadas em algumas áreas, como a de engenharia, manufatura e construção, arquitetura e ciências, e estão especialmente super-representadas nas áreas de educação, saúde e bem-estar” (p. 18).

O relatório expõe que atitudes de alguns professores muitas vezes revelam práticas sexistas e prejudiciais a um dos gêneros, assim o relatório recomenda que “maior atenção seja dada à temática da igualdade de gêneros na formação de professores” (p. 18) e que, “os livros e o próprio currículo não contribuam para fortalecer preconceitos e estereótipos” (p. 18).

Em relação ao conjunto de professores, o documento informa que “A proporção alunos por professor é elevada, tendo ainda aumentado na África Subsaariana e na Ásia Meridional e Ocidental, desde 1999” (2008, p. 18). O Relatório enfatiza que, no plano mundial, seriam necessários 18 milhões de professores para o ensino primário a fim de alcançar o objetivo da universalização desse ensino, até 2015. Pois, “Precariedade nas condições de trabalho dos professores e carência na contratação dos professores são apontadas como sérios entraves à qualidade na educação” (2008, p. 18).

Quanto aos problemas enfrentados pela educação brasileira o Relatório de Monitoramento Global apresenta alguns fatores fundamentais para uma boa aprendizagem, “incluindo número suficiente de dias letivos, acesso a livros e materiais didáticos, escolas seguras e bem-conservadas, professores com formação e em quantidade adequada” (2008, p. 19).

Segundo o Relatório de Monitoramento, em relação ao objetivo 5 das metas de Dakar, o Brasil encontra-se entre os 12 países<sup>17</sup>, sendo a maioria da América Latina e Caribe, que apresentam risco de não atingir a paridade no ensino primário nem em 2025, podendo ser alcançada a do secundário até 2025.

Um dado que achamos importante mencionar apresentado pelo documento é que,

As maiores desigualdades na frequência à escola na idade apropriada são encontradas quando se confrontam os segmentos populacionais mais pobres e mais ricos. Na educação infantil, a taxa de escolarização dos 20% mais ricos é quase o dobro da apresentada pelos 20% mais pobres, em 2006. A situação mais grave é a das crianças de até três anos: do segmento 20% mais pobre,

---

<sup>17</sup> Os países são: Nicarágua, Gana, Lesoto, Venezuela, Costa Rica, Guiné, Burquina Fasso, Brasil, Ilhas Marshall, Portugal, São Vicente e Granadinas (2008, p. 23).

apenas 9,7% estavam em creches; entre os 20% mais ricos, essa taxa era de 29,6%. No ensino fundamental obrigatório ainda se observa desigualdades (93% a dos mais pobres e 96,3% a dos mais ricos). A proporção daqueles que estão no ensino médio na idade correta é três vezes maior para os que se encontram entre os 20% mais ricos (2008, p. 27).

Este Relatório de Monitoramento Global 2008 apresenta dados acerca das metas de Educação para Todos, os desafios, dificuldades, prioridades, ou seja, uma avaliação geral da educação brasileira. Assim, o documento avalia que o Brasil não irá cumprir, de maneira geral, as metas até 2015, ficando então para o ano 2022, quando o país completará 200 anos de sua independência.

Portanto, observamos o sucateamento e a precarização da educação como um todo, mas especialmente da pública. As políticas educacionais visam, meramente, alcançar altos índices ou estatísticas quantitativas, tais como: número de matrículas; aprovação; presença; assim como baixo índice de reprovação, repetência e abandono. Estes bons resultados também são esperados na aplicação do Saeb – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e da Provinha Brasil.

Nesse sentido, o Relatório de Monitoramento Global comenta que “O Brasil é um dos países que tem investido em avaliação educacional” (2008, p. 19) e que o próprio Relatório se baseia nos resultados dessas avaliações citadas acima, para averiguarem os resultados, no caso, do Brasil.

Desse modo, podemos asseverar que os documentos de “Educação para Todos” no âmbito mundial e nacional fazem parte de uma agenda positiva que mascara e aprofunda não só as desigualdades sociais, mais também, como é o caso de nossa pesquisa a questão da mulher, ela também perpetua as desigualdades entre os sexos.

Depois de passarmos pelos documentos e relatórios do Movimento de Educação para Todos, partiremos agora para os documentos da ONU sobre as mulheres.

Atualmente, a principal agência internacional em prol das mulheres é a Organização das Nações Unidas – ONU, que criou em 2 de julho de 2010, em Nova York, a ONU Mulheres, com a tarefa de acelerar o progresso de entendimento das demandas das mulheres e meninas em todo o mundo. Segundo nota postada no site<sup>18</sup> da referida entidade, sua missão seria:

A ONU Mulheres trabalha com as premissas fundamentais de que as mulheres e meninas ao redor do mundo têm o direito a vida livre de

---

<sup>18</sup> <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/onu-mulheres/>

discriminação, violência e pobreza, e de que a igualdade de gênero é um requisito central para se alcançar o desenvolvimento.

Ainda de acordo com a mesma nota, a ONU Mulheres enfoca cinco áreas prioritárias: Aumentar a liderança e a participação das mulheres; eliminar a violência contra as mulheres e as meninas; engajar as mulheres em todos os aspectos dos processos e paz e segurança; aprimorar o empoderamento econômico das mulheres e colocar a igualdade de gênero no centro do planejamento e dos orçamentos de desenvolvimento social.

A ONU Mulheres ou ONU para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres também reúne quatro agências e escritórios, a saber: Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM); Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW); Escritório de Assessoria Especial em Questões de Gênero e o Instituto de Treinamento e Pesquisa para a promoção da Mulher (INSTRAW)<sup>19</sup>.

Como almejamos fazer um mapeamento e uma análise documental, nos documentos já citados acima, vejamos o que declara a Carta das Nações Unidas<sup>20</sup> no seu Artigo 1 sobre os direitos humanos:

Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

No mesmo caminho vai a Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>21</sup> em seus Artigos I e II:

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

---

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-mulheres/>

<sup>20</sup> A Carta das Nações Unidas é o documento que criou a Organização das Nações Unidas logo após a Segunda Guerra Mundial, em 26 de junho de 1945.

<sup>21</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento que delinea os direitos humanos básicos, foi adotada pela a ONU em 10 de dezembro de 1948.

Tanto a Carta das Nações Unidas, como, a Declaração Universal dos Direitos Humanos são considerados marcos históricos no contexto de defesa e promoção da igualdade entre os homens e mulheres. Contudo, é importante ressaltar que a época em que surgiram, primeiro a ONU e três anos mais tarde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, era o período conhecido como Pós-Guerra, onde houve perda e violação a liberdade e a dignidade humana.

Estes dois documentos são os primeiros instrumentos jurídicos de caráter internacional que tem o intuito de contemplar a igualdade entre os seres humanos sem que possa ser considerado o sexo como motivo de discriminação. Posteriormente, a ONU iniciou uma série de conferências sobre a mulher e seu papel social, que ao todo foram quatro. A Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres teve lugar no México em 1975, este ano foi eleito como o Ano Internacional da Mulher. Na mesma ocasião foi proclamado o Decênio das Nações Unidas para a Mulher (1975/1985).

Esta Conferência foi chamada pela Assembleia Geral da ONU, que identificou três objetivos principais, que se tornariam a base para o trabalho das Nações Unidas em favor das mulheres:

- Plena **igualdade** de gênero e a eliminação da discriminação de gênero;
- A integração e a plena participação das mulheres no **desenvolvimento**;
- Uma maior contribuição das mulheres no fortalecimento da **paz** mundial. (grifo nosso)<sup>22</sup>.

A Segunda Conferência Mundial sobre as Mulheres foi celebrada em Copenhague, Dinamarca, em 1980. Sobre esta Conferência, encontramos um artigo elaborado pela ONU que relata,

Apesar dos progressos realizados, a Conferência de Copenhague reconheceu que os sinais de disparidade estavam começando a surgir entre os direitos garantidos e capacidade das mulheres de exercer esses direitos. Para resolver este problema, a Conferência identificou três áreas de atuação específica, altamente concentrado, foi essencial para que os objetivos gerais de igualdade, desenvolvimento e paz, identificados pela Conferência do México, estavam ser alcançados. Essas três áreas foram o acesso equitativo à educação, oportunidade de emprego e serviços de saúde adequados<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/followup/session/presskit/presskit.htm>

<sup>23</sup> idem

A Terceira Conferência Mundial para o Exame e Avaliação das Realizações da Década das Nações para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, foi convocada em Nairóbi, no ano de 1985. O mesmo artigo citado acima, fala que,

Os dados recolhidos pela Organização das Nações Unidas revelaram que as melhorias na situação das mulheres e dos esforços para reduzir a discriminação, se beneficiaram apenas uma pequena minoria de mulheres. Melhorias na situação das mulheres no mundo em desenvolvimento tinham sido marginais na melhor das hipóteses. Em suma, os objetivos da segunda metade da Década das Nações Unidas para a Mulher não haviam sido cumpridos<sup>24</sup>.

A Quarta e última Conferência aconteceu em Beijing, em 1995. Dessa quarta conferência foi aprovada uma Plataforma de Ação que tem como objetivo a promoção da igualdade, no marco internacional, entre homens e mulheres, seguindo o lema das conferências anteriores, de promover os objetivos de Igualdade, Desenvolvimento e Paz para todas as mulheres.

Um dos primeiros documentos elaborados pelos países membros da ONU, em relação às mulheres, foi a “Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher”, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 18 de dezembro de 1979, entrando em vigor em 03 de setembro de 1981. Sendo que, só foi assinada pelo Brasil, com reservas, em 31 de março de 1981 e ratificada, com reservas, em 01 de fevereiro de 1984. Ela só foi ratificada pelo governo brasileiro sem reservas em 22 de junho de 1994.

O referido documento reafirma, primeiramente, os princípios proclamados na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos de que todos os seres humanos nascem livres e iguais, e que podem invocar seus direitos e liberdades sem distinção alguma, inclusive a de sexo. Frequentemente, este documento é descrito como a Carta Internacional dos Direitos da Mulher. Possuindo 30 artigos, a Convenção debate acerca da reprodução feminina, alimentação, educação, trabalho, planejamento familiar, bem como, também afirma que “[...] a participação da mulher, em igualdade de condições com o homem, em todos os campos, é indispensável para o desenvolvimento pleno e completo de um país, o bem-estar do mundo e a causa da paz (p. 2)”.

---

<sup>24</sup> idem

Uma vez que a Convenção se propõe a eliminar qualquer forma de discriminação contra a mulher, o documento define, no seu artigo 1º, discriminação contra a mulher como:

Para fins da presente Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos políticos, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo (p. 2).

Todavia, não é a toa que a ONU demonstrou tanto interesse em relação a mulher, principalmente na década de setenta, já que o movimento feminista estava em efervescência. Esse reconhecimento por parte do citado documento em o homem e a mulher devem ter os mesmos direitos e liberdades, na verdade era uma reivindicação do movimento feminista, assim como, a luta contra qualquer forma de discriminação contra as mulheres.

Constância Lima Duarte, em seu artigo intitulado Feminismo e literatura no Brasil,<sup>25</sup> discute acerca da relação do movimento feminino e as publicações literárias de ordem nacional e internacional, que tenham como foco o universo feminino. Para a autora (2003, p. 12),

E chegamos aos anos setenta: o momento da onda mais exuberante, a que foi capaz de alterar radicalmente os costumes e tornar as reivindicações mais ousadas em algo normal. 1975 torna-se o Ano Internacional da Mulher, logo estendido por todo o decênio (de 1975 a 1985), tal o estado de penúria da condição feminina, e tantas as metas para eliminar a discriminação. Encontros e congressos de mulheres se sucedem, cada qual com sua especificidade de reflexão, assim como dezenas de organizações, muitas nem tão feministas, mas todas reivindicando maior visibilidade, conscientização política e melhoria nas condições de trabalho.

No entanto, a partir do final da década de 1970 e 1980, começam a surgir aqui no Brasil os Grupos de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher. Segundo Duarte (2003, p. 14), este movimento foi,

[...] muito bem articulado entre as feministas universitárias, alunas e professoras, promoveu a institucionalização dos estudos sobre a mulher, tal como ocorria na Europa e nos Estados Unidos, e sua legitimação diante dos saberes acadêmicos, através da criação de núcleos de estudos, da articulação de grupos de trabalho e da organização de congressos, colóquios e seminários para provocar a saudável troca entre as pesquisadoras.

---

<sup>25</sup> Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010)

Para Cecília Toledo, em seu artigo intitulado “Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide”<sup>26</sup>, tal fato ocasionou um reducionismo, o que a autora chama de questão de gênero. Quanto a isso, Toledo (2001, p. 77) relata que,

Depois das grandes mobilizações dos anos 60 e 70, as mulheres voltaram para a casa, e as discussões feministas transferiram-se das ruas para as salas de aula das universidades. Surgiram os chamados Estudos da Mulher e posteriormente Estudos de Gênero, sobretudo nos países imperialistas, e a luta pela libertação da mulher perdeu o que tinha de mais progressivo: o método de luta, as manifestações massivas, a mobilização, que envolvia outros setores da sociedade (TOLEDO, 2001, p. 77).

Desse modo, o termo gênero passou a ser usado para definir e referir-se quanto ao problema da opressão contra a mulher. O que a nosso ver acabou por ocasionar uma redundância quanto à opressão/exploração sofrida pelas mulheres, pois, se nós declaramos que a sociedade é dividida em classes sociais, entre burgueses e proletários, entre patrões e empregados, tal enfoque de gênero, divide a sociedade entre homens e mulheres ou entre o que é considerado masculino e feminino.

Destarte, Toledo (2001, p. 77) ainda coloca que,

Dentro dos marcos do capitalismo, esses estudos são importantes porque tornam cada vez mais visível a desigualdade da mulher e, em alguns países, sobretudo nos países imperialistas, essa produção acadêmica de fato conseguiu ampliar os espaços da mulher na sociedade. No entanto, é preciso polemizar com essa postura porque, ao centrar a opressão da mulher na desigualdade de **gênero**, restringe-se sua luta aos marcos do capitalismo – tornando-a uma luta por reformas dentro do sistema capitalista – e ignora-se o problema de **classe**, levando a uma política de buscar unir todas as mulheres, independente da posição que ocupam no modo de produção (TOLEDO, 2001, p. 77). (grifos da autora).

O campo da discussão não pode se restringir somente à questão de gênero ou ficar no terreno sexista – mulher contra homem – como, também, não deve ficar no debate do que é natural e cultural, e, assim, acabar justificando, a nosso ver, a opressão contra a mulher. Para nós, marxistas, as relações econômicas e as de produção, determinam todas as demais relações sociais, e que são as condições de classes sociais que define quem será o dominante e o dominado, o explorador e o explorado.

Fizemos esse debate no sentido de confrontarmos os termos, ou melhor, de demonstrar como às vezes uma pequena palavra ou expressão pode mudar o significado de uma situação ou fato. Observamos que também houve essa modificação de enfoque, passando de sexo para gênero. Na Convenção, sobre a eliminação de todas as formas de

<sup>26</sup> A autora tem um livro com o mesmo título, porém optamos pelo artigo publicado na revista *Marxismo Vivo*, nº 2.

discriminação contra a mulher é relatada como baseada no “sexo” (p. 2); já na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará<sup>27</sup>, de 1994, a violência contra a mulher é baseada no “gênero” (p. 2), assim como em outros documentos.

Um documento bastante citado seja em artigos ou em outros documentos elaborados pela ONU é o “Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento - CIPD”, ocorrida no Egito, na cidade do Cairo, entre os dias 5 e 13 de setembro de 1994. Elaborada quatro anos após Jomtien, a Conferência chegou ao consenso sobre três metas a serem alcançadas até aquela data tão propalada e esperada, a saber, 2015: a redução da mortalidade infantil e materna; o acesso à educação, especialmente para as meninas; e o acesso universal a uma ampla gama de serviços de saúde reprodutiva para as meninas.

Os Princípios da CIPD estão declarados no capítulo II, do citado documento, totalizando 15. O princípio 4 é o que fala mas diretamente sobre a mulher,

O progresso na igualdade e equidade dos sexos, a emancipação da mulher, a eliminação de toda espécie de violência contra ela e a garantia de poder ela própria controlar sua fecundidade são pedras fundamentais de programas relacionados com população e desenvolvimento. Os direitos humanos da mulher e da menina são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. A plena e igual participação da mulher na vida civil, cultural, econômica, política e social, nos âmbitos nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo são objetivos prioritários da comunidade internacional (p.43).

O documento também estabelece o ano de 2015, como o ano da grande festa da igualdade de gênero, bem como se chegou a um consenso sobre três metas a serem alcançadas na mesma data: redução da mortalidade infantil e materna; acesso à educação, especialmente para as meninas; e o acesso a serviços de saúde reprodutiva, incluindo o planejamento familiar.

A Conferência faz um amplo debate acerca da situação da mulher, a nível internacional, trazendo temas como, saúde reprodutiva, planejamento familiar, prevenção a doenças sexualmente transmissíveis, discutindo a relação entre sexualidade e saúde da criança, do adolescente e do idoso. Contudo vários países fizeram reservas quanto a Conferência, principalmente no que diz respeito à saúde e sexualidade

---

<sup>27</sup> Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/images/stories/pdf/convencaobelem1994.pdf>

feminina, isso por conta do uso da expressão “interrupção da gravidez”, ou seja, aborto, apoiando-se, essencialmente, nos princípios da Igreja Católica, mais também observamos tal posicionamento na maioria dos países árabes. Ao mesmo tempo notamos tal postura em relação ao núcleo familiar, união entre homem e mulher e que produza filhos.

Sobre o aborto o documento reconhece que existe um grande número de mulheres que morrem em decorrência de um aborto inseguro (p.75), porém coloca que em nenhuma hipótese o aborto deva ser promovido como forma de planejamento familiar (p. 77) e,

Em circunstâncias em que o aborto não contraria a lei, esse aborto deve ser seguro. Em todos os casos, as mulheres devem ter acesso a serviços de qualidade para o tratamento de complicações resultantes de aborto. Os serviços de orientação pós-aborto, de educação e de planejamento familiar devem ser de imediata disponibilidade, o que ajudará também a evitar repetidos abortos (p. 77)

A respeito desse assunto, entendemos que não poderíamos deixa-lo passar em branco, isso pela posição do Conselho Federal de Medicina, que causou um grande espanto para todos, ao declarar “que considera inaceitável mulheres morrerem em abortos realizados sob condições inseguras”<sup>28</sup>. Segundo o presidente do Conselho, Roberto Luiz d’Avilla, comentando em entrevista sobre o aborto no Brasil.

A realidade dos fatos mostra as mulheres fazendo aborto com uma grande iniquidade. As ricas em condições seguras e as pobres, totalmente inseguras. E elas [as pobres] é que estão enriquecendo as estatísticas de mortalidade e de morbidade. Ou seja, as complicações, perdendo útero, perdendo partes do intestino, morrendo. Isso que não é possível. Essa desigualdade é inaceitável do ponto de vista médico<sup>29</sup>

Ainda, segundo o Conselho, “[...] o respeito à autonomia da mulher e o alto índice de mortalidade e de internações de mulheres que fazem abortos clandestinos são razões para a posição do colegiado”<sup>30</sup>. Ou seja, o conselho entendeu que o aborto aqui no Brasil virou caso de saúde pública. O mercado clandestino existe, na maioria das vezes sem o mínimo de higienização e de especialistas, e como sempre, quem paga a

<sup>28</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2013/03/para-cfm-e-inaceitavel-mulheres-morrerem-em-abortos-inseguros.html>

<sup>29</sup> Idem.

<sup>30</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/medicos-defendem-liberacao-do-aborto-ate-12-semana-de-gestacao.html>

conta, são as mulheres pobres, sem condições de fazê-lo em condições apropriadas e muito menos de viajarem a países onde o aborto seja permitido.

Para além das ordens religiosas dominantes que são inapelavelmente contrárias ao aborto, inclusive nos casos previstos na lei<sup>31</sup>, entendemos que o assunto perpassa por dois temas, primeiro: o da orientação e educação sexual, prevista nos currículos escolares, com cartilhas sobre os métodos contraceptivos, discussões sobre planejamento familiar, e distribuição gratuita de todo e qualquer método anticoncepcional; o outro ponto seria o da defesa à maternidade, possibilitar as mulheres uma gestação segura, construção de creches públicas, acompanhamento médico, deste o início de gravidez para a criança e a mãe pelo sistema público de saúde, isso sem falar em alimentação, roupas, os gastos com educação, é necessário que os pais estejam empregados, ou seja, é preciso políticas públicas de apoio às mulheres para que o aborto não se torne uma opção viável.

Por fim, comentamos sobre o assunto, primeiramente, pela declaração do CFM e, em segundo lugar, por tratar-se de um tema polêmico. Contudo, não é nosso intuito aqui debatermos acerca da sexualidade feminina, maternidade, aborto, políticas que pretendem regulamentar o assunto. Para além das polêmicas, consideramos o assunto de suma importância, e que deve ser discutido com todo rigor.

Continuando a referirmo-nos aos documento em exame, segundo a CIPD, “os países devem agir para emancipar a mulher e tomar providências para eliminar, o mais breve possível, as desigualdades entre homens e mulheres” (p. 50). Nesse propósito, elege-se a educação como um dos meios mais importantes de emancipar com saber, habilidades e autoconfiança” necessários para uma plena participação no processo de desenvolvimento” (p. 50). Mais adiante o documento declara que,

A educação é também um meio de capacitar o indivíduo a ter acesso ao conhecimento, que é a pré-condição para enfrentar, por quem quer que seja, a complexidade do mundo de hoje. A redução das taxas de fecundidade, de morbidade e de mortalidade, a emancipação da mulher, a melhoria da

---

<sup>31</sup> No caso da lei brasileira, o aborto é permitido diante três ocorrências, sendo nos casos, não considerado como crime: quando houver risco à vida ou à saúde da gestante; a gravidez resulta de violação da dignidade sexual, ou do emprego não consentido de técnica de reprodução assistida e, comprovada a anencefalia ou quando o feto padecer de graves e incuráveis anomalias que inviabilizem a vida independente, em ambos os casos atestado por dois médicos.

qualidade da população trabalhadora e a promoção de uma autêntica democracia são amplamente ajudadas pelo progresso na educação (p. 89).

No parágrafo seguinte, continua,

A relação entre educação e mudanças sociais e demográficas é de interdependência. Há uma estreita e complexa relação entre educação, idade núbil, fecundidade, mortalidade, mobilidade e atividade. O aumento da educação de mulheres e moças contribui para a maior emancipação da mulher, para o adiamento da idade de casamento e para a redução do tamanho das famílias (89).

Como já citado anteriormente, em 1995, aconteceu em Pequim, a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher. O documento coloca que “Os direitos das mulheres são direitos humanos” (1995, p. 1), ou seja, o direito à liberdade, de religião ou crença, de consciência e pensamento. Desse modo o documento ainda afirma que,

O fortalecimento das mulheres e sua plena participação, em condições de igualdade, em todas as esferas sociais, incluindo a participação nos processos de decisão e acesso ao poder, são fundamentais para o alcance da igualdade, desenvolvimento e paz (1995, p. 1).

Portanto, garantir a participação das mulheres no poder e nas tomadas de decisões, será alcançada a igualdade em relação ao sexo oposto, assegurará o desenvolvimento econômico internacional e promoverá a paz mundial. Entendemos que, ao fazer tal afirmação o documento nega de todas as maneiras a luta de classes, a opressão e a exploração que as mulheres sofrem cotidianamente por ser mulher, assim como a violência sexual, moral e psicológica.

A Quarta Conferência de Pequim contou com a participação de 189 governos e 2, 100 ONGs, que juntos aprovaram a Declaração de Pequim<sup>32</sup> e a Plataforma de Ação<sup>33</sup>. Esta Plataforma de Ação especificou doze áreas críticas consideradas como obstáculos para o progresso das mulheres e que exige ações concretas dos governos e da sociedade civil: as mulheres e a pobreza; educação e formação para as mulheres; as mulheres e a saúde; a violência contra as mulheres; as mulheres e os conflitos armados; mulheres e economia; mulheres no poder e tomada de decisões; mecanismos institucionais para o avanço das mulheres; direitos humanos das mulheres; as mulheres e os meios de comunicação; mulheres e meio ambiente e, as crianças do sexo feminino.

---

<sup>32</sup> Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Confer%C3%A7%C3%A3o-de-C3%BApula-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-sobre-Direitos-Humanos/declaracao-de-pequim-adoptada-pela-quarta-conferencia-mundial-sobre-as-mulheres-acao-para-igualdade-desenvolvimento-e-paz-1995.html>

<sup>33</sup> Disponível em: <http://www.spm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/relatorio-pequim.pdf>

A Plataforma de Ação consagrou três inovações dotadas, segundo o documento, de grande potencial transformador na luta pela promoção da situação e dos direitos da mulher: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade (1995, p. 149).

Assim o documento citado acima, descreve o conceito de gênero, como sendo um conceito que permitiu passar “de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e portanto passíveis de modificação” (idem, p. 149).

Já o conceito de empoderamento das mulheres [...] “consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-la nesse processo” (idem, ibidem).

Por fim, a transversalidade [...] “busca assegurar que a perspectiva de gênero passe efetivamente a integrar as políticas públicas em todas as esferas de atuação governamental” (idem, ibidem).

Ora, “integrar as políticas públicas em todas as esferas de atuação governamental”, dezesseis anos antes, a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, ocorrida em 1979, declarava em seu artigo 3º que seria necessário a participação de todas as esferas, assim,

Os Estados-Partes tomarão, em todas as esferas e, em particular, nas esferas política, social, econômica e cultural, todas as medidas apropriadas, inclusive de caráter legislativo, para assegurar o pleno desenvolvimento e progresso da mulher, com o objetivo de garantir-lhe o exercício e gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais em igualdade de condição com o homem (p. 3).

Assim como, a Declaração de Pequim relata que, “Assegurar a igualdade de acesso e a igualdade de tratamento de mulheres e homens na educação e saúde e promover a saúde sexual e reprodutiva das mulheres e sua educação” (p. 2). Mais à frente iremos perceber que os dados revelados por outros documentos, apontam outra direção.

O ponto principal de nosso trabalho é discutir acerca do discurso presente nos documentos e relatórios das agências internacionais, quanto à igualdade de acesso à

educação de meninas e meninos e, conseqüentemente, o melhoramento na vida das mulheres, a promoção da emancipação feminina e o empoderamento das mulheres. Bem como também, assegurar que a igualdade de direitos entre homens e mulheres, se dará através da equidade de acesso à educação entre os gêneros – para usar um termo próprio das agências.

Já citamos e devemos citar mais uma vez a passagem da Declaração do Milênio que descreve justamente isso, “Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher como meios eficazes de combater a pobreza, a fome e as doenças e de promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável” (2000, p. 9).

Dessa feita, fica para a educação, como observamos no Movimento de Educação para Todos, não só as soluções para as guerras, a fome, a destruição ecológica do planeta, a violência urbana, agora também, tal complexo irá promover a igualdade de direitos entre os sexos, vai promover à saúde sexual para mulheres e homens, irá prevenir todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres e o empoderamento das mulheres, ou seja, ampliar a participação da mulher na esfera política e econômica, enfim, tornar as mulheres “poderosas”.

Gostaríamos agora, de trazermos nossas considerações acerca de nossa análise documental, examinando a tarefa que é colocada à educação, o papel dos direitos humanos e sua relação com a forma de sociabilidade vigente, paralelamente expomos os dados do Mapa da Violência 2012, confrontando assim a ideologia dominante com o real.

Com efeito, não cabe à educação, tão grandiosa tarefa, por mais magnífico e utópico que seja o ato de ensinar, o papel da escola e do professor, enfim, do fazer um pequeno ato e ter grandes resultados. Deste modo, nos posicionamos a favor de Jimenez e Mendes Segundo (2007, p. 15), quando as autoras expõem,

Ontologicamente derivada do complexo do trabalho, a educação – a exemplo da política, ou da cultura – não pode, porém, ocupar o papel de primeira força transformadora da realidade social, ainda que se preste formidavelmente, ao projeto de manutenção da ordem, adaptando as consciências e habilitações dos indivíduos às prerrogativas do mundo da mercadoria (JIMENEZ; MENDES SEGUNDO, 2007, p. 15).

A educação não é a cura para as mazelas que arruínam e devastam o mundo. Tais enfermidades que afeta o planeta é decorrência desse modo de produção vigente, que lucra e acumula suas riquezas sob o alicerce da exploração, da opressão, da

destruição ecológica e das relações humanas, do desemprego, da fome, das guerras. Está na raiz do capitalismo tanto a produção dos malefícios como dos benefícios, pois é admirável a produção tecnológica e científica produzida por homens e mulheres, entretanto, está é uma contradição própria do capital, como assevera Tonet (2007, p. 49),

Uma ordem social que, tendo alcançado a possibilidade de criar riquezas capazes de satisfazer as necessidades de todos, vê-se impossibilitada de atender essa exigência. E que, para manter-se em funcionamento, precisa impedir, de maneira cada vez mais aberta e brutal, o acesso da maior parte da humanidade à riqueza social. Em vez de impulsionar a humanidade no sentido de uma elevação, cada vez mais ampla e profunda, do seu padrão de ser (ontológica e não apenas material e empiricamente entendido), o que se vê é uma intensa e crescente degradação da vida humana (TONET, 2007, p. 49).

Outro tema que gostaríamos de abordar, ainda que de maneira breve, é sobre os direitos humanos. É conhecida a crítica que Karl Marx faz aos chamados Direitos Humanos, em seu livro, *Sobre a Questão Judaica*<sup>34</sup>, texto escrito em 1843.

Desse modo, afirma o autor que,

*Ao droits de l'homme*, os direitos humanos, são diferentes *como tais* dos *droits du citoyen*, dos direitos do cidadão. Quem é esse *homme* que é diferenciado do *citoyen*? Ninguém mais ninguém menos que o *membro da sociedade burguesa*. Por que o membro da sociedade burguesa é chamado de “homem”, pura e simplesmente, e por que os seus direitos são chamados de *direitos humanos*? (2010, p. 48). (grifos do autor)

Por fim, Marx responde,

Antes de tudo constatemos o fato de que os assim chamados *direitos humanos*, os *droits de l'homme*, diferentemente dos *droits du citoyen*, nada mais são do que os direitos do *membro da sociedade burguesa*, isto é, do homem egoísta, do homem separado do homem e da comunidade (2010, p. 48). (grifos do autor)

Passados 170 anos da primeira publicação desse texto de Marx, será que mudou alguma coisa? A sociedade de classes foi abolida? As diferenças existentes, como as defendidas pelos documentos e relatórios, são as de gênero?

Entendemos, conforme Marx que a sociedade é dividida em classes sociais antagônicas, com interesses distintos, e que então, o legislativo, o judiciário, a esfera política como um todo, irá pender para um lado, no caso, o lado da classe dominante,

---

<sup>34</sup> Iremos utilizar a edição da Boitempo, de 2010.

daqueles que detêm o poder e meios para aplicá-las de acordo com a vossa vontade, que como disse Marx, é o membro da sociedade burguesa.

Ao estudarmos os documentos, principalmente o “Combater a violência baseada em gênero: uma chave para se alcançar os Objetivos de desenvolvimento do Milênio”, de 2005, e elaborado em colaboração com a UNFPA<sup>35</sup>, OSAGI<sup>36</sup> e o UNIFEM<sup>37</sup>, e já citado por nós, podemos perceber que a ONU e seus países membros, têm consciência da situação vivida por meninas e mulheres que moram na África Subsaariana: “Mulheres e meninas pobres podem estar expostas à violência sexual diariamente devido às condições de trabalho inseguras” (p. 9); “Todos os anos, um número estimado entre 1 e 4 milhões de jovens mulheres entre 15 e 19 anos de idade passam por aborto inseguro, dos quais 11.000 acontecem na África” (p. 14); “Das 17 milhões de meninas adolescentes que se casam antes dos 20 anos de idade, a África Subsaariana possui a maior quantidade – mais de 30 por cento das meninas estão casadas antes de completar 20 anos” (p. 14). Isso se falar que, “Meninas passam por mutilação e corte dos órgãos genitais devido ao consenso social de que a sexualidade feminina deve ser controlada e sua virgindade preservada até o casamento” (p. 14).

Outros dados que gostaríamos de expor são os que estão presentes no Mapa da Violência 2012 – Atualização: Homicídios de Mulheres no Brasil<sup>38</sup>, do Instituto Sangari. Vamos utilizar desse documento, somente os dados estatísticos sobre a violência sofrida por milhares de mulheres, no sentido de ressalvamos nossas considerações acerca da condição feminina.

Segundo o documento,

Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país (2012, p. 8).

---

<sup>35</sup> Fundo de Populações das Nações Unidas

<sup>36</sup> Escritório do Aconselhamento Especial sobre Questões do Gênero e Avanço das Mulheres

<sup>37</sup> Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

<sup>38</sup> Disponível em:

[http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/pesquisas/MapaViolencia2012\\_atual\\_mulheres.pdf](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/pesquisas/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf)

De acordo com o documento, “As armas de fogo continuam sendo o principal instrumento dos homicídios, tanto femininos quanto masculinos, só que em proporção diversa” (p. 10). Já outros meios além das armas, [...] “como utilização de objetos cortantes, penetrantes, contundentes, sufocação etc., são mais expressivos quando se trata de violência contra a mulher, o que pode ser indicativo de maior incidência de violência passional” (p. 10).

Em relação a dados internacionais, em 84 países do mundo com dados homogêneos da OMS compreendidos entre 2006 e 2010 (p. 16). O Brasil ocupa a sétima posição, com uma taxa de 4,4 de homicídios em 100 mil mulheres. No capítulo nove do referido documento intitulado “Atendimentos por violência no SUS”, fica constatada que a violência contra as mulheres.

O presente capítulo visa analisar as diversas situações que caracterizam a violência contra a mulher, a partir dos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde. Nesse sistema foram registrados no país 107.572 atendimentos relativos a Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências: 70.285 (65,4%) mulheres e 37.213 (34,6%) homens (74 não tem indicação de sexo da vítima). Praticamente dois em cada três atendimentos nessa área foram mulheres, o que resulta um claro indicativo dos níveis de violência hoje existentes contra as mulheres (p. 18).

Em relação ao local da ocorrência,

Vemos que em todas as faixas etárias, o local de residência da mulher é o que decididamente prepondera nas situações de violência, especialmente até os 10 anos de idade e a partir dos 30 anos da mulher. Esse dado, 71,8% dos incidentes acontecendo na própria residência da vítima, permite entender que é no âmbito doméstico onde se gera a maior parte das situações de violência vividas pelas mulheres (p. 18).

Até os 10 anos de idade, prepondera a figura paterna como o responsável pela agressão. “Esse papel paterno vai sendo substituído progressivamente pelo cônjuge e/ou namorado (ou os respectivos ex), que preponderam sensivelmente a partir dos 20 anos da mulher, até os 59” (p. 21).

Em relação ao tipo de violência praticada contra meninas e mulheres o documento relata que, “A violência física é a preponderante, englobando 44,2% dos casos. A psicológica ou moral representa acima de 20%. Já a violência sexual é responsável por 12,2% dos atendimentos” (p. 21).

Mais uma vez, destacamos esses dados no sentido de confrontarmos as Convenções e as Conferências sobre a mulher e a estatísticas locais sobre a violência

sofrida por milhares de mulheres diariamente. O Brasil ocupa a sétima posição<sup>39</sup> entre os 84 países que o documento teve acesso aos dados, o que retrata um alto índice.

Como já mencionamos no 1º capítulo desse trabalho, o capitalismo tira proveito dessa cultura machista e patriarcal, e acaba por fechar os olhos diante dessa dura e cruel realidade à qual a mulher está vitimada. Portanto, o capital utiliza sim esse discurso machista e de todo um sistema patriarcal, o que o faz justificar toda e qualquer violência contra a mulher, como natural. Por exemplo, em 2006 foi aprovada a Lei nº 11.340, mas conhecida como Lei Maria da Penha, que tem como finalidade criar mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher, contudo, como podemos observar através das estatísticas citadas acima, uma lei por se só, não poderá resolver esta questão. São inúmeros os exemplos de mulheres que morreram assassinadas aqui no Brasil.

Outro fato importante é de como o capital se apropria do discurso sexista – defende a ideia de que o inimigo contra o qual a mulher deve lutar é o Homem -, e assim, desvia atenção de muitas feministas e militantes para o real opressor e explorador do sexo feminino, no caso, o Capital. Tal discurso fica muito claro no “Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, elaborado em 2004.

A violência de gênero, em seus aspectos de violência física, sexual e psicológica, é um problema ligado a relações de poder, nas quais, de um lado, impera a dominação dos homens sobre as mulheres e, de outro, um sistema de princípios e valores que lhe dá legitimidade (2004, p. 38).

Como podemos perceber, na citação acima, fica claro quem é o opressor das mulheres, porém, devemos entender que os homens também são vítimas dessa sociedade machista, patriarcal e opressora. Os homens também têm sua sexualidade negada, também são vítimas, na maioria das vezes enquanto crianças, de todo tipo de violência e abusos sexuais, existe toda uma cultura moral e social exigindo um determinado tipo de homem – heterossexual, bom pai, bom esposo, responsável, trabalhador -. O problema, ou, o cerne da questão, não está nas relações afetivas e amorosas entre homens e mulheres, que sofrem consequências, é evidente, e se refletem

---

<sup>39</sup> Ficando atrás de El Salvador (10,3), Trinidad e Tobago (7,9), Guatemala (7,9), Rússia (7,1), Colômbia (6,2) e Belize (4,9).

muitas vezes em atos de violências de ambas as partes, mas, na maioria dos casos são de homens para com as mulheres.

Entretanto, o cerne da questão está na forma de funcionamento do modo de produção capitalista. Que se produz e se reproduz nos alicerces da propriedade privada, na exploração do homem pelo homem, no trabalho alienado e em um modelo de Estado gerenciador dos interesses da classe dominante. A propriedade privada faz com que homens e mulheres vejam um no outro um objeto de posse, unicamente seu. A exploração do homem pelo homem, faz com que o homem sugue todas as potencialidades humanas, fazendo com que também, um não se reconheça no outro. Esta forma de trabalho, explorado e alienado, tão bem descrita por Marx no seu “Manuscritos econômico-filosóficos”, porém, aqui, nós citaremos apenas as questões de cunho mais imediato, tais como: carga horária exaustiva; falta de oportunidade para escolher uma profissão que o sujeito se identifique; transporte público de locomoção caótico; dívidas; consumismo exacerbado e incentivado pelo capital. Finalmente, este modelo de Estado, que enquanto administrador dos interesses da burguesia, jamais irá pensar em políticas públicas que favoreça a classe trabalhadora, a não ser que seja no sentido de acalmá-la e amenizar sua árdua tarefa diária de trabalho duro, pouco remunerado e escravizante, imposto pelo burguês.

É desse modelo de produção que vêm as relações sociais entre amigos, entre pais e filhos, entre homens e mulheres, entre casais. Não é por acaso que estamos enfrentando uma total degenerescência humana, filhos matando pais, avós, esposos matando as esposas e vice-versa, a violência urbana e no trânsito, enfim, todos estão suscetíveis a serem vítimas de todos os tipos de violência, inclusive a burguesia, mais é bem verdade que é em bem menor grau e escala, e por razões que não cabe aqui descrever e, nem é nossa proposta.

O aumento da participação da mulher no mercado de trabalho nas últimas décadas prevalece ainda em que estas têm os salários abaixo do homem. A precarização do trabalho feminino é mais visível na crise estrutural do capital, pois estas ocupam, em maior amplitude, os trabalhos de tempo parcial, informal, temporário e domiciliar.

Predominantemente, temos mulheres nas atividades de empregadas domésticas, com também ocupar com designo à mulher, o lugar de administrar a casa. Haja vista, que esta, historicamente, ocupa estas funções com melhor desempenho, se

responsabilizando por esta via, como única responsável pelas tarefas da casa, oferecendo, desse modo, condições para que o homem, chefe da família, possa sair para o trabalho remunerado.

Contudo, como já citado anteriormente, as mulheres mães e donas de casa também tiveram que sair de casa para o trabalho assalariado, deixando estas funções domésticas também para outras mulheres, todavia, ainda, grande maioria das mulheres pobres, perfazem três jornadas de trabalho. Cabe aqui destacar uma passagem do Marx<sup>40</sup>, em que ele fala:

Uma vez que certas funções da família, como, p. ex., amamentar e tratar das crianças, etc, não podem ser totalmente suprimidas, as mães de família confiscadas pelo capital têm de arranjar mais ou menos substitutos. Os trabalhos que o consumo familiar exige, como coser, remendar, etc, têm de ser substituídos pela compra de mercadorias prontas. A redução do dispêndio de trabalho doméstico corresponde, pois, multiplicação do dispêndio de dinheiro. Aumentam, portanto, os custos de produção da família operária e igualam os sobrerrendimentos.

Vale aqui novamente destacar outra citação de Marx<sup>41</sup>, que fala da crescente apropriação do trabalho feminino pelo capital e como aquela está diretamente relacionada com características peculiares da mulher.

O senhor E., um manufactureiro, [...] informou-me de que empregava exclusivamente mulheres nos seus teares mecânicos [...] dava decidida preferência a mulheres casadas, especialmente àquelas que tinham em casa famílias dependentes delas para o seu sustento; são atentas, dóceis, mais do que as mulheres solteiras, e são obrigadas a dar o seu máximo esforço para obter os meios de vida. Assim, as virtudes, as virtudes peculiares do carácter feminino são pervertidas em seu prejuízo — assim, tudo o que há de mais submisso e terno na sua natureza é transformado num meio para a sua servidão e sofrimento.» (*Ten Hours' Factory Bill. The Speech of Lord Ashley, March 15th*, London, 1844, p. 20.)

Em suma, a preocupação maior das agências do capitalismo, nesses acordos internacionais, convenções e declarações em prol de uma equitativa educação para ambos os sexos, no sentido de promover a igualdade entre os gêneros, assim como, o discurso do capital de que as mulheres já conquistaram sua emancipação ao ocuparem, por mérito próprio, vagas no mercado de trabalho, tem como objetivo mascarar as injustiças e as desigualdades provocadas pelo próprio capital, ao tentar amenizar a

<sup>40</sup> Em nota de rodapé do livro *O Capital Crítica da Economia Política - Livro Primeiro: O processo de produção do capital - Quarta Secção: A produção da mais-valia relativa, Décimo terceiro capítulo. Maquinaria e grande indústria* (p. 25). Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/livro1/cap13/03.htm>. Acesso em 22.06. 2013.

<sup>41</sup> Idem.

violência sem precedentes sofrida por milhares de mulheres no mundo inteiro, diariamente, e em todos os âmbitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na revisão de literatura, feita por nós no primeiro capítulo sobre as origens da opressão/exploração das mulheres e, no exame dos documentos que tratam da relação educação e igualdade entre os gêneros, analisados neste trabalho, podemos afirmar que a ideologia que coloca a mulher como um ser inferior ao homem, quase que exclusivamente pelo fato de esta ser mulher, é um mecanismo utilizado pelo capital para justificar toda a condição de violência e exploração sofrida por esta.

Se relacionarmos a discussão feita em nossa pesquisa, perceberemos quanto o debate sobre a condição da mulher é permeado pela ideologia burguesa, atravessada pelo senso comum de que a mulher é, definitivamente, inferior ao homem.

No primeiro capítulo discutimos acerca da visão culturalista de Margaret Mead, confrontando-a com a posição marxista e engelsiana sobre nosso tema.

No segundo capítulo verificamos o discurso das agências internacionais quando estas colocam nos braços da educação a capacidade de promover a igualdade entre os sexos.

Ora, como já foi denunciado anteriormente, a força motora não só da desigualdade entre os sexos, mas, a desigualdade social em geral, é o próprio sistema capitalista, alicerçado na propriedade privada, na acumulação dos lucros por uma pequena parcela da sociedade e no trabalho estranhado. Vale enfatizarmos, esta é a força motriz de todas as desigualdades existentes em nossa sociedade.

Desta feita, o primeiro capítulo de nossa pesquisa teve como objetivo central averiguar as origens da opressão sobre a mulher, tendo como ponto de partida o livro de Friedrich Engels “A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”. Como foi explanado nessa parte do texto, a passagem do matriarcado para o patriarcado representou a derrocada do sexo feminino e tal passagem está, basicamente, relacionada à esfera econômica, ao fato de o homem querer deixar sua herança aos seus filhos biológicos. Este fato foi tão significativo, que Engels (1987) proclamou que a primeira divisão de classes na história foi a opressão do sexo masculino sobre o sexo feminino.

Assim, entendemos que não são as diferenças biológicas, ou naturais, responsáveis pelas desigualdades sexuais e, conseqüentemente, pela dominação de um

sexo sobre o outro, mas sim uma necessidade econômica da comunidade primordial, que depois, é perpetuada pela divisão, que persiste até nossos dias, localizada como sendo a divisão da sociedade em classes.

No entanto, todos os modos de produção subsequentes irão se utilizar de tal opressão, usando todos os argumentos e meios possíveis, no sentido de garantir sua permanência enquanto meio de existência e sobrevivência da sociedade humana, sejam eles, os meios educacionais, culturais, políticos ou legislativos. A opressão e a inferioridade feminina se constituem e permanecem até hoje como necessidade econômica. A cultura e a educação reproduzem o ideário de homem e mulher, que interessa e favorece ao capitalismo. O homem, utilizando-se do machismo para oprimir, violentar, agredir, impor-se enquanto sexo superior, restando à mulher a ideologia capitalista na qual lhe diz que esta não sofre opressão nenhuma e, se e que vai para as ruas exigir liberdade e direitos iguais, isso se dá porque não tem o que fazer em casa ou falta-lhe um homem.

Outro ponto em nossa pesquisa, refere-se à análise documental, onde constatamos a ideologia dominante de que a educação é a promotora da equidade entre os gêneros, tal fato se faz presente tanto nos relatórios e documentos oriundos da EPT, quanto naqueles mais gerais elaborados pela ONU sobre a questão da mulher. Tal argumento ganha força nesse atual contexto histórico onde, segundo Mészáros, o capital vive uma aguda crise estrutural.

Utilizando de um severo processo manipulatório, no sentido de aliviar os graves problemas sociais causados por esta crise econômica, o capital faz uso da educação e de seu caráter ideológico, pois a educação seja em qualquer modo de produção, vai ser chamada a cumprir a função não só de transmissão do patrimônio histórico objetivado pela humanidade, mas também, o de reproduzir a cultura, os valores e a moral vigente, no nosso caso, será transmitido e reproduzido pelas escolas o conjunto de valores, a cultura e a moral burguesa.

Como dito anteriormente, o capital para sair da crise e se restabelecer como sistema social dominante precisa, a todo custo, ampliar seu campo de atuação, ou seja, buscar novos espaços ou revitalizar os antigos, no sentido de continuar acumulando riqueza para uns poucos indivíduos e inevitavelmente, miséria e pobreza para todo o restante da população. Nesse antagonismo cada vez mais crescente, cresce também a

brutalidade, a selvageria e o empobrecimento do gênero humano.

Podemos observar, através do exame nos documentos, a tarefa que é colocada para a educação, que seria a de grande salvadora dos problemas enfrentados pelas mulheres, sendo inclusive a ferramenta que irá promover a igualdade entre os sexos.

Entendemos que não cabe à educação tal missão, muito pelo contrário, no modo de produção capitalista, onde a sociedade é regida por leis da divisão social de classes, a educação tem a função de disseminar a ideologia machista e patriarcal de que a mulher é um ser inferior ao homem e por isso deve ser oprimida, violentada e explorada, não só pelos homens mas, também, pelo próprio capital.

Dessa forma, constatamos que não caberá à educação resolver um problema que não se originou nela. A raiz da condição “inferiorizada” da mulher, não está e nunca esteve relacionada ao complexo educacional. Como discutimos no primeiro capítulo, as raízes da opressão contra a mulher têm sua raiz com o advento da propriedade privada e com o surgimento da família monogâmica, sendo que estas duas categorias estão intrinsecamente relacionadas à esfera econômica. Por outro lado, a educação tem como função repassar o conhecimento historicamente construído pela humanidade. Na esteira de Ivo Tonet, em seu artigo “Educação e Formação Humana”, poderíamos dizer sobre a natureza e a função social da educação, que:

Cabe a ela, aqui conceituada num sentido extremamente amplo, a tarefa de permitir aos indivíduos a apropriação dos conhecimentos, habilidades e valores necessários para se tornarem membros do gênero humano (TONET, 2008, p. 91).

No mesmo sentido, o autor ainda comenta que, “Com a entrada em cena da sociedade de classes, também a educação foi, por assim dizer, “sequestrada”, isto é, organizada, em seu conteúdo e em seus métodos, de modo a atender os interesses das classes dominantes” (idem, *ibidem*). Ora, a educação é uma importante ferramenta para a formação dos indivíduos, porém, na sociedade de classes ela cumpre o papel de reprodutora dos interesses e valores da classe dominante. Portanto, podemos afirmar que este discurso de que a educação será a salvação das mazelas que afligem a humanidade, e que, aliás, são causados pelo próprio capital, não passa de uma falácia.

A investigação realizada permite-nos concluir que a subordinação imposta à mulher em relação ao homem, é embasada numa cultura machista e patriarcal, que historicamente tomou formas e conteúdos diferentes, mas nunca deixou de existir e, enquanto nós vivermos sob as regras do capital, nunca desaparecerá plenamente.

Esta cultura machista e patriarcal juntamente com os ideólogos do capital tenta inculcar nas cabeças dos indivíduos que a mulher, na atualidade, tem muito que comemorar, pois conquistou seu espaço e ampliou seu campo, no que se refere a emprego, assim como, também, no que diz respeito ao controle da maternidade, por conta do grande número de métodos anticoncepcionais existentes. Outro ponto da ideologia capitalista, que achamos interessante, ressaltar no momento em que nos encaminhamos para a conclusão de nosso trabalho, refere-se ao avanço das tecnologias dos eletrodomésticos e sua grande ajuda às mulheres que são donas de casas, fazendo assim, com que esta tenha mais tempo não só para seu marido e seus filhos, mas também, para si própria.

No entanto, admitir que a mulher pode se relacionar com vários homens ao mesmo tempo, inclusive sexualmente, portanto, não saber quem é o pai do seu filho, e mesmo assim ser respeitada perante a sociedade, remete-nos na atual sociabilidade, a uma coisa de outro mundo. Quando falamos que já existiu um tipo de sociedade como essa, as pessoas se surpreendem e até duvidam de tal fato. Mas, realmente, tal sociedade existiu.

A mulher, na chamada comunidade primitiva ou socialismo primitivo, era chefe de clã, a descendência familiar só podia ser feita através da mãe, no chamado matriarcado, uma vez que a poliandria era permitida e toda a tribo era responsável sendo mães e pais de todas as crianças. É bem verdade que: “A situação da mulher passou por inúmeras variações no decorrer do tempo e nos diferentes tipos de sociedade existentes nas diversas épocas históricas” (TOLEDO, 2008, p. 25), porém, a derrocada histórica do sexo feminino atingiu seu ápice no modo de produção capitalista.

Interessante esta ideologia capitalista, que proclama e defende os avanços e as conquistas das mulheres, colocando-a como um indivíduo emancipado. Hoje, setores da burguesia, principalmente os que são ligados aos meios de comunicação, como a televisão, propalam que a mulher trabalha de igual para igual com os homens, têm sua liberdade e direitos respeitados por todos, caso não o tenha, é problema da própria mulher. Enfim, será mesmo que a mulher é um ser liberto e tratado como igual em relação aos homens? Que emancipação é esta, que, como já foi demonstrado, oprime, explora, agride, espanca e mata milhares de mulheres?

Para explicitar melhor e de maneira mais eficaz tudo o que foi exposto até agora

sobre a relação modo de produção capitalista e a condição da mulher, tendo em vista que a emancipação não só da mulher mas também da classe trabalhadora está intrinsecamente interligada com o aniquilamento desse modelo de produção econômico, utilizaremos o pensamento de Vladimir Ilitch Lenin.

Vejamos, então, o que diz o grande líder da Revolução Russa de 1917 e um estudioso da condição feminina, em seu texto “O poder Soviético e a situação da mulher”, onde comenta sobre a diferença entre a democracia burguesa e a democracia socialista, no que diz respeito às mulheres. Relata o autor (1980, p. 76) que,

Em palavras, a democracia burguesa promete igualdade e liberdade. Mas, de fato, as repúblicas burguesas, por mais avançadas que sejam, não têm dado à mulher, que constitui a metade do gênero humano, plena igualdade com o homem ante a lei nem a tem liberado da tutela e da opressão do homem (LENIN, 1980, p. 76).

Passaram-se 96 anos, contudo as palavras de Lenin não perderam a atualidade. O capitalismo avançou consideravelmente, no que diz respeito à tecnologia, à ciência, à medicina, a economia. Alguns, como já afirmamos, até dizem que a própria mulher já conquistou sua liberdade, porém, na prática, a condição da mulher ainda é de inferioridade.

Lenin, com sua forma brilhante de se dirigir e agitar a massa trabalhadora propõe,

Abaixo os falsários que falam de liberdade e igualdade para todos, enquanto exista um sexo oprimido, enquanto existam classes opressoras, enquanto exista propriedade privada sobre o capital e sobre as ações, enquanto existam senhores de bens que com seus excedentes de trigo escravizam aos famintos. Não liberdade para todos, não igualdade para todos, mas luta contra os opressores e exploradores, eliminação da possibilidade de oprimir e explorar. Esta é a nossa palavra de ordem! (LENIN, 1980, p. 77).

Para Lenin, enquanto os pilares que sustentam o modo de produção capitalista não forem aniquilados, não só as mulheres, mas toda a classe trabalhadora, não viverá livre das correntes do capital. Dessa maneira, segundo o autor enquanto a mulher não for reconhecida juridicamente igual ao homem, esta continuará presa aos valores e a moral burguesa. Sendo assim, em fevereiro de 1920, Lenin (1980, p. 82) escreveu que,

[...] Uma das manifestações mais flagrantes desta inconseqüência é a desigualdade de direitos da mulher com relação ao homem. Nenhum Estado burguês, nem mesmo o Estado mais republicano, mais progressista e democrático, reconhece a plena igualdade de direitos.

Mais adiante, o referido autor confirma que, “A República Soviética da Rússia, em compensação, acabou imediatamente com todos os restos, todos sem exceção, da desigualdade jurídica da mulher e assegurou a ela plena igualdade ante a lei” (LENIN, 1980, p. 82).

O capitalismo não avança, ou melhor, está impedido de avançar na questão da igualdade plena entre homens e mulheres, o que faz com que, em pleno século XXI, as mulheres continuem sendo vítimas de agressões físicas, psicológicas e morais, não só de seus companheiros e familiares, mas ela está sujeita a tal fato de todo e qualquer homem.

É mister destacar que o contexto histórico das citações acima situa-se nos primeiros anos após a Revolução de 1917. Naquele momento, inclusive, o aguerrido líder revolucionário chegou à conclusão de que, “O proletariado não pode lograr a liberdade completa sem conquistar a plena liberdade da mulher” (LENIN, 1980, p. 80).

Decorrido quase um século da Revolução Russa e de posse de uma análise crítica dos descaminhos tomados, entendermos que todos os problemas intrínsecos à sociabilidade capitalista estão subsumidos à divisão de classes, acreditamos que a emancipação da mulher será plenamente conquistada quando plena for à libertação da classe trabalhadora.

Desse modo, compreendemos que a luta da mulher contra todo o tipo de opressão, a luta, em suma, por sua emancipação, se dá no mesmo campo da luta dos trabalhadores. É no palco da luta de classes que se trava sua tarefa maior. Como já afirmamos, a propriedade privada e o trabalho alienado são a estrutura que sustenta o capital. Assim, é somente com a superação dessa forma de sociedade que as palavras liberdade e emancipação se tornarão efetivas e plenas de sentidos, conduzindo homens e mulheres para outra forma de sociabilidade. Apoiando-nos na teoria marxista, apontamos que a completa emancipação daqueles que com seu trabalho sustentam os privilégios e garantem os lucros da classe burguesa, só será possível em outro modo de produção, o qual defendemos aqui, o socialismo.

## REFERÊNCIAS

BOTTOMORE, Tom. (org) **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed, 2001.

DUARTE, Constância L. **Feminismo e literatura no Brasil**. (2003) Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010), Acesso em: 22/05/2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1987.

ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. In: MARX e ENGELS, Obras Escolhidas. Lisboa: Editora Avante, 1985. 104-168

JIMENEZ, Susana e MACHADO, Antônia Rozimar. **Educação à venda: sucesso e cidadania na medida do seu bolso**. In: Políticas Públicas e Reprodução do Capital. JIMENEZ, Susana e SILVA, Marcus Flávio Alexandre da (Org.). Fortaleza: Edições UFC, 2007.

JIMENEZ, Susana e SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. Erradicar a pobreza e Reproduzir o Capital. (2008). Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n28/artigo04.pdf>. Acesso em: 22/05/2013.

LEHER, Roberto. **Em novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo**. OUTOBRO, São Paulo, nº 1, 1999. 19-30.

LENIN, Vladimir I. **Sobre a emancipação da mulher**. São Paulo: Alfa- ômega, 1980.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo. Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista e Princípios do Comunismo**. São Paulo: Sundermann, 2007.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manuscrtos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento em três sociedades primitivas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. (2007). Disponível em: [http://revistaoutubro.com.br/edicoes/04/out4\\_02.pdf](http://revistaoutubro.com.br/edicoes/04/out4_02.pdf). Acesso em: 22/05/2013.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 2007.

PUECHGUIRBAL, Nadine. **O livro negro da condição das mulheres**. OCKRENT, Christine (Org.). Rio de Janeiro: DIFEL, 2011. 525-535.

RABELO, Jackline; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes e JIMENEZ, Susana. **Educação para Todos e Reprodução do Capital**. (2008). Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN09%20JIMENEZ,%20S.%20et%20al.pdf>. Acesso em: 22/05/2013.

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Sundermann, 2008.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe no divide**. São Paulo: Sundermann, 2008.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. In. *Marxismo Vivo*, nº 2. São Paulo. Sundermann, 2001. P. 77-92.

TONET, Ivo. **Ética e Capitalismo**. In: JIMENEZ, Susana; CARMO, Maurilene do (Org.), et al. *Contra o pragmatismo e a favor da Filosofia da práxis: uma coletânea de estudos classistas*. Fortaleza: EdUECE, 2007. 47-62.

TONET, Ivo. **Educação e Formação Humana**. IN: JIMENEZ, Susana; SANTOS, Derivaldo dos; OLIVEIRA, Jorge Luís de. *Marxismo, Educação e Luta de Classes: Teses e Conferências do II Encontro Regional – Trabalho, Educação e Formação Humana* (Org.). Fortaleza, EdUECE/IMO/SINTSEF, 2008. 83-96.